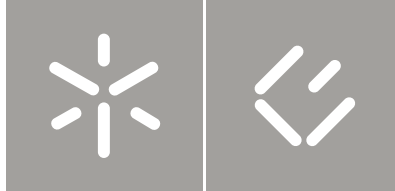


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Cristina Isabel Oliveira da Silva

O Programa Capitais Europeias da Cultura e
a Formação da Identidade Europeia - Estudo
de Caso sobre Guimarães 2012

O Programa Capitais Europeias da Cultura e a Formação da
Identidade Europeia - Estudo de Caso sobre Guimarães 2012
Cristina Isabel Oliveira da Silva



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Cristina Isabel Oliveira da Silva

O Programa Capitais Europeias da Cultura e a Formação da Identidade Europeia - Estudo de Caso sobre Guimarães 2012

Trabalho de Projecto

No âmbito do Projecto de Investigação: “Identidade Europeia e Multiculturalidade”

Mestrado em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro

Declaração

Nome: Cristina Isabel Oliveira da Silva

Endereço electrónico: cristinaoliveirasilva8@gmail.com Telefone: 919148766

Número do Bilhete de Identidade: 13782353

Título do trabalho de Projecto: O Impacto do Programa *Capitais Europeias da Cultura* na formação de uma Identidade Europeia.

Orientador: Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro

Ano de conclusão: 2014

Designação do Mestrado: Mestrado em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial.

Nos exemplares das teses de doutoramento ou de mestrado ou de outros trabalhos entregues para prestação de provas públicas nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino, e dos quais é obrigatoriamente enviado um exemplar para depósito legal na Biblioteca Nacional e, pelo menos outro para a biblioteca da universidade respectiva, deve constar uma das seguintes declarações:

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTE TRABALHO DE PROJECTO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

(Cristina Isabel Oliveira da Silva)

Agradecimentos

Uma palavra de agradecimento à minha orientadora, a Professora Doutora Rita Ribeiro, pela sua disponibilidade e constante incentivo durante a realização deste trabalho, e também por ter aceite colaborar comigo neste projecto que foi, de certa forma, realizado em contra-relógio. Expresso ainda a minha admiração pela sua aposta e interesse nesta temática da multiculturalidade e identidade europeia, tantas vezes desvalorizada.

Agradeço a todos aqueles que tornaram possível a realização do inquérito realizado no âmbito deste projecto de investigação, desde os responsáveis pelos estabelecimentos onde os mesmos foram postos em prática, até aos próprios inquiridos.

Um obrigado à Catarina, pela disponibilidade e por toda a ajuda informática neste trabalho. Também ao Diogo, pela ajuda na tradução.

Um enorme obrigado à Rita, à Liliana, à Carla e à Patrícia pelo vosso apoio na realização deste trabalho. Um agradecimento especial à Rita, por seres um exemplo de empenho e dedicação, pela ajuda e incentivo que me deste na fase final da elaboração deste trabalho.

Uma palavra de gratidão a toda a minha família que, mesmo nos momentos mais difíceis, me incentivou na persecução dos meus objectivos. Em especial à minha mãe, por seres um exemplo de perseverança e por todo o apoio financeiro que me concedeste durante a minha etapa escolar e académica.

Dedico este trabalho aos meus irmãos, Ana e João Pedro. Que vos sirva de motivação para os vossos (certamente brilhantes) percursos estudantis.

Resumo

A questão da legitimação e definição da identidade europeia é controversa na esfera académica, uma vez que a vasta diversidade cultural europeia torna difícil vislumbrar, sobretudo por parte dos mais cépticos, as raízes comuns da cultura europeia, cujas características formam a base identitária referida, e que está de alguma forma presente na cultura dos povos europeus. A população europeia, como revelam os dados estatísticos da “Opinião Pública” europeia do Eurobarómetro, tem também dificuldade em rever-se na União Europeia, pelo distanciamento que se sente relativamente às instituições europeias, e ainda pelas causalidades da conjuntura em que vivem.

Numa altura em que as instituições e os Estados-membros da União Europeia tentam ultrapassar as vicissitudes negativas da grave crise económica iniciada em 2008, torna-se necessário o desenvolvimento de um novo rumo a seguir pela instituição. Um caminho que permita um aprofundamento do projecto de integração europeia, mas que ao mesmo tempo introduza uma dimensão que dissocie a ideia de que a União Europeia é uma instituição meramente de cooperação económica, sem qualquer cariz social.

A decisão por uma forte aposta no desenvolvimento da dimensão cultural, no plano de acção comunitário, poderá constituir a peça que faltava para a definitiva legitimação da identidade europeia, ainda que por via do lema até agora defendido pela União Europeia, de ‘unidade na diversidade’, e que se enquadra perfeitamente nas especificidades dos povos europeus.

O programa *Capital Europeia da Cultura*, criado em 1985, é o mais mediático e duradouro de todos os programas culturais europeus, e poderia ser considerado um suporte para o processo de aprofundamento do projecto de integração europeia, visto que os objectivos centrais do próprio programa se prendem com aproximação dos povos europeus e o estabelecimento de novas afinidades culturais.

Este trabalho visa perceber o impacto e as potencialidades do programa *Capital Europeia da Cultura*, por via da análise da contextualização histórica da cultura europeia, da evolução da dimensão cultural no seio das instituições europeias, pela análise de conceitos de identidade, e finalmente, através de um estudo de campo realizado no rescaldo da mais recente *Capital Europeia da Cultura* portuguesa, Guimarães 2012. Com a articulação destes conteúdos, este trabalho objectiva a viabilidade de um projecto de integração cultural na União Europeia.

Abstract

The matter of legitimacy and definition of European identity is controversial in the academic circle, since the vast European cultural diversity makes it difficult to perceive, especially by sceptics, the common roots of European culture, whose characteristics form the basis of said identity, and that is somehow present in the culture of European peoples. The European population, as shown by the Eurobarometer's European "Public Opinion" statistical data, also have difficulty in reviewing themselves in the European Union, because of the distance felt by them regarding European institutions, and also for the grounds of the environment in which they live in.

At a time when the institutions and the Member States of the European Union attempt to overcome the negative features of the severe economic crisis that began in 2008, it becomes necessary to develop a new direction for the institution. A path that allows a deepening of the European integration project, but at the same time introduces a dimension that disassociates the idea that the European Union is an institution of mere economic cooperation, without any social nature.

The decision for a strong focus on the development of the cultural dimension in the supranational plan of action, could be the missing piece to the ultimate legitimization of European identity, even if it is through the motto advocated by the European Union up until now of 'unity in diversity', which fits perfectly into the cultural characteristics of the European peoples.

The *European Capital of Culture* program, created in 1985, is the most long-lasting and well-known of the European cultural programs, and could be considered as a basis support for the process of deepening of the European integration project since the central objectives of the program itself relate to bringing the peoples of Europe together and the establishment of new cultural affinities.

This dissertation aims to understand the impact and potential of the *European Capital of Culture* program, through an analysis of the historical context of European culture, the evolution of the cultural dimension within the European institutions, the analysis of concepts of identity, and finally through a field study conducted in the aftermath of the latest Portuguese *European Capital of Culture*, *Guimarães 2012*. Through this articulation of matters, this work objectifies the feasibility of a project of cultural integration in European Union.

Résumé

La question de la légitimation et de la définition de l'identité européenne est controversée dans la sphère académique, dans la mesure où la vaste diversité culturelle européenne rend difficile voir, surtout pour les plus sceptiques, des racines communes de la culture européenne, dont les caractéristiques sont la base identitaire de référence, et qu'elle est en quelque sorte présente dans la culture du peuple européen. La population européenne, comme le relèvent les statistiques de « L'opinion Publique » européenne de l'Eurobaromètre, a beaucoup de mal à se revoir dans l'Union Européenne, non seulement du fait de la distance ressentie à l'égard des institutions européennes, mais aussi en raison des conséquences de la conjoncture actuelle.

A une époque où les institutions et les États Membres de l'Union Européenne tentaient de dépasser les difficultés du grave économique débutée en 2008, le développement d'une nouvelle direction par institutions devient nécessaire. Un chemin qui permet approfondissement du projet d'intégration européenne, mais qui en même temps introduit une dimension qui dissocie l'idée que l'Union Européenne soit une institution purement de coopération économique, sans aucun caractère social.

La décision pour un fort investissement sur le développement de dimension culturelle, dans le plan des actions communautaires, pourra constituer un fait qui manquait pour la légitimation définitive de l'identité européenne, comme dit la devise jusqu'à maintenant défendue par l'Union Européenne de "l'unité de la diversité", qui s'encadre parfaitement dans les spécificités des peuples européens.

Le programme "Capitale Européenne de la Culture" créé en 1985, est le plus médiatisé et le plus long de tous les programmes culturels européens, et on peut considérer comme un support pour l'approfondissement du projet européen d'intégration, donc les objectifs principaux sont de créer une relation de proximité entre les européens et de mettre en place des nouveaux liens culturels.

Ce travail vise à comprendre l'impact et le potentiel du programme *Capitale Européenne de la Culture*, via l'analyse du contexte historique de la culture européenne, de l'évolution de la dimension culturelle au sein des institutions européennes, via l'analyse de concepts identitaires, et finalement au travers d'une étude de terrain réalisée au milieu de la plus récente *Capitale Européenne de la Culture* portugaise, Guimarães 2012. Grâce aux liens de ces contenus, ce travail vise à comprendre la viabilité d'un projet d'intégration culturelle de l'Union Européenne.

Índice

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VII
RESUME.....	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XIII
ABREVIATURAS	XIV
INTRODUÇÃO	1
1. Objectivos e metodologia	7
CAPÍTULO I – A HISTÓRIA CULTURAL DA EUROPA.....	11
1. Contextualização histórica europeia.....	12
2. A dimensão cultural das Comunidades Europeias.....	14
3. A cultura europeia – unidade <i>versus</i> diversidade	19
CAPÍTULO II - A POLITIZAÇÃO DA CULTURA NO SEIO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS.....	27
1. A importância da programação cultural	28
2. Os programas culturais.....	30
3. O orçamento da cultura	36
4. História das Capitais Europeias da Cultura	38
CAPÍTULO III – A PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE EUROPEIA.....	45
1. O conceito de identidade	46
2. Identidade colectiva.....	49
3. Origens e conceitos da identidade europeia	54
4. Teorias sobre a identidade europeia	57

5.	A politização da identidade e da cultura europeias	65
----	--	----

CAPÍTULO IV - A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NUM PORTUGAL EUROPEU	77
--	-----------

1.	Portugal e a Europa	78
2.	Identificação europeia dos portugueses	80
3.	Os traços europeus na cultura portuguesa	83

CAPÍTULO V - <i>CAPITAIS EUROPEIAS DA CULTURA</i> PORTUGUESAS	87
--	-----------

1.	Lisboa 1994	88
2.	Porto 2001	89
3.	Guimarães 2012	90

CAPÍTULO VI - ESTUDO DE CASO - A CEC GUIMARÃES 2012 E A IDENTIDADE EUROPEIA	95
--	-----------

1.	Caracterização dos respondentes	96
2.	Identificação com a Europa	99
3.	Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura	104
4.	Identidade Europeia	110

CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
-----------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA E FONTES OFICIAIS:	121
--	------------

ANEXOS	129
---------------------	------------

1.	Inquérito	129
2.	Tabela do SPSS - Associações dos inquiridos à expressão “identidade europeia”	134

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Estudo do Eurobarómetro sobre os europeus " Sente-se um cidadão europeu?" ...	72
Gráfico 2 - Distribuição dos fundos do Quadro Comunitário I em Portugal	79
Gráfico 3 - Ligação à Europa pelos cidadãos europeus (Eurobarómetro)	80
Gráfico 4 - Cidadania europeia (amostra constituída por cidadãos portugueses), 2013	81
Gráfico 5 - Opinião dos cidadãos europeus sobre o rumo da UE	82
Gráfico 6 - Afluência de turistas nos postos de turismo de Guimarães (2009 a 2012).....	93
Gráfico 7 - Género da amostra	96
Gráfico 8 - Faixa etária da amostra	97
Gráfico 9 - Escolaridade da amostra	98
Gráfico 10 - Cidadania na União Europeia (Portugal)	102
Gráfico 11 - Cidadania europeia.....	103
Gráfico 12 - Importância da CEC 2012 em Guimarães	104
Gráfico 13 - Impacto da CEC 2012 em Guimarães	105
Gráfico 14 - Participação nos eventos da CEC 2012 em Guimarães	106
Gráfico 15 - Público dos eventos da CEC 2012 em Guimarães, por residência	107
Gráfico 16 - Outras participações no programa CEC.....	108
Gráfico 17 - Importância do programa Capital Europeia da Cultura	109
Gráfico 18 - Familiarização com a expressão "identidade europeia"	110
Gráfico 19- Elementos essenciais à identidade europeia	112
Gráfico 20 - Elementos da identidade europeia (Eurobarometro)	113

Índice de imagens

Imagem 1- Bandeira da União Europeia	18
Imagem 2 - Cartão único europeu	18

Índice de tabelas

Tabela 1 - Capitais Europeias da Cultura (1985 - 2014)	43
Tabela 2 - Avaliação do sentimento de ligação a.....	99
Tabela 3- Elementos sugeridos para formação de identidade europeia	111
Tabela 4 - Comparação entre Lisboa 1994 e Porto 2001	90
Tabela 5 - Investimento público da CEC 2012 em Guimarães	92

Índice de mapas

Mapa 1 - Localização dos estabelecimentos do inquérito	95
--	----

Abreviaturas

BCE – Banco Central Europeu

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEC- Capital Europeia da Cultura

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

EM- Estados-membros

FMI – Fundo Monetário Internacional

UE – União Europeia

PE – Parlamento Europeu

TUE- Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht)

Introdução

A designação de *Velho Continente*, que associamos à Europa, transporta-nos para a memória das civilizações da Antiguidade, o Império Romano e a Civilização Grega, cuja preciosa herança social, política e cultural permanece até aos dias de hoje na raiz identitária dos povos europeus. A história da Europa alude a inúmeras construções e desconstruções de Reinos, separação e agregação de povos, guerras, revoluções, expansões e retracções de fronteiras, desenvolvimento de movimentos sociais que posteriormente se alastraram a todo o continente. O resultado destas experiências culminou na formação de uma base identitária com características comuns a um conjunto de povos, que ao mesmo tempo desenvolviam culturas próprias e distintas. Assim, a sociedade europeia criou o hábito de co-habitação e de cooperação entre povos, num espaço territorial relativamente diminuto, mas com muito retalho fronteiriço.

Após séculos de guerras e de lutas pela hegemonia do poder na Europa, foi-se chegando à conclusão de que seria necessário criar uma plataforma de diálogo e de cooperação entre as entidades governativas das nações europeias, de forma a amenizar o flagelo que as constantes guerras infligiam aos povos europeus.

Quando em 1951 foi fundado um primeiro organismo de cooperação europeia, (a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) no rescaldo da primeira metade do século XX no qual a Europa foi palco de duas devastadoras Guerras Mundiais, não se vislumbrava que setenta anos mais tarde, e após um intenso processo de integração económica, política e social, estivéssemos hoje perante uma instituição supranacional como a União Europeia, cuja existência e funcionamento é assente num modelo de solidariedade e cooperação entre vinte e oito países europeus, constituindo deste modo uma verdadeira potência mundial. O que também não estava programado neste protótipo de instituição europeia, era a introdução de uma dimensão cultural com um suporte identitário baseado na ‘unidade na diversidade’, nos planos de acção de uma instituição com premissas iniciais estritamente relacionadas com a economia e o comércio.

O debate sobre a identidade europeia foi introduzido no discurso oficial das Comunidades Europeias com a *Declaração de Copenhaga sobre a Identidade Europeia*, em 1973, que declarava a necessidade da definição do que é ‘ser europeu’ e da protecção da herança cultural dos Estados-membros. Sob os ditames de “recensar o património comum, os interesses próprios, as obrigações específicas dos Nove (Estados-membros) e a evolução do processo de unificação da Comunidade, reflectir sobre o grau de coesão já atingido perante o resto do mundo e as responsabilidades que daí advêm, ponderar sobre o carácter dinâmico da construção europeia”¹, esta declaração constitui uma parte importante daquilo que viria a ser definido no Tratado da União Europeia (TUE) sobre a identidade europeia e a necessidade de uma dimensão cultural no processo de integração da instituição.

Este debate sobre a identidade e a cultura no âmbito das comunidades europeias é uma forma de introduzir uma dimensão humanizadora neste projecto de integração que pode, se devidamente desenvolvida e aprofundada, levar a União Europeia a um nível nunca antes conseguido de integração política e de cooperação entre Estados-membros. Os programas culturais têm a função de, ao mesmo que dinamizam a indústria cultural (como parte da dimensão económica do projecto europeu), desenvolver a cidadania europeia e o interesse dos cidadãos pelas culturas dos Estados-membros e, simultaneamente, promover e preservar as culturas nacionais de cada Estado-membro.

Só durante a década de 80 surgiram as primeiras iniciativas no panorama da programação cultural, com a criação de projectos que viriam a desfrutar de um percurso de sucesso no cenário de cooperação europeu. A mais reconhecida e vencedora destas iniciativas foi o programa *Cidade Europeia da Cultura*, criado em 1985 pela mão da Ministra da Cultura grega, Melina Mercouri. O programa promove o desenvolvimento do sector cultural em cidades historicamente reconhecidas pela riqueza do seu património social e cultural e fomenta ainda a ideia da consciencialização da pertença e da ligação à Europa e às instituições europeias, a começar logo pela designação deste título.

¹Declaração de Copenhaga sobre a Identidade Europeia in “Recueil des documents institutionnels de la Communauté de 1950-1982, Parlement européen, Commission institutionnelle”, in *60 Anos de Europa – Os Grandes Textos da Construção Europeia*, Parlamento Europeu, 2008, p.80.

O potencial da ideia apresentada por Mercouri foi automaticamente reconhecido pelos Ministros da cultura dos Estados-membros, e passou a ser posto em prática no mesmo ano, tendo sido escolhida a capital grega, Atenas, para albergar a primeira edição da *Cidade Europeia da Cultura*.

“The Ministers responsible for Cultural Affairs consider that the 'European City of Culture' event should be the expression of a culture which, in its historical emergence and contemporary development, is characterized by having both common elements and a richness born of diversity. The event has been established to help bring the peoples of the Member States closer together, but account should be taken of wider European cultural affinities.”²

Inicialmente, este programa decorria como uma acção intergovernamental, e não foi incluído no plano de acção da União Europeia até 1999, altura em que passou a designar-se *Capital Europeia da Cultura*. Com o sucesso das primeiras edições, e particularmente pela exposição pública e desenvolvimento estrutural das cidades acolhedoras do evento, o programa adquiriu uma dimensão de reconhecimento prestigiante para as cidades que recebiam esta designação.

Apesar de o programa ter sido incluído nas actividades comunitárias com o objectivo de integrar uma dimensão cultural no projecto europeu, é difícil dissociar a ideia da política económica adjacente à União Europeia. Este fenómeno complica a inclusão das políticas sociais na actividade programática da União, e ainda mais da cultura uma vez que “não há fanáticos nem utópicos da cultura europeia” (Compagnon, 2005: 226).

Os objectivos iniciais do programa da CEC, descritos acima na citação da Resolução de instauração da *Cidade Europeia da Cultura*, revelam que uma das

²RESOLUTION of the Ministers responsible for Cultural Affairs, meeting within the Council, of 13 June 1985 concerning the annual event 'European City of Culture', Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 1985, p.1.

premissas centrais do mesmo é estabelecer uma ligação cultural entre os povos europeus e fortalecer a união destes, respeitando sempre a cultura individual de cada povo.

“A Capital Europeia da Cultura que começou por ser uma ideia, uma visão, desenvolveu-se no mais importante evento cultural europeu e tornou-se uma Instituição”³

O tema que irá ser explanado neste trabalho é precisamente o impacto e o potencial do programa *Capital Europeia da Cultura* num projecto de aprofundamento da integração europeia e na legitimação da identidade europeia. Este tema, que não suscitou até ao momento uma extensa discussão na esfera académica, será abordado conciliando os estudos e as ideias relativas à politização cultural da União Europeia e ao debate sobre a base identitária da Europa. Este trabalho de projecto, que aqui se apresenta, está integrado no projecto de investigação intitulado “Identidade Europeia e Multiculturalidade”, da Professora Doutora Rita Ribeiro.

Num primeiro momento, torna-se necessário fazer uma contextualização histórica e explicar em que medida poderá existir uma cultura comum e uma identidade europeia num contexto de diversidade cultural e social que caracteriza a sociedade na Europa. As heranças culturais transmitidas pelas civilizações da Antiguidade, incutiram no povo europeu ideias base para a organização social que vão desde o pensamento filosófico, ao nascimento da política, ao conceito de cidadão e cidadania, à ideia de Estado e de Nação, à arte, à literatura, e às as r(evoluções) industriais e científicas.

É também crucial contextualizar a evolução da integração europeia no sentido de explicar as metas alcançadas pelas instituições europeias ao longo dos anos e justificar a necessidade da incorporação de uma dimensão cultural, com vista a um aprofundamento do projecto europeu. É ainda essencial apresentar os obstáculos que remetem a cultura para “posições marginais” no plano de acção comunitário e que a tornam “última a ser considerada nos planos para o futuro” (Jaraf, 2005: 253), mas certamente não a menos importante.

Para a materialização do objectivo da legitimação de identidade europeia e da marcação da cultura como preponderante para este fenómeno, é importante perceber o

³ Ver nota anterior, p.12.

que tem sido feito pelas instituições europeias para que a concretização destas premissas se torne uma realidade. A introdução da programação cultural só aconteceu a partir dos anos 1980 e de forma muito tímida.

A evolução desta área e a sua interligação com outros campos de acção da UE explicam a necessidade de dar um passo em frente e associar a ideia da cultura europeia à existência de uma base identitária na Europa. No entanto, é necessário salientar as preocupações das instituições europeias na tomada de decisões nesta área, de forma a não suscitar críticas e oposições por parte de Estados-membros mais intransigíveis relativamente à sua soberania, no contexto da cultura.

Importa também clarificar os conceitos de identidade, para que se perceba se é ou não real a ideia de uma identidade europeia. Num continente com diversos países, na sua grande maioria construídos com o modelo clássico de Estado-nação, onde a base estrutural da sociedade assenta na existência de uma cultura e história comuns, juntamente com objectivos de futuro comuns, será possível transportar o conceito de identidade para uma dimensão europeia? Será possível conciliar uma identidade nacional com uma identidade europeia? Ou para se conseguir a legitimação da identidade europeia seria necessário eliminar as identidades nacionais?

Muitos autores dissertam sobre esta problemática da sociologia que é a definição de identidade, com tudo o que ela abarca, que se prende essencialmente com o “reconhecimento de algumas origens comuns e características partilhadas com outra pessoa ou grupo, ou com um ideal, e com o estabelecimento do sentido de solidariedade e fidelidade” (Hall, 1996: 2).

Do conceito base fornecido pela sociologia para a “identidade”, tentar-se-á fazer uma articulação com a questão da identidade europeia. Importa nesta fase remontar às origens desta mesma identidade, novamente à história e à herança cultural dos povos europeus, que é reconhecidamente diversificada, e articular estas heranças com a existência da União Europeia e ainda com os sucessivos alargamentos da instituição que agregam cada vez mais povos, o que constitui uma problemática para a legitimação da identidade europeia. Para isso é crucial a teorização feita por vários autores sobre a forma como é abordada a identidade europeia e sobre a politização da mesma.

É, neste trabalho, abordada a posição de Portugal nesta problemática da legitimação europeia, contextualizando a interligação da cultura portuguesa com a europeia, e dos marcos históricos que facilitam a percepção do nível de identificação dos portugueses com a Europa e as instituições europeias e, ainda, o possível impacto que a crise económica que o país atravessa actualmente possa ter neste processo de legitimação. São ainda explanadas as experiências do programa *Capital Europeia da Cultura* em Portugal, que decorreram em Lisboa (1994), Porto (2001) e Guimarães (2012), fazendo uma comparação entre as mesmas de modo a compreender também as modificações e a evolução da organização e da prática deste programa.

No âmbito deste trabalho, foi realizado um estudo de campo com o objectivo de perceber a associação das duas temáticas, que se interligam no mesmo. Entre Janeiro e Março de 2014 foi realizado um inquérito, na cidade de Guimarães que recebeu a CEC em 2012, sobre os impactos que os cidadãos sentiram com este evento. Foram ainda colocadas questões sobre a percepção destes indivíduos relativamente à identidade europeia, de modo a que se perceba qual a associação que os mesmos fazem da experiência vivida pela cidade em 2012 e o impacto na sua relação e identificação com a Europa.

Finalmente, nas considerações finais deste trabalho será feita uma interligação entre os temas abordados ao longo do mesmo, com uma síntese do estado actual da dimensão cultural na União Europeia e do processo de legitimação da identidade europeia, olhando para o futuro e demarcando algumas linhas de orientação que podem ser postas em prática para a persecução deste processo, e que se tornaram parte integrante deste estudo.

1. Objectivos e metodologia

Neste ponto do trabalho, pretende-se esclarecer a metodologia de investigação utilizada para a realização do mesmo, explanando os métodos utilizados para estudar as diferentes temáticas exigidas pelos objectivos traçados neste processo de investigação.

O objecto de estudo deste trabalho centraliza-se em perceber o impacto que o programa *Capital Europeia da Cultura* tem no processo de legitimação da identidade europeia, tentando concluir acerca das potencialidades inerentes a este cruzamento de conceitos e processos.

Por não haver um número consideravelmente extenso de estudos sobre o cruzamento destas temáticas na esfera de debate sociológico ou político, o método de investigação do presente estudo consiste na investigação das temáticas centrais abordadas, a identidade e a cultura europeias, e em segundo lugar da importância e das potencialidades do programa *Capitais Europeias da Cultura*, realizando posteriormente o cruzamento das conclusões retiradas para responder aos objectivos inicialmente pretendidos.

Tendo então em conta o projecto delineado para a prossecução destes mesmos objectivos, torna-se necessário, numa fase inicial, fazer uma contextualização histórica que permita compreender as características relacionadas com a cultura europeia, que constituem a base da fundamentação da identidade europeia, e também realizar um apanhado da evolução do projecto das instituições europeias e analisar em que medida o debate sobre a base identitária da Europa e uma dimensão política e programática cultural, são introduzidos no plano de acção comunitário.

A evolução da dimensão cultural no seio das instituições europeias permite examinar o espaço e a importância que esta área ocupa nos planos do projecto europeu e dos Estados-membros da instituição, ao mesmo tempo que se tenta perceber a evolução dos conteúdos programáticos apresentados e em que medida os mesmos podem impactar a percepção dos cidadãos relativamente à União Europeia. Nesta fase, a consulta dos arquivos oficiais dos primeiros programas culturais da União Europeia e da evolução programática da *Capital Europeia da Cultura*, na página *online* do departamento de cultura da Comissão Europeia, assim como as publicações oficiais no

Jornal Oficial da União Europeia, revelaram-se essenciais para a recolha de informação e para a estruturação deste estudo.

Posteriormente, o processo de investigação deste trabalho centrou-se na pesquisa sobre os conceitos de “identidade” e de “identidade europeia”, assente numa vasta panóplia de referências bibliográficas, que incluem livros, artigos e documentos oficiais da União Europeia. Foi procurada a conceptualização e teorização de cada um dos temas de modo a obtermos uma análise completa sobre ambos e estabelecer linhas de orientação que permitam interligar os conceitos de identidade e identidade europeia com os objectivos definidos para o programa *Capital Europeia da Cultura*, assim como os objectivos fundamentais definidos pela UE para o debate sobre a identidade europeia.

No âmbito deste estudo, foi realizado um trabalho de campo sob a forma de inquérito. Os parâmetros definidos para esta fase da investigação foram a recolha de um total de cento e cinquenta inquéritos, feitos a indivíduos da cidade de Guimarães, com mais de dezoito anos. O objectivo do mesmo era perceber a percepção com que os cidadãos de Guimarães ficaram da *Capital Europeia da Cultura* que decorreu na cidade em 2012, dos seus impactos e consequências, assim como o entendimento destes sobre a associação que existe entre o programa CEC e as instituições europeias. Ainda no inquérito, foram introduzidas questões que visavam a percepção dos inquiridos sobre o conceito e as associações ao termo “identidade europeia”.

A opção pela realização deste estudo por via de um questionário presencial, prende-se com a intenção de obter uma amostra diversificada, ou seja, para que não houvesse um enviesamento na tipologia dos inquiridos. A introdução de duas temáticas diferentes na estrutura do inquérito poderia levantar dúvidas aos inquiridos que careciam de ser esclarecidas no momento do preenchimento do mesmo, por isso, considerou-se ser necessário que a realização do inquérito fosse presencial.

A realização dos inquéritos foi levada a cabo entre 19 de Janeiro e 10 de Março de 2014, em cinco estabelecimentos comerciais dispersos pela cidade de Guimarães, abordando as pessoas, questionando-as para confirmar a sua residência em Guimarães e a sua maioridade (parâmetros base definidos para a participação no inquérito), e explicando o objectivo da realização deste. A recolha dos inquéritos decorreu com

normalidade, e as únicas questões levantadas pelos inquiridos prendiam-se com a finalidade da realização do mesmo.

Para a agregação dos dados recolhidos foi utilizado o programa de análise estatística SPSS, da IBM. Também o programa Excel, da Microsoft, foi usado para a construção de alguns gráficos utilizados na análise.

As bases de dados estatísticos da União Europeia, nomeadamente o Eurobarómetro, demonstraram-se fundamentais para delinear algumas conclusões no âmbito deste estudo. As avaliações levadas a cabo semestralmente, pelo Eurobarómetro, acerca da opinião pública dos cidadãos dos Estados-membros sobre várias questões relacionadas com as instituições europeias, a situação dos Estados-membros e a percepção da cidadania europeia, serviram como base de comparação com os resultados do inquérito realizado no âmbito desta investigação, e como fundamentação relativamente à conceptualização da parte mais teórica deste trabalho.

Capítulo I – A história cultural da Europa

“Greece is the cradle of our European civilization, Rome left its incredible mark on it, Cristianity gave it a soul and modernity guarentees its future. We are, whether or not, the heirs of that magnificent legacy.”

Couloubaritsis in *The Origins of European Identity* (1993: 79)

1. Contextualização histórica europeia

A denominação de Velho Continente, tantas vezes utilizada para designar o continente Europeu, encaixa como uma luva na sapiência de um território que foi testemunha e lar das mais importantes premissas de organização e evolução social. Desde o pensamento filosófico, ao nascimento da política, ao conceito de cidadão e cidadania, à ideia de Estado e de Nação, às organizações sociais das civilizações Grega e Romana (cujas heranças de património físico e intelectual se prolonga até aos dias de hoje, também no quotidiano de todos os europeus), a arte, a literatura, as r(evoluções) industriais, a criação das universidades, entre muitas outras. “A Grécia contém referência à raiz helénica do pensamento ocidental, enquanto a Itália evoca a civilização romana, o cristianismo medieval, o Renascimento. A Inglaterra poderá lembrar a Reforma, mas associa-se directamente à revolução industrial e ao desenvolvimento da Europa contemporânea.” (Faria, 1992: 986). Mais recentemente, o continente europeu assistiu à criação de uma instituição com o objectivo primordial de manter a paz num território que, historicamente, foi sendo devastado por sucessivas guerras.

Na Europa nunca houve a hipótese de um império ou reino se sobrepor a outro, preservando ao longo da história uma enorme diversidade cultural, num espaço relativamente diminuto mas extremamente retalhado, inigualável em qualquer outra parte do mundo.

“War is as old as Europe”

Herman Van Rompoy, Cerimónia
Prémio Nobel da Paz 2012

A mais forte característica do Velho Continente é, de facto, a diversidade cultural, que muito se deve à geografia europeia, de relevos montanhosos, ilhas e penínsulas, que de certa forma acaba por afastar os povos e, assim, formar uma forte coesão e afinidades únicas entre os habitantes que ocupam a mesma região. No entanto, as vicissitudes das lutas geopolíticas vividas no território europeu fizeram propagar, de

uns povos para os outros, determinadas características, hábitos e valores, que se foram depois instalando como elementos comuns entre os cidadãos da Europa.

Durante séculos, os impérios e, mais tarde, os Estados europeus travaram inúmeras guerras na luta pela hegemonia de poder no continente. O Congresso de Viena, que decorreu entre Setembro de 1814 e Junho de 1815, após dez anos de conquistas napoleónicas que devastaram parte do continente europeu, reuniu Áustria, Inglaterra, Prússia, Rússia, Suécia, Espanha e Portugal, com o objectivo de discutir a paz, o reordenamento geográfico do continente, a restituição das dinastias europeias e da solidariedade entre reinos, e ainda, decidir as sanções a aplicar à França pela sua responsabilidade da destruição causada pelo Império Napoleónico. No rescaldo deste Congresso foi criada a primeira instituição de cooperação europeia, a *Santa Aliança*, integrada inicialmente por Prússia, Áustria e Rússia, e que contou, posteriormente, com a participação da Inglaterra e França, tornando-se assim na *Quíntupla Aliança*. Esta primeira maquete de instituição europeia era de cariz político e militar, e tinha fortes delineações cristãs. Entre os principais objectivos desta aliança figurava a constituição de governos, a cooperação e solidariedade entre nações, e a luta contra os nacionalismos regionais que ameaçavam o poder central dos reinos. A eterna rivalidade franco-britânica acabou por produzir efeitos nocivos para a estabilidade da aliança, que se foi desmoronando a partir de 1822, sendo que foi definitivamente dissolvida em 1830.

Até à fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em Abril de 1951, nada com relativo impacto ou sucesso tinha sido feito para se chegar a um verdadeiro acordo pela pacificação e harmonização dos diversos povos europeus e pela convivência de cada uma das suas culturas. Foi necessária a devastação causada por todo o território europeu, nomeadamente na zona central do continente atingido quase consecutivamente, pelas duas Guerras Mundiais ocorridas nos primeiros 50 anos do século XX, que tiveram a Europa como campo de batalha, para que os responsáveis políticos de alguns Estados europeus se percebesse que não seria possível, nem benéfico para nenhum europeu, continuar a viver numa zona de conflito e de incertezas. Além do Congresso de Viena, que concedeu 40 anos de paz aos povos europeus, nenhum acordo precedente tinha sido tão bem sucedido no seu objectivo de manutenção total da paz e ainda na criação de uma plataforma segura para o debate e resoluções dos assuntos

europeus como o projecto europeu iniciado em 1950, que hoje conhecemos como União Europeia.

De facto, todas as divergências que existiram, desde o princípio dos tempos, no continente europeu, entre as diversas comunidades que aqui se instalaram, foram a principal razão para que sempre tivesse havido uma discussão activa sobre os problemas existentes em cada comunidade, uma vez que os mesmos, devido à proximidade geográfica, afectavam inevitavelmente uma outra população. Como refere José Manuel Fernandes, no Editorial da revista *XXI, Ter Opinião 2014*, “a Europa sempre foi um lugar de conversas” (2014: 1). Conversas estas, que se mantêm até aos dias de hoje.

2. A dimensão cultural das Comunidades Europeias

A forma mais primitiva de instituição europeia, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951 com o Tratado de Paris logo após a Segunda Guerra Mundial, não contemplava como prioridade instituir uma política cultural de integração. As suas principais prioridades, estabelecidas pelos Estados fundadores (Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos, Alemanha Ocidental e Itália) eram essencialmente duas. Primeiro, a recuperação económica e estrutural dos Estados envolvidos no projecto (com um plano inicial de trocas comerciais dos dois materiais que dão nome à instituição), de um período sangrento de cinquenta anos, que acumulou duas guerras mundiais, tendo a Europa como palco. Em segundo lugar, talvez até a mais importante, a paz. Estes dois objectivos, como tem sido provado nos últimos 70 anos, foram sendo cumpridos com assertividade graças à cooperação e empenho dos Estados-membros e aos sucessivos alargamentos, que fazem crescer, cada vez mais, o projecto europeu.

Em 1957, os Estados criadores da CECA deram um importante passo em frente no processo de integração europeia, ao assinarem o Tratado de Roma⁴. Este Tratado

⁴Tratado de Roma:

http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm

divide-se em dois planos de acção diferentes, um refere à criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) para um maior aprofundamento da cooperação entre os EM nesta área, e o outro refere à criação da Agência Europeia da Energia Atómica (EURATOM) com a finalidade de controlar a investigação dos EM na área da energia atómica e na sua utilização de uma forma pacífica⁵. Relativamente à CEE, foram introduzidos alguns programas de cooperação, nomeadamente em áreas de relevo económico. Ressalva-se a criação da Política Agrícola Comum, da Política Comercial Comum, da Política de Transportes, da União Aduaneira e por último, do mercado comum (indicado no artigo 2º do dito tratado). No entanto, continua a não haver qualquer referência ao campo cultural ou ao debate sobre a identidade europeia nos documentos oficiais assinados em 1957.

A dimensão cultural passou a configurar a acção comunitária a partir dos anos 70, nomeadamente após a Cimeira de Copenhaga, de 1973, de onde nasceu a *Declaração de Copenhaga sobre a Identidade Europeia*. Começava a sentir-se a necessidade de definir o que é ‘ser europeu’, e de incluir o campo da cultura nas directivas políticas da instituição. Este documento introduz as premissas básicas da política cultural, que até hoje figuram nos quadros da UE: o respeito pela diversidade, o diálogo entre culturas, a reflexão sobre a coesão interna na instituição, o ‘carácter dinâmico da construção europeia’⁶.

A declaração aprovada em Copenhaga, pelos Estados-membros da CEE em 1973, sobre a identidade europeia foca a “riqueza e variedade das diferenças culturais nacionais, cuja defesa é concomitante à de outros elementos fundamentais da consciência europeia: democracia representativa, Estado de direito, justiça social e respeito pelos Direitos do Homem.” (Portelinha, 2012: 30)

“A identidade europeia evolui em função da dinâmica da construção da Europa. No domínio das relações externas,

⁵ Tratado EURATOM: http://ec.europa.eu/energy/nuclear/euratom/euratom_en.htm

⁶ Declaração de Copenhaga sobre a Identidade Europeia in “Recueil des documents institutionnels de la Communauté de 1950-1982, Parlement européen, Commission institutionnelle”, in *60 Anos de Europa – Os Grandes Textos da Construção Europeia*, Parlamento Europeu, 2008, p. 223.

os Nove empenhar-se-ão, nomeadamente, em definir, de forma progressiva, a identidade europeia face às outras entidades políticas. Ao fazerem-no, estão conscientes de estarem a reforçar a coesão interna e a contribuir para a elaboração de uma política especificamente europeia. Estão também convencidos de que a aplicação progressiva dessa política será um dos elementos essenciais que deverá permitir aos respectivos países enfrentarem com realismo e confiança as etapas posteriores da construção europeia, facilitando a transformação prevista do conjunto das suas relações numa União Europeia.”

Declaração de Copenhaga sobre a Identidade Europeia,
1973

O relatório *L’Union Européenne*, apresentado por Léo Tindemans em 1975, ao Conselho Europeu, sugere a criação de uma Fundação Europeia da Cultura, que tivesse a capacidade de ‘aproximar os povos da Europa’ (Portelinha, 2012: 30/31). O primeiro-ministro belga pretendia reiterar a ideia de que o processo de integração europeia e as instituições da UE precisavam de incluir uma dimensão identitária às suas directrizes. O relatório chama a atenção para a adaptação das premissas europeias às mudanças dos tempos, pois começava a sentir-se nos cidadãos a percepção de que a “união política não surge automaticamente com a integração das economias”. Assim, Tindemans sugere a aproximação da instituição ao cidadão, transmitindo a ideia de respeito e preservação dos ‘valores que são o seu património comum’⁷.

Nos anos seguintes, o debate sobre a dimensão cultural e identitária foi-se intensificando gradualmente no seio da UE, figurando nos relatórios das instituições europeias, ainda que de forma breve.

⁷Relatório Tindemans in “Recueil des documents institutionnels de la Communauté de 1950-1982, Parlement européen, Commission institutionnelle, Luxemburgo” in *60 Anos de Europa – Os Grandes Textos da Construção Europeia*, Parlamento Europeu, 2008, pp. 96-101.

Em 1983, a *Solemn Declaration on the European Union*, elaborada em Estugarda e posteriormente adaptada pelo Conselho Europeu, dedica um capítulo à discussão da cooperação cultural entre Estados-membros, “onde a acção cultural é finalmente recomendada como meio de estimular uma identidade comum entre outras medidas destinadas a aprofundar a integração europeia” (Portelinha, 2012: 31).

“The Heads of State or Government, on the basis of an awareness of a common destiny and the wish to affirm the European identity, confirm their commitment to progress towards and ever closer union among the peoples and the Member States of the European Community”

European Council, Solemn Declaration of the European Union, Stuttgart, 19th June 1983⁸

Este documento incentiva os Estados-membros ao intercâmbio cultural, nomeadamente no âmbito do ensino universitário (tanto de professores como de alunos), à preservação da herança cultural comum, ao aclaramento dos cidadãos europeus acerca dos elementos e valores culturais de outros Estados-membros da CEE, assim como incentiva à cooperação cultural com países terceiros (também eles parte do continente europeu, entendendo-se este ponto como uma forma estabelecer ligação com possíveis futuros membros da instituição). É também introduzida, neste documento, a ideia de organização de actividades culturais conjuntas entre Estado-membros, uma primeira alusão àquilo que acontece com frequência, actualmente, durante as *Capitais Europeias da Cultura*, relativa à colaboração entre EM, na organização de eventos e projectos culturais.

“Em 1986 surgem os Euro-símbolos (bandeira, hino) uniformizou-se o design dos passaportes, surgiu a Orquestra de Jovens da Comunidade Europeia...” (Sticht in Portelinha, 2012: 31/32).

⁸ Solemn Declaration of the European Union, Stuttgart, 1983, (<http://www.eurotreaties.com/stuttgart.pdf>)

Imagem 2- Bandeira da União Europeia



Fonte: <http://europa.eu>

Imagem 1 - Cartão Único Europeu



Fonte: <http://www.cartaodecidadao.pt/>

O ano de 1986 foi determinante para a afirmação da cultura como componente determinante para a Comunidade e a integração europeias. Neste mesmo ano Jacques Delors, no decorrer do primeiro dos seus três mandatos como Presidente da Comissão Europeia, nomeia a primeira direcção-geral para a cultura (Portelinha, 1012), e no seu segundo mandato na presidência da CE introduz, pela primeira vez na história das Comunidades Europeias, o comissariado dos Assuntos Culturais e do Audiovisual, que contou com Jean Dondelinger como comissário.

Ainda em 1986, vivia-se o rescaldo do início prático do programa que trataremos como estudo de caso ao longo deste trabalho, a *Capital Europeia da Cultura*, então *Cidade Europeia da Cultura*. A primeira cidade a acolher o evento foi a capital grega, Atenas. A ideia para este programa partiu da, então, Ministra da Cultura grega, Melina Mercouri, que apresentou a sua proposta no Conselho de Ministros, em Junho de 1985, defendendo a importância da cidade na dinâmica europeia, e na sua associação com a cultura que espelha “the centrality of cities for the cultural scene in Europe” (in Portelinha, 2012: 32). Esta iniciativa viria a tornar-se num dos mais emblemáticos e relevantes programas culturais da União Europeia.

No Tratado de Roma, como já foi referido, não há qualquer referência à cultura. Só em 1992, com o Tratado da União Europeia (ou Tratado de Maastricht), é introduzida no plano de acção comunitário a difusão e cooperação cultural entre os Estados-membros, e é assim dado um importante passo em frente no projecto de integração europeia. A primeira introdução oficial nesta área surge no artigo 128º do TUE: “A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-

membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum”⁹.

Na sequência do Tratado da União Europeia, foram surgindo uma série de programas de cariz cultural como o Caleidoscópio, que apoiava o financiamento de projectos de cooperação cultural cujas organizações decorressem entre, pelo menos, três Estados-membros como forma de promover “the knowledge and transmission of culture and of the cultural experience of the European people. It also aims to improve the skills of artists and others involved in the cultural sector and to improve access to culture for all citizens”¹⁰. O programa Ariane¹¹, adoptado em 1997 e 1998, intencionava-se ao apoio a iniciativas e projectos na área da literatura, dos livros e da tradução, e tinha como principais objectivos o incentivo à cooperação literária entre EM, ao mesmo tempo que apoiava os autores europeus e a difusão da cultura europeia, através da tradução de livros das mais variadas nacionalidades. Por último, o programa Rafael¹², aplicado entre 1997 e 2000, que se destinava à protecção e divulgação do património cultural europeu e tinha como principal objectivo “encourage cooperation for the protection, conservation and enhancement of Europe's cultural heritage, raising citizens' awareness of cultural heritage and facilitating their access to it”¹³.

A dimensão cultural continua a crescer no seio da União Europeia, mas com o aparecimento de alguns entraves, o aprofundamento desta área foi estagnando. No entanto, é importante recordar que “devemos ponderar as potencialidades que a cultura e as artes, das partes anteriormente separadas do continente, podem trazer para o processo de moldar, também, uma mentalidade europeia alargada” (Jaraf, 2005: 250).

3. A cultura europeia – unidade *versus* diversidade

A diversidade cultural é a manifestação de experiência humana enriquecedora, ferramenta a utilizar para conciliar diferenças e superar preconceitos. O ponto de partida para estabelecer laços entre os membros da comunidade europeia.

⁹ Tratado da União Europeia in Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2002.

¹⁰ http://ec.europa.eu/culture/archive/sources_info/press_speeches/cpkaleidoscope99_en.html

¹¹ http://ec.europa.eu/culture/archive/culture2000/historique/ariane_en.html

¹² http://ec.europa.eu/culture/archive/sources_info/press_speeches/cpraph99_en.html

¹³ Ver nota anterior.

O termo cultura pode ser relacionado a duas definições diferentes mas simples, dependendo do ponto de vista da análise uma vez que “flutua entre a definição humanista dos valores que dão forma aos ideais de todos os homens cultos, e a definição sociológica das tradições específicas de uma comunidade” (Compagnon, 2005: 214).

Para muitos autores a dimensão cultural deve fazer parte das directrizes da União Europeia, por ser uma área de importante ligação social entre a instituição e os cidadãos europeus. Além disso, pode contribuir também para que seja incluída no plano de acção comunitária a difusão da “cidadania europeia, para o desenvolvimento pessoal e humano através da educação, para a coesão económica e social entre Estados-membros, para o crescimento de emprego na Europa, para a eliminação da exclusão, para o enriquecimento de qualidade de vida” (Compagnon, 2005: 220).

A cultura comum europeia funciona, então, como elo de ligação entre as várias comunidades europeias, e foi decisiva em determinados períodos da história recente da Europa para que os povos europeus se mantivessem unidos e relacionados. Após a Segunda Guerra Mundial, após cinquenta anos nos quais a Europa se viu envolvida nas dinâmicas da Guerra Fria, estando política e economicamente dividida em Ocidente e Leste, “foi a linguagem da cultura que continuou a encerrar a possibilidade de ser elo de ligação entre as nações de continente. Especialmente para muitas pessoas dos países menos afortunados da Europa, o conhecimento da cultura e do património cultural, bem como o reconhecimento ou a consciência de valores culturais comuns, serviram de elo de ligação ao vivo com o mundo mais livre.” (Jaraf, 2005: 247)

Para os povos das antiga União Soviética, era difícil manter qualquer tipo de ligação às restantes nações e sociedades europeias, mas ainda assim, era para eles importante o acesso à cultura da Europa ocidental, que os mantinha ligados aos valores europeus de raiz. Os povos de leste tentavam, sempre que o regime comunista o permitia, “a aproximação ao outro mundo (as tentativas de aproximação e apropriação da algo relevante nas artes e nos fenómenos culturais da Europa mais afortunada que existia do outro lado da ‘Cortina de Ferro’). (...) para os Polacos, Checos, Eslovacos ou Húngaros, a identificação com o património artístico representado por Shakespeare, Villan, Goethe, Beethoven, Cézanne e outros génios europeus era uma atitude muito natural que muitas vezes lhes permitia expressar aspirações reprimidas”(Jaraf, 2005: 248).

“Para os que não tinham liberdade, a cultura respondia a mais objetivos e necessidades”

Jaraf (2005: 248)

A diversidade cultural é defendida pela União Europeia como sendo uma mais-valia, pela riqueza de cultura e património das comunidades europeias, desde o Tratado de Maastricht. No entanto, esta diversidade pode, por vezes, trazer alguns entraves ao desenvolvimento e cooperação entre EM. O vasto leque de línguas europeias dificulta a comunicação entre cidadãos e representantes políticos dos variados Estados-membros, nomeadamente, após o alargamento massivo de 2004.

Os esforços de adaptação a uma nova forma de integração nem sempre são abordados pelas instituições europeias da melhor forma. Temos o exemplo das dificuldades de tradução no Parlamento Europeu (PE) após o alargamento em 2004. O departamento de tradução do PE não fez a devida adaptação ao alargamento ao não incluir nos seus quadros administrativos intérpretes suficiente para cobrir todas as reuniões do Parlamento, e das comissões do mesmo que eram responsáveis pelas mais variadas áreas políticas. Além disso, em 2007, foi tomada a decisão de reduzir os intérpretes de algumas línguas, entre elas o português, em reuniões seleccionadas das comissões do PE, situação denunciada pelo então eurodeputado do Partido Social Democrata português, Vasco Graça Moura, numa carta dirigida ao Parlamento Europeu, ao seu Presidente (à data Hans Gert-Pöttering) e ao Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. Graça Moura contestava a dissonância entre aquilo que se defende nas políticas culturais europeias, o multilinguismo e o respeito pela diversidade, e aquilo que na prática acontecia nas instituições europeias, sendo que estas iam contra as premissas defendidas. Este tipo de situações mostra a fragilidade e a falta de reconhecimento que o campo da cultura ainda sofre no seio das próprias instituições da UE. (Moura, 2008: 467).

Guilherme d'Oliveira Martins fala, no seu livro *O Enigma Europeu- Ensaios e Reflexões*, sobre a necessidade de adequar o ensino e os regulamentos educativos dos Estados-membros da União Europeia aos assuntos relacionados com a instituição. Para haver uma percepção clara, por parte da população mais jovem, acerca dos assuntos

européus. É necessário que se use as ferramentas da educação, desde tenra idade, para assim se poder formar uma sociedade mais informada sobre as instituições das quais fazem parte. Uma sociedade mais informada, é uma sociedade mais consciente, mais participativa e mais livre, de forma a que ser cidadão europeu signifique “participar num amplo espaço heterogéneo de multiculturalidade, na qual a mobilidade, o intercâmbio, o diálogo entre povos, culturas e pessoas poderão construir factores poderosos de inovação e criatividade. As sociedades europeias serão, assim, levadas a corresponder a numerosos e intensos estímulos de mudança” (Martins, 1993: 104).

Também para Luísa Leal Faria (1992) a educação é um campo imprescindível para o desenvolvimento das Comunidades Europeias, e nota ainda que o debate sobre o assunto se tem vindo a intensificar pela consciencialização da importância do mesmo. Para a autora, as políticas de educação deverão estar associadas à realidade cultural dos Estados-membros, de modo a ser bem-sucedida. Sem uma estratégia definida em consonância entre os campos da educação e da cultura, o projecto europeu corre o risco de “se seccionarem artificialmente continuidades e equilíbrios e o novo «edifício» ser erguido sem fundações” (Faria, 1992: 989).

Esta ideia vai ao encontro da opinião de muitos outros autores, inclusive da ideia defendida por Jean-Jacques Rousseau na sua obra *Contrato Social*, na qual este defende a ideia de que uma população devidamente educada e informada, é uma população que cria ligações fortes e opiniões concretas sobre a sua região, nação, ou outro. Podemos assim estender esta ideia à dimensão supranacional das políticas de educação da União Europeia, pois uma estruturação de um plano educacional para os EM, que saliente as características da cultura europeia, poderá incutir, nas gerações mais jovens, um maior interesse e participação a nível supranacional, na União Europeia.

“A cultura é uma língua comum da Europa”

Fernand Braudel in Compagnon (2005: 211)

Como já foi referido acima, as Comunidades Europeias só integraram a discussão sobre a cultura e a identidade europeias, duas décadas após o estabelecimento

da instituição inicial de cooperação. Havia então a necessidade de gerir as várias “culturas no âmbito de uma mesma civilização europeia, o apego a valores e princípios comuns, a afinidade entre concepções de vida, a consciência de possuir em comum interesses específicos e a determinação em participar na construção da Europa, dão à identidade europeia um carácter original e um dinamismo próprio.”¹⁴. Este esforço de abertura a uma nova dimensão de cooperação entre os Estados-membros, foi decidido pela concordância entre estes da potencialidade desta área e pela percepção de que “no futuro, culturas nacionais diversas poderão convergir para uma cultura política comum” (Habermas, 1991 in Compagnon, 2005: 227), tornando o processo de integração europeia ainda mais profundo.

A política cultural europeia “deveria estar fundada sobre a ideia dos direitos universais do Homem, enquanto as culturas, religiões e tradições de «modos de vida específicos» deveriam ser protegidas na sua diversidade, desde que não sejam contrários aos princípios democráticos de esfera pública (Compagnon, 2005: 228). Alguns autores discutem a duplicidade da cultura da Europa, que, ao mesmo tempo que se conecta nas propriedades políticas, com o mesmo tipo de valores democráticos e noções de Estado, torna-se desigual e distinta no que diz respeito às dinâmicas das sociedades (Compagnon, 2005).

Antoine Compagnon menciona a teoria da dupla verdade cultural, de Jürgen Habermas, que refere as dinâmicas entre os EM e as instituições europeias, referindo-se ao sentido da união política mas também da diversidade no que se refere ao espaço público, dos modos de vida da comunidade: “«os direitos culturais podem ser entendidos como direitos subjectivos, dando a todos os cidadãos igual acesso aos ambientes culturais, às relações interpessoais e às tradições, na medida em que estas são essenciais para o desenvolvimento das suas identidades pessoais. Os direitos culturais não significam apenas «mais diferença» e mais autonomia (...) um multiculturalismo bem pensado não é uma via de sentido único para grupos em que cada um tem uma identidade única a afirmar. A coexistência igualitária de diferentes formas de vida não deve impor segmentação. Requer a integração dos cidadãos - e o reconhecimento das

¹⁴Declaração de Copenhaga sobre a Identidade Europeia in “Recueil des documents institutionnels de la Communauté de 1950-1982, Parlement européen, Commission institutionnelle”, in 60 Anos de Europa – Os Grandes Textos da Construção Europeia, Parlamento Europeu, 2008: p. 223.

suas pertenças culturais - e na estrutura de uma política cultural partilhada» ” (Habermas in Compagnon, 2005: 227).

Com a intensificação do fenómeno da globalização, principalmente nos últimos 50 anos, há a tendência para adoptar hábitos culturais das culturas dominantes, como a cultura norte-americana, fortemente divulgada através da indústria cinematográfica. O acesso facilitado a este tipo de arte, que se pode assistir em todo o mundo, é extremamente impactante nas práticas das actividades culturais no quotidiano dos europeus. Um filme norte-americano é muito mais comercializado e publicitado do que um filme europeu, e a procura do consumidor é consistente com a disposição destes factores. Apesar dos esforços efectuados pela Comissão Europeia nos últimos anos, relativamente à promoção deste tipo de indústria, é difícil combater tendências que se têm vindo a instalar na sociedade de forma massiva. As consequências deste fenómeno tornam-se evidentes quando, por exemplo, ouvimos os europeus utilizarem expressões ou o sotaque norte-americano, e não o britânico, que lhes é geograficamente e culturalmente mais próximo.

À questão da globalização, juntam-se agora, as dificuldades causadas pela crise económica gravíssima que abalou grande parte dos EM da União Europeia. Com isto, os debates sobre a cultura e a problemática da identidade europeia são relegados para segundo ou terceiro plano, na mesa de discussões da UE, para dar lugar a assuntos mais relacionados com a área da economia e das finanças. Por este motivo, não há a hipótese de desenvolver e explorar devidamente esta dimensão cultural e as suas potencialidades se se continuar a relegar a cultura para “ posições marginais, se continuar a ser um mero adorno, a última coisa, mas não a menos importante, mas mesmo assim a última a ser considerada nos planos para o futuro” (Jaraf, 2005: 253).

Para combater estas questões, que põem em causa todos os esforços até hoje realizados no campo cultural da integração europeia, é necessário fortalecer as bases da política cultural comum, assim como da identificação dos cidadãos europeus com estas mesmas políticas. Para isso é necessário estabelecer uma ponte de colaboração entre as instituições europeias e entidades da área cultural que possam contribuir para a evolução da mesma no âmbito da União Europeia. Para uma verdadeira evolução do projecto europeu “os intelectuais, os artistas, as escolas e a comunicação social terão de ajudar a

apresentar a Europa como um desafio; as sociedades e as comunidades de cidadãos e as suas representações políticas terão de definir as prioridades a realizar e os valores a abraçar. Já não bastarão proclamações ocas sobre a importância da educação e da cultura” (Jaraf, 2005: 253).

No entanto, a planificação dos programas de cultura da União Europeia continua a assumir um cariz económico pelos fins que se propõe a atingir, e não exclusivamente pelos objectivos humanos e sociais, como fica clara na regulamentação do programa Europa Criativa, novo programa cultural para o período de 2014 a 2020. “Os sectores culturais e criativos constituem uma fonte de ideias inovadoras, que podem ser transformadas em produtos e serviços, criam crescimento e postos de trabalho e ajudam a fazer face às mudanças da sociedade.”¹⁵

¹⁵ REGULAMENTO (UE) N. o 1295/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 11 de Dezembro de 2013 que cria o Programa Europa Criativa (2014-2020) e que revoga as Decisões n. o 1718/2006/CE, n. o 1855/2006/CE e n. o 1041/2009/CE, Jornal da União Europeia, 2013.

Capítulo II - A Politização da cultura no seio das Comunidades Europeias

“Se fosse possível refazer tudo, começaria pela cultura.”

Jean Monnet in Nouschi (1994: 242)

1. A importância da programação cultural

Como já foi referido no capítulo anterior, a componente programática cultural só foi realmente introduzida nos planos de acção da política de cooperação europeia a partir do Tratado da União Europeia. O debate sobre a questão cultural e identitária europeia foi apresentado pela primeira vez na *Declaração de Copenhaga sobre a Identidade Europeia*. “O colosso comunitário encara a sua diversidade cultural, étnica, religiosa ou linguística como riqueza” (Portelinha, 2012: 17). Nos anos seguintes a Comunidade Europeia foi apoiando o financiamento de alguns projectos culturais como a restauração da Acrópole de Atenas, em 1975, ou a fundação da Orquestra Jovem da União Europeia (então Orquestra Jovem da Comunidade Europeia) por Lionel Bryer e Joy Bryer, com o intuito de criar uma orquestra que representasse os ideais do trabalho em conjunto de comunidades com o principal objectivo de manter a paz e o equilíbrio social¹⁶.

Relembre-se também que só em 1986, pela mão do então Presidente da CE, Jacques Delors, foi criada uma direcção-geral para os assuntos culturais (Portelinha, 2012).

“Não há fanáticos nem utópicos da cultura europeia” (Compagnon, 2005: 226) e por isso esta vertente de cooperação entre os Estados-Membros foi tardiamente introduzida na agenda oficial da instituição, e o seu potencial continua a ser desvalorizado, tanto do ponto de vista sociológico, como do ponto de vista económico, como forma de aprofundamento da integração europeia.

As políticas culturais da União Europeia funcionam como uma forma de humanizar as instituições europeias, de aproximá-las dos cidadãos, e para não tornar a UE numa entidade exclusivamente reguladora de normas económicas pois “para muitos a cultura tornou-se uma política alternativa” (Jaraf, 2005: 247). Esta dimensão humanizadora pode, se devidamente desenvolvida e aprofundada, levar a União Europeia a um novo patamar de integração política e de cooperação entre EM. Por isso, os programas da política cultural comum desempenham um papel fundamental na realização do percurso pretendido, nunca esquecendo, no entanto, que “a finalidade da

¹⁶ Orquestra Jovem da Comunidade Europeia: <http://www.euyo.org.uk/>.

política cultural europeia não deve ser a unificação cultural ou a criação de uma nova cultura europeia, mas sim a promoção de um desejo de maior partilha da rica diversidade cultural da Europa” (Jaraf, 2005: 250).

Apesar de o apoio a projectos culturais nas Comunidades Europeias terem sido consideravelmente escassos até à entrada em vigor do TUE¹⁷ (em 1993), foi em 1985 que surgiu, por parte de Melina Mercouri (Ministra da Cultura da Grécia), a ideia da criação do mais perdurável programa cultural alguma vez inserido na planos de acção da UE, a *Cidade Europeia da Cultura*, designação oficial até 1999. Para alguns autores é até considerado o principal passo para inserção do campo cultural na acção comunitária (Compagnon, 2005).

Relativamente a este programa, o mesmo irá ser desenvolvido de forma mais aprofundada mais à frente.

Os programas culturais da União Europeia devem ter como objectivo principal a participação dos cidadãos no evento como forma de difusão e assimilação cultural, entre e para cidadãos europeus. No entanto, há, inevitavelmente, um cariz económico que é sempre associado a qualquer programa europeu, não fosse esta uma instituição que nasceu da cooperação económica e comercial.

“Uma política cultural deve contribuir para colocar dinamicamente o imenso e multímido património cultural da Europa ao alcance dos seus cidadãos”

Graça Moura (2008: 126)

Este argumento não desvaloriza o factor económico, até porque é muito complicado dissociar uma instituição como a União Europeia da componente

¹⁷ O Tratado da União Europeia, ou Tratado de Maastricht, insere oficialmente a cultura nas directrizes europeias. O Artigo 151º inicia com o objectivo principal desta directriz “A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum, para depois enunciar os planos de acção da mesma”.

económica dos seus trabalhos. O bem-estar dos cidadãos depende do sucesso económico da UE e, conseqüentemente, dos seus Estados-membros. Além do mais, a crise económica que tem afectado a Europa acentua as divergências no seio da União. Este fenómeno é, obviamente, um grande retrocesso para o projecto europeu, e para alguns dos componentes criados nos últimos anos, como é o caso da moeda única, que é considerado um passo de gigante para o processo de legitimação da União Europeia como órgão de poder, e também para o trabalho realizado no campo da identificação europeia por parte dos cidadãos, que têm no Euro um dos elementos comuns mais importantes e significativos.

Ainda não há uma percepção clara, por parte dos cidadãos europeus, da plenitude e importância da culturas e dos programas culturais para o desenvolvimento do projecto de integração europeia. “A ideia de um projecto cultural comum foi, de resto, muito contestada na crença de que constitui uma ameaça à diversidade cultural e aos referentes culturais específicos de cada nação” (Portelinha, 2012, 54). A cultura continua a ser uma área de discussão que levanta muitas reticências à grande maioria dos Estados-membros, que são produtos do modelo europeu de Estado-nação, protectores e defensores da sua história, património e cultura.

2. Os programas culturais

A aposta da União Europeia na instituição de programas culturais iniciou-se de forma tímida, mesmo com a oficialização desta nova vertente de acção comunitária no, então, progressista TUE. Como já foi referido, o programa *Cidade Europeia da Cultura*, foi o primeiro a ser lançado, em 1985. No seguimento deste, surgiu em 1990 por acordo entre os Ministros da cultura, o *Mês Europeu da Cultura*, um evento que poderia ter palco em qualquer país europeu que tivesse como base a ‘democracia, o pluralismo e lei’¹⁸. Este programa visava incluir no plano de acção comunitário todos os países europeus, nomeadamente os países do leste europeu, num período histórico em que estes se declaravam livres da União Soviética. Entretanto o programa foi extinto¹⁹.

¹⁸http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/capitals/history-of-the-capitals_en.htm

¹⁹Ver nota anterior.

No entanto, após a assinatura do TUE, e durante a década de 1990, foi sendo lançada uma primeira geração de programas culturais, que funcionavam como programas-piloto, como forma de preparação para a introdução de um programa-quadro cultural oficial.

O primeiro destes projectos culturais europeus rudimentares teve início em 1996 (tendo sido posto à prova, de forma embrionária e restrita, entre 1991 e 1995), era o programa *Caleidoscópio*. Este destinava-se essencialmente a encorajar a criatividade artística e cultural na Europa através da cooperação entre Estados-membros. Funcionava como base de suporte técnico e económico a diversos projectos com acção na dimensão europeia, de cooperação entre, pelo menos, três EM. Pretendia promover o conhecimento e a difundir a cultura e a ‘vida cultural’ dos cidadãos, de forma a contribuir também para a formação profissional de pessoas ligadas às artes e aos operadores culturais, e acima de tudo, facilitar o acesso à cultura e aos eventos culturais²⁰.

O programa envolvia secções artísticas que iam das artes performativas (música, opera, dança, teatro), às artes aplicadas (design e fotografia), às artes plásticas e visuais (arquitectura, pintura, escultura), assim como projectos de multimédia e expressão artística.

O seu orçamento global para os primeiros três anos em que esteve em actividade foi de 26.5 milhões de euros, mas foi posteriormente prolongado até 1999, com um orçamento adicional de 10.2 milhões de euros. No âmbito deste programa “foram co-financiados maioritariamente projectos de música (29,4% dos projectos seleccionados), teatro (29%) e dança (8,8%)” (Portelinha, 2012: 35)²¹.

Seguiu-se o programa *Ariane*, lançado com um plano de dois anos consecutivos, 1997 e 1998, após um período experimental em 1996 (Portelinha, 2012), com o intuito de apoiar os livros e os autores europeus, assim como a tradução de livros em várias línguas do domínio comunitário. Os principais objectivos, definidos pela UE, para este programa foram a cooperação entre Estados-membros no campo da literatura e da leitura, de modo a apoiar a difusão da cultura europeia mas respeitando, ao mesmo

²⁰http://ec.europa.eu/culture/archive/culture2000/historique/kaleidoscope_en.html

²¹ “GMV Conseil, Evaluation ex-post des programmes Kaléidoscope, Ariane et Raphaël 1996/1999 Rapport final, Commission Européenne (D.G. de l’éducation et de la cultura), Juillet 2003, p. 12.” in Portelinha, 2012, p.35.

tempo, a diversidade cultural das regiões. Intenciona ainda aumentar o conhecimento e a disseminação da literatura e da história dos povos europeus, apoiando a tradução como forma de conseguir que os cidadãos europeus se identifiquem com características culturais de outros EM²².

O programa *Ariane* contou com um orçamento de 7 milhões de euros iniciais, aos quais se juntaram mais 4.1 milhões de euros aquando da decisão de extensão do programa também em 1999.

O *Rafael* foi um programa de acção comunitária no espaço da preservação da herança cultural, durante quatro anos, de 1997 a 2000. As principais directrizes delineadas para este programa foram a protecção, conservação e desenvolvimento da herança cultural da Europa e a divulgação da mesma aos cidadãos europeus. Os principais alvos de acção deste programa foram espaços de difusão cultural (como museus, bibliotecas, arquivos regionais, exposições fotográficas, entre outros), herança arqueológica e submarina, herança arquitectónica e paisagística²³. Foram apoiados 222 projectos no âmbito deste programa, e disponibilizados 30 milhões de euros como apoio financeiro comunitário.

O ano de 1999 marcou o fim dos três principais programas postos em prática pela UE, e já referidos acima, que iniciaram o ciclo de acção cultural comunitário. Para dar continuidade a esta acção foi apresentado um plano ainda mais ambicioso, o programa *Cultura 2000*, inicialmente arquitectado para o período entre 2000 a 2004, e posteriormente estendido até 2006. O primeiro programa-quadro cultural da União Europeia foi desenhado segundo um conjunto de directrizes base, entre as quais a melhoria dos intercâmbios na área cultural comum dos cidadãos europeus através da promoção da cooperação entre EM e regiões. O objectivo era promover a criatividade, a ‘disseminação transnacional’ de cultura, a cooperação entre artistas, operadores culturais e as próprias instituições culturais dos EM da União Europeia²⁴.

“*Cultura 2000* procura encorajar a criatividade e a mobilidade, o acesso público à cultura, o diálogo intercultural e o conhecimento de história dos povos da Europa. O

²² http://ec.europa.eu/culture/archive/culture2000/historique/ariane_en.html

²³ http://ec.europa.eu/culture/archive/culture2000/historique/raphael_en.html

²⁴ http://ec.europa.eu/culture/archive/sources_info/pdf-word/decision_en.pdf.

programa também vê a cultura como desempenhando um papel de integração social e no desenvolvimento socio-económico” (Compagnon, 2005:221).

O orçamento atribuído ao *Cultura 2000*, pela totalidade do período em que este esteve em vigor, foi de 236.5 milhões de euros.

A gestão deste *Cultura 2000* estava ao cargo da Comissão Europeia. Era da responsabilidade de um painel de especialistas independentes que constituíam um comité administrativo, nomeado pela CE, escolher os projectos. O programa contou com a participação de cerca de trinta países europeus, entre os quais todos os Estados-membros (Países Baixos, Portugal, Espanha, Suécia, Reino Unido, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Chipre e Malta), três países do Espaço Económico Europeu (EEE - Islândia, Liechtenstein e Noruega) e os dois países então candidatos a EM da União Europeia, a Bulgária e da Roménia.

Foi sob a alçada deste programa que entraram em funcionamento, em 1999, as *Jornadas Europeias da Herança e Património* (tinham já sido projectadas em 1985) que acontecem sempre no mês de Setembro em cerca de cinquenta países em toda a Europa, numa iniciativa que partiu da Comissão Europeia e do Conselho da Europa. Estas jornadas promovem a difusão e preservação da herança cultural europeia, com a realização de eventos como visitas a espaços normalmente restritos, mas importantes para a herança cultural europeia, de modo a sensibilizar os cidadãos europeus para a riqueza da sua cultura, património e história²⁵.

Como forma de comemorar a introdução do primeiro programa-quadro cultural da União, e ao mesmo tempo celebrar os quinze anos da entrada em vigor do programa *Capital Europeia da Cultura*, os Ministros da Cultura da UE decidiram atribuir, excepcionalmente, este título a nove cidades, no ano 2000. As cidades seleccionadas para acolher a *Capital Europeia da Cultura* foram Avinhão, Bergen, Bolonha, Bruxelas, Cracóvia, Helsínquia, Praga, Reiquiavique e Santiago de Compostela.

²⁵ http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/heritage-days/european-heritage-days_en.htm.

O programa-quadro seguinte, *Cultura 2007*, vigente para o período entre 2007 e 2013 introduziu uma série de directrizes comunitárias, às já existentes no anterior programa-quadro cultural. Antes de mais, reforça a importância da herança cultural comum e do respeito pela diversidade cultural europeia. Apresenta seguidamente os objectivos da mobilidade transnacional de actores culturais para incentivar a colaboração na produção cultural, e reunir esforços para estimular o diálogo intercultural. Este programa-quadro delineia ainda três vertentes de acção: o apoio às acções culturais (como por exemplo os projectos de cooperação multianual, as medidas de cooperação e as medidas especiais), apoio aos corpos culturais (instituições e entidades de cooperação cultural de todos os EM), apoio à análise de políticas e à disseminação de actividades culturais.

Este programa deu continuidade ao anterior e acrescentou algumas acções assinaláveis, como é o caso dos *Prémios da Cultura da União Europeia*, que galardoam pessoas que se distinguiram nos sectores da música, literatura, arquitectura e herança cultural. Em 2008, a Comissão Europeia lançou *A História do Ano Europeu do Diálogo Intercultural 2008* (AEDI)²⁶, para o qual foram realizadas, durante todo este ano, diversas iniciativas com o intuito de sensibilizar a opinião pública europeia para a necessidade do diálogo intercultural entre os povos europeus, envolver o diálogo intercultural no quotidiano dos cidadãos, promover o papel do diálogo cultural para melhorar a compreensão mútua entre cidadãos europeus.

No ano de 2011, a Comissão Europeia propôs ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu a adopção e o apoio a uma iniciativa que já estava a ser levada a cabo por alguns países europeus desde 2006, a *Marca do Património Europeu*, acção que se propõe a nomear, todos os anos, patrimónios e riquezas que sejam importantes para destacar a história, a cultura e a integração europeia. A designação de património elegível, segundo a proposta da CE apresentada em 2010, refere-se a “monuments, natural or urban sites, cultural landscapes, places of remembrance, cultural goods and objects, intangible heritage attached to a place, including contemporary heritage”²⁷. Estas nomeações pretendem fortalecer o sentimento de pertença dos cidadãos europeus à UE associando o património que lhes é próximo à herança cultural europeia,

²⁶ http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/the-story-of-the-european-year-of-intercultural-dialogue_en.htm

²⁷ Proposal for a Decision of the European Parliament and of the Council establishing a European Union action for the European Heritage Label, Comissão Europeia, 2010.

estabelecendo um elo de ligação para cidadãos locais e cidadãos provenientes de outros países europeus.

O programa-quadro cultural para o período de 2014 a 2020 está incluído no *maxi* plano da União Europeia em termos gerais para esta etapa, o programa *Europa 2020*. O campo cultural não figura nos principais objectivos deste programa, que se prendem com o aumento do emprego, um maior investimento na área da Investigação & Inovação, o combate às alterações climáticas e promoção da sustentabilidade energética, a aposta na educação de modo a reduzir o abandono escolar e a aumentar a taxa de cidadãos formados pelo ensino superior, e ainda vincar a posição da UE na luta contra a pobreza e a exclusão²⁸.

No entanto, a área da cultura é um subprograma que se inclui no programa designado *Europa Criativa*, apresentado inicialmente em 2011, e aprovado oficialmente em Dezembro de 2013. Além da Cultura, os outros subprogramas deste plano são o MEDIA e uma Vertente Intersectorial. O novo programa defende a adaptação da área cultural à era digital e reitera (à imagem do programa-quadro anterior) a necessidade de rentabilizar os ‘bens e serviços culturais e criativos’, como forma de contornar a falta de apoio financeiro do sector privado a esta área²⁹. Os principais objectivos definidos para o sucesso deste programa são a salvaguarda, o desenvolvimento e a promoção da diversidade cultural e linguística europeia, a promoção do património cultural da Europa, assim como o fortalecimento da competitividade dos sectores culturais e criativos europeus, em particular do sector audiovisual, para promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (que são as directrizes base do *Europa 2020*).

“O Programa deverá ter em conta a dupla natureza da cultura e das actividades culturais, reconhecendo, por um lado, o valor intrínseco e artístico da cultura e, por outro, o valor económico de tais sectores, nomeadamente o seu

²⁸ http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/targets/index_pt.htm

²⁹ Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o programa Europa Criativa, Comissão Europeia, Bruxelas, 2011, p.2.

contributo societal mais vasto para a criatividade, a inovação e a inclusão social.”

Programa Europa Criativa³⁰

3. O orçamento da cultura

Como já foi referido acima, a dimensão cultural só foi oficialmente introduzida no plano de acção comunitário em 1992, ou seja, só a partir do Tratado da União Europeia começou a ser pensado um plano estruturado de apoio financeiro ao planeamento de actividades culturais no âmbito da União Europeia. No entanto, esse plano não entrou em acção até o ano 2000, aquando da entrada em vigor do primeiro programa-quadro cultural da UE; até aí os projectos culturais iam sendo apoiados financeiramente pela UE de forma individual, o montante era atribuído após a avaliação de cada um dos projectos.

O primeiro programa-quadro oficial da União Europeia, que vigorou entre 2000 e 2006, contou com um orçamento inicial de 167 milhões de euros³¹, que foi aumentado após a decisão de prolongar o programa por mais dois anos (até 2006), e concluiu com um orçamento de 236.5 milhões de euros. Este valor seguiu com contingências de aplicação, sendo que um máximo de 45% deste deveria ser dirigido ao apoio financeiro a projectos e acções no campo das inovações e experimentações específicas, um mínimo de 35 % para as acções integradas, 10% para eventos culturais especiais e os restantes 10% para outras despesas.

Em Março de 2004, a publicação da Comissão Europeia intitulada “*Para uma cidadania efectiva: promover a cultura e a diversidade europeias através de programas no domínio da juventude, da cultura, do sector audiovisual e da participação cívica*”, apresentava algumas conclusões preliminares sobre a aplicação prática do *Cultura 2000*,

³⁰ REGULAMENTO (UE) N. o 1295/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 11 de Dezembro de 2013 que cria o Programa Europa Criativa (2014-2020) e que revoga as Decisões n. o 1718/2006/CE, n. o 1855/2006/CE e n. o 1041/2009/CE, Jornal da União Europeia, 2013.

³¹ DECISION No 508/2000/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 14 February 2000 establishing the Culture 2000 programme, Official Journal of the European Communities, 2000.

resultado de uma avaliação intercalar independente e também de uma consulta pública entre Maio e Julho de 2003 relativa a este assunto. Uma das conclusões retiradas deste estudo foi relativa às restrições orçamentais deste programa. “ Tanto a avaliação como a consulta revelaram certas lacunas do programa, como, por exemplo, o facto de este ter demasiados objectivos diferentes, sobretudo tendo em conta o orçamento limitado que lhe foi atribuído”.³²

A restrição orçamental relativamente a esta área leva certos autores, defensores da importância da mesma, a tecer alguns comentários. Para Antoine Compagnon “o orçamento da cultura e do audiovisual (2000 a 2006) representa apenas 0.1% do orçamento da União Europeia, e está essencialmente dedicado a subsidiar o sector do audiovisual e dos filmes” (Compagnon, 2005: 220).

O programa-quadro da cultura que se destinou para 2007 a 2013 tinha o orçamento projectado de 400 milhões de euros. Este valor seguia com um plano de acção que reserva 8% do mesmo para a gestão do programa. Os 92% restantes dividiam-se da seguinte forma: cerca de 32% deste montante destinava-se a projectos de cooperação multianuais (para um período de três a cinco anos), 29% para projectos sectoriais ou intersectoriais de cooperação entre operadores culturais europeus, 16 % destinavam-se a projectos ou acções especiais de uma escala considerável, 10% dirigiam-se para instituições (permanentes) que provaram ter um trabalho importante na área da cultura europeia, 5% para o apoio a estudos e trabalhos de informação e disseminação da cultura europeia que maximizassem os projectos culturais relacionados com este assunto³³.

Para o corrente plano plurianual constata-se um aumento do valor atribuído à área da cultura e do audiovisual, podendo contar agora, para o período entre 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2020, com 1 462 724 000 euros. Para cada subprograma é atribuído uma percentagem deste valor, que se divida da seguinte forma: 56 % para o subprograma MEDIA, 31 % para o subprograma Cultura, 13 % para a

³² COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO - Para uma cidadania efectiva: promover a cultura e a diversidade europeias através de programas no domínio da juventude, da cultura, do sector audiovisual e da participação cívica, Bruxelas, 9.3.2004, p.10.

³³ DECISION No 1855/2006/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 12 December 2006 establishing the Culture Programme (2007 to 2013), Official Journal of the European Union, 2006.

vertente intersectorial, 4 % para medidas de cooperação transnacional na área criativa. Ou seja, o orçamento do subprograma Cultura corresponde a cerca de 454 milhões de euros, apenas mais 54 milhões do que o programa cultural anterior.

Podemos, de facto, reparar nos aumentos orçamentais sucessivos que os programas culturais da União Europeia têm registado nos últimos. O que é também um facto, é que esses aumentos não têm sido muito significativos tendo em conta o aumento dos programas culturais que foram emergindo nos últimos dez anos, e também ao aumento das directrizes de acção que foram sendo associadas à área da cultura nos últimos dois programas-quadro.

Pode assim concluir-se, que apesar da aposta teórica de uma série de directivas mais abrangentes para os programas de cultura da UE, nomeadamente relativas ao aumento de emprego e crescimento económico, que “a cultura tem sido utilizada como factor de crescimento económico, instrumento social pela inclusão ou como facilitador de relação externas.” (Portelinha, 2012: 23). Porém, não é notado, ainda, um verdadeiro apoio neste campo para fazer valer os ditames de cariz social defendido nos objectivos, como é o caso da disseminação da identidade europeia e da cultura europeia comum.

4. História das Capitais Europeias da Cultura

“ (A CEC) trata-se de um prestigiante mandato envolto em inúmeras oportunidades que acontece uma única vez na história de uma cidade”

Portelinha (2012: 9)

A maior acção cultural da União Europeia (Compagnon, 2005), intitulava-se à sua criação, em 1985, *Cidade Europeia da Cultura*, e é agora o programa cultural com maior duração da história da UE, a *Capital Europeia da Cultura*. Este é um programa que permite que diversos actores e operadores culturais europeus cooperem num

espectáculo vivo de teatro, património, cultura urbana, cultura de rua, e novas formas de expressão artística, através das tecnologias (Portelinha, 2012), e que façam com que, durante um ano, uma (ou mais) cidade(s) europeia(s) seja o centro cultural da Europa.

A ideia deste programa surgiu, em 1985, de Melina Mercouri, então Ministra da Cultura grega, que vincou a importância de uma cooperação, também, a nível cultural por parte dos Estados-membros da CEE.

“It was time for our (the Culture Ministers) voice to be heard as loud as that of the technocrats. Culture, art and creativity are not less important than technology, commerce and the economy”.

Melina Mercouri (1985)³⁴

A proposta, apresentada por Mercouri numa reunião informal³⁵, foi posteriormente apresentada aos restantes ministros da cultura dos EM, e aprovada em Conselho de Ministros da Cultura em Junho de 1985. Inicialmente este projecto realizava-se como uma acção intergovernamental entre EM, e só mais tarde foi incorporado na acção programática comunitária: “o evento anteviu um renovado interesse nas cidades pela sua identidade e património culturais e foi ganhando relevo em termos de impacto e visibilidade junto dos cidadãos até receber o estatuto de acção comunitária, no final do século XX” (Portelinha, 2012: 21).

De facto, apenas em 1999 se procedeu à inclusão do programa *Cidade Europeia da Cultura*, no plano de acção comunitária, e há, assim, o reconhecimento por parte das entidades europeias da relevância que este programa representa(va), pelo seu impacto positivo nas cidades escolhidas para a realização do evento “in terms of media resonance, the development of culture and tourism and the recognition by inhabitants of

³⁴European Cities and Capitals of Culture Study Prepared for the European Commission Part I, PALMER/RAE ASSOCIATES, Bruxelas, 2004, p.41.

³⁵Ver nota anterior.

the importance”³⁶ deste programa. Também neste documento fica oficializada a mudança de nome do programa, que passou a ser designado como *Capital Europeia da Cultura* pela “great symbolic importance in the Member States of such a designation”³⁷. A partir deste momento, o programa passou a ser co-financiado pela União Europeia.

*“The Ministers responsible for Cultural Affairs consider that the 'European City of Culture' event should be the expression of a culture which, in its historical emergence and contemporary development, is characterized by having both common elements and a richness born of diversity. The event has been established to help bring the peoples of the Member States closer together, but account should be taken of wider European cultural affinities.”*³⁸

Em 2010, a UE decidiu homenagear a mente por detrás deste programa, Melina Mercouri, quando a contribuição financeira da UE para cada uma das CEC passou a ser designada como *Prémio Melina Mercouri*.

Em 2000, numa conferência realizada em Innsbruck (na Áustria) intitulada “Cidades e Regiões: Cultura e Diversidade”, organizada pelo Conselho da Europa, foi discutida a diversidade cultural europeia e o papel das cidades e regiões da Europa na protecção e disseminação da mesma. Esta conferência, posteriormente publicada pelo Conselho da Europa, foi importante na medida em que venceu algumas ideias fundamentais a reter, como por exemplo a seguinte, presente no relatório final desta publicação: “culture thrives on tradition, but above all on creation and exchange. The new opportunities for communication on the world scale, travel and migration facilitates ‘crossbreeding’ conducive to cultural development and creative activity. This engenders

³⁶DECISION 1419/1999/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 25 May 1999 establishing a Community action for the European Capital of Culture event for the years 2005 to 2019, p.2.

³⁷Ver nota anterior, p.3.

³⁸RESOLUTION of the Ministers responsible for Cultural Affairs, meeting within the Council, of 13 June 1985 concerning the annual event 'European City of Culture', Official Journal of the European Communities, 1985.

greater understanding and friendship between individuals and peoples provided that everyone is imbued with their own culture and able to overcome their fear of others”³⁹.

Este manifesto⁴⁰ foi uma forma de o Conselho da Europa fazer alusão a uma demonstração “artístico-cultural histórica que tem estimulado a cooperação e intercâmbio, as *Capitais Europeias da Cultura*” (Portelinha, 2012: 20), enaltecendo a importância das cidades e regiões como um veículo para o objectivo da proliferação cultural e da união dos cidadãos europeus.

Um dos critérios iniciais de selecção dos locais para albergar o evento, à sua criação em 1985, prendiam-se com a exclusividade anual da cidade relativamente ao mesmo, ou seja, apenas uma cidade era nomeada por ano. A cada ano, o Estado-membro a organizar a *Cidade Europeia da Cultura* deveria mudar e a decisão da escolha da cidade deveria ser tomada pelo menos dois anos antes da realização deste (ditame que não foi aplicável no caso de Atenas e Florença, pelo facto de a ideia deste programa só ter surgido em 1985). O processo inicial de escolha focava ainda que a sucessão de Estados-membros a receber este evento devia ser feita por ordem alfabética, mas que tal poderia ser alterado por acordo entre EM. A última directriz refere que todos os EM deveriam ter recebido a CEC aquando da atribuição do evento a um país que já o tenha realizado⁴¹.

Em 1999, aquando do enquadramento do programa no plano de acção comunitário, foram introduzidos e alterados alguns parâmetros. Ficou decidida a possibilidade de duas cidades por ano, em vez de uma, organizarem o evento. Estabeleceu-se que cada EM pode submeter a sua candidatura, de uma ou mais cidades, ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, à Comissão Europeia e ao Comité das Regiões, no máximo quatro anos antes da data prevista para o início do evento e, ainda, que a candidatura pode fazer-se acompanhar por uma recomendação do EM em questão. A escolha das nomeações é tomada por um painel constituído por especialistas da área

³⁹ Council of Europe, Final Declaration of the Conference “Cities and Regions: Cultural Diversity, 2000” in Portelinha 2012, p. 20.

⁴⁰ Ver nota anterior.

⁴¹ RESOLUTION of the Ministers responsible for Cultural Affairs, meeting within the Council, of 13 June 1985 concerning the annual event 'European City of Culture', Official Journal of the European Communities, 1985.

cultural, delegado pela Comissão Europeia, e após recomendação desta instituição, o Conselho Europeu emite a decisão da escolha das cidades nomeadas⁴².

As candidaturas ao programa devem-se particularmente às vantagens adjacentes a este tipo de evento, que trazem benefícios às cidades e aos seus cidadãos como o crescimento económico, o desenvolvimento estrutural, à exposição mediática, o incremento turístico, aumento da realização e diversidade de eventos culturais, entre outros (Portelinha, 2012). As instituições europeias assumiram a cultura como uma área determinante no seu plano de acção, nomeadamente a partir da viragem do século. Como claro exemplo desta mudança de planificação esteve a extensão dada no ano 2000, ao programa *Capitais Europeias da Cultura*, ano no qual foram nomeadas não uma, como era habitual, mas sim 9 cidades para albergar este evento no decorrer do mesmo ano, o que foi também uma forma de comemorar os quinze anos de existência do programa. As cidades de Avinhão (França), Bergen (Noruega), Bolonha (Itália), Bruxelas (Bélgica), Helsínquia (Finlândia), Cracóvia (Polónia), Reiquiavique (Islândia), Praga (República Checa), e Santiago de Compostela (Espanha), ajudaram a promover o programa CEC e as políticas culturais da União Europeia na sua generalidade.

A primeira cidade a receber este evento, pouco tempo depois da criação do mesmo, foi a capital da Grécia, Atenas, em 1985. O evento decorreu com alguns percalços, por ser um programa muito recente, e padeceu de “deficiências de organização e problemas orçamentais” (Portelinha, 2012: 63).

A verdade é que este primeiro evento pode ser considerado um teste, uma edição piloto do programa, uma vez que não havia, por parte dos organizadores gregos, grandes noções daquilo que se poderia fazer. A evolução do programa e o estabelecimento de directrizes organizativas acaba por ser desenhado com a prática, ou seja, com o próprio crescimento do programa CEC em termos de dimensão, visibilidade e financiamento.

A cada nomeação de uma nova *Capital Europeia da Cultura*, há, por parte das cidades que recebem este título, a necessidade de se informar e estudar os eventos anteriores, para daí retirar as suas ilações e adaptar à sua cidade um programa singular, mas que não seja totalmente díspar da evolução do programa comunitário, em si. Como

⁴² DECISION 1419/1999/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 25 May 1999 establishing a Community action for the European Capital of Culture event for the years 2005 to 2019, Official Journal of the European Communities, 1999: pp.2 e 3.

ficou determinado no artigo 12º da Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à criação de uma acção comunitária de apoio à manifestação “Capital Europeia da Cultura” para os anos de 2007 a 2019, a CE garante que seja realizada uma avaliação independente a cada uma das *Capitais Europeias da Cultura*, para conferir o sucesso do evento e a sua compatibilidade com as regras e objectivos definidos pelas instituições europeias. Essa avaliação é, posteriormente, apresentada pela CE às restantes entidades da UE, e publicado para que seja uma fonte de estudo do programa CEC.

O evento *Capitais Europeias da Cultura* tem percorrido todo o continente europeu e deixando a sua marca em quase todos os Estados-membros da União Europeia, tendo mesmo sido realizado em algumas cidades que não faziam, nem fazem ainda, parte da União Europeia, como foi o caso de Reiquiavique em 2000 ou de Istambul, em 2010. Estas cidades foram aceites no programa, uma vez que respeitam os critérios de selecção para o mesmo, por serem cidades com um património histórico-cultural europeu reconhecido, apesar de os seus países não fazerem parte da UE, o que é também uma forma de aproximar os cidadãos europeus, independentemente da inclusão do país em questão no projecto institucional europeu.

Tabela 1 - Capitais Europeias da Cultura (1985 - 2014)

Capital Europeia da Cultura	Ano
Atenas (Grécia)	1985
Florença (Itália)	1986
Amesterdão (Holanda)	1987
Berlim (Alemanha)	1988
Paris (França)	1989
Glasgow (Escócia)	1990
Dublin (República da Irlanda)	1991
Madrid (Espanha)	1992
Antuérpia (Bélgica)	1993
Lisboa (Portugal)	1994
Luxemburgo (Luxemburgo)	1995

Copenhaga (Dinamarca)	1996
Salónica (Grécia)	1997
Estocolmo (Suécia)	1998
Weimar (Alemanha)	1999
Avinhão (França), Bergen (Noruega), Bolonha (Itália), Bruxelas (Bélgica), Helsínquia (Finlândia), Cracóvia (Polónia), Reiquiavique (Islândia), Praga (República Checa), Santiago de Compostela (Espanha)	2000
Porto (Portugal) e Roterdão (Holanda)	2001
Bruges (Bélgica) e Salamanca (Espanha)	2002
Graz (Áustria)	2003
Génova (Itália) e Lille (França)	2004
Cork (República da Irlanda)	2005
Patras (Grécia)	2006
Luxemburgo (Luxemburgo) e Sibiu (Roménia)	2007
Liverpool (Reino Unido) e Stavanger (Noruega)	2008
Linz (Áustria) e Vilnius (Lituânia)	2009
Essen (Alemanha), Pécs (Hungria) e Istambul (Turquia)	2010
Turku (Finlândia) e Tallin (Estónia)	2011
Guimarães (Portugal) e Maribor (Eslovénia)	2012
Marselha (França) e Kosice (Eslováquia)	2013
Umea (Suécia) e Riga (Letónia)	2014

Fonte: Elaboração própria

No ano que antecede a celebração dos 30 anos do programa, Umea e Riga recebem o título de *Capital Europeia da Cultura*, e juntam-se, assim, a um grupo de 46 cidades que já tiveram o privilégio de acolher e organizar este evento.

Capítulo III – A problemática da Identidade Europeia

“Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas, em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida...O autoconhecimento- invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta- nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos pelos outros.”

Calhoun, 1994 in Castells (1999: 22)

1. O conceito de identidade

A discussão sobre o conceito de identidade nunca é consensual na comunidade científica (concretamente da área da sociologia), apesar da concordância de que esta é uma matéria de extrema importância para compreender o ser humano e o seu comportamento. No entanto, "toda a utilização da noção de identidade começa por uma crítica desta noção"(Levi Strauss, 1977: 331-332 in Ribeiro, 2011: 2).

Há também a questão da dualidade da percepção acerca deste assunto, uma vez “que consiste tanto na ideia socialmente mobilizada da reificação das pertenças, quanto no conceito movediço e intensamente sujeito à desconstrução e à avaliação crítica” (Ribeiro, 2011: 2). A discussão sociológica balança, assim, entre a construção positiva e da importância da identidade, e a desconstrução identitária e a problemática da exclusão.

“Identity was a concept in ancient Greek philosophy and mathematics, which did not play any important role in social sciences until the end of the nineteenth century when it was incorporated in the emerging discipline of psychoanalysis. Only in the 1970s and the 1980s did the concept invade the core of the social and historical sciences (Niethammer, 2000)”

Bo Strath (2002: 387)

O estudo do conceito de identidade suscita bastante interesse, pelas variadas hipóteses de interpretação deste conceito, consoante o ambiente de discussão e as variáveis envolvidas. Para Eder (2009), o senso comum da nossa sociedade usa o conceito de identidade de formas diferentes, vê-o como algo que uma pessoa ou um grupo tem, sendo esta uma forma simplificada de encarar a discussão. Mas ao contrário do que acontece no senso comum, o autor considera que o senso sociológico vê a pessoa ou grupo social como casos especiais de identidade que emergem como um tipo particularmente especial de relação social: “pessoas são transformadas em indivíduos com relações sociais que se definem como relações entre ‘pessoas livres e iguais’. (...) Esta forma modernista de relação social transforma também grupos em algo que tem

uma identidade colectiva, nomeadamente, nações. Nas mutações históricas de sujeitos para indivíduos, ou de reinos para nações, podemos observar a mudança na construção da identidade. A identidade é reconstruída quando se refere a diferentes tipos de relações sociais. Nestas relações sociais, a identidade torna-se preocupação principal de ‘indivíduos’ ou ‘nações’, como mostra o trabalho permanente de reparação e confirmação da identidade” (Eder, 2009: 429).

A definição de identidade pode ser simplesmente o sentimento de identificação de um indivíduo por uma determinada comunidade, a “fonte de significado e experiência de um povo” (Castells, 1999: 22). A construção da identificação é feita através do “reconhecimento de algumas origens comuns e características partilhadas com outra pessoa ou grupo, ou com um ideal, e com o estabelecimento do sentido de solidariedade e fidelidade” (Hall, 1996: 2).

Os processos de construção de identidade variam consoante a complexidade das relações sociais existentes (Eder, 2009). Nas sociedades contemporâneas, a identidade é resultado da escolha própria do indivíduo, as identidades são estratégicas na medida em que cada pessoa pode escolher aquilo que quer ser, a que quer pertencer. “Identity emerges by linking past social relations with those in the present.” (Eder, 2009: 428). No entanto, por vezes a construção de uma identidade é resultado de carência de um formato identitário que sustente um determinado grupo social. Para Bo Strath (2002: 387), “identity becomes a problema when there is no identity, particularly in situations of crisis and turbulence, when established ties of social cohesion are eroding or breaking down”, isto porque é nas situações de tensão e conflito que se torna mais necessário estabelecer uma ligação coesa e um sentido de unidade em qualquer grupo social ou comunidade.

Para Gerard Delanty, toda e qualquer identidade nasce de uma acção social, pois nenhuma pessoa, grupo social ou comunidade tem, à partida e desde a sua origem, uma identidade completamente definida e coerente. Esta é construída com a acção dos membros dessa mesma comunidade, com a interacção destes e expressão de um “auto-reconhecimento e uma auto-compreensão do actor social” (Delanty, 2003: 2).

Segundo Levi Strauss (1977: 331-332 in Ribeiro, 2011: 2) “a identidade é uma espécie de foyer virtual ao qual nos é indispensável fazer referência para explicar um certo número de coisas, mas que não tem uma existência real”. No entanto, é crucial que

cada pessoa se identifique com um qualquer grupo social, de forma a haver um sentimento de integração, e de reprimir a solidão. Para os indivíduos, “identity allows them to be recognized as something particular vis-à-vis others” (Eder, 2009: 428).

Nem sempre a identificação e unidade comuns estão na base da fundação de uma identidade, pois por vezes o processo de origem dessa mesma identidade tem início precisamente na forma oposta à unidade, a divergência. Há autores que defendem que por vezes, e mediante algumas ‘modalidades específicas de poder’ a base identitária de alguém, ou até de um grupo social, é formada pela “marcação da diferença e exclusão, ao invés de ser um sinal de uma unidade idêntica e naturalmente constituída (uma identidade no seu significado tradicional de totalmente inclusiva, igual e sem diferenciação interna) ” (Hall, 1996: 4). A própria delimitação geográfica pode funcionar como forma de exclusão e demarcação identitária entre grupos sociais, uma vez que as fronteiras “marcam a exclusão de todos quantos nunca ou dificilmente terão a oportunidade de cruzar os limites” (Ribeiro, 2011: 2). Stuart Hall defende ainda que as identidades podem funcionar como pontos de identificação e ligação apenas pela sua capacidade de excluir, de deixar de fora. Isto acontece no caso de países (ou chamemos-lhe até nações) recém-formadas que encontram o elo de ligação entre si pela rejeição contra aquilo que consideram negativo ou até uma ameaça. Assim, a unidade identitária defendida por alguns, é para outros autores, como Hall ou Jacques Derrida construídas sob jogos de poder e de exclusão que têm por base “deixar algo de fora e estabelecer uma hierarquia violenta entre os dois polos resultantes” (Derrida in Hall, 1996: 5).

Para a comunidade sociológica parece, no entanto, claro que existe uma distinção entre identidade e ‘formas’ ou ‘papéis’ sociais. Para Eder (2009) podem ser vistos alguns casos intermédios de identidade como por exemplo ‘casais, famílias, associações, regiões ou grupos étnicos’, que são apenas formas sociais. Também Castells discute este assunto, reiterando que “é necessário estabelecer a distinção entre identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis (...) como por exemplo ser trabalhador, mãe, vizinho, sindicalista, jogador de basquete (...)” (Castells, 1999: 22).

No seu artigo intitulado “A Theory of Collective Identity – Making Sense of the Debate on a ‘European Identity’” para o *European Journal of Social Theory*, em 2009, Klaus Eder diferencia dois tipos de identidades: a identidade pessoal e a identidade

colectiva. Na base da construção de cada um destes dois tipos de identidades está a mesma premissa, o reconhecimento e validação da identidade em questão ao longo do tempo. Relativamente à identidade pessoal, Eder defende que cada pessoa tem identidade ao posicionar-se numa relação com outras pessoas, sendo que essa relação tem de ter um significado que foi sendo estabelecido ao longo do tempo. Quanto à identidade colectiva, Eder defende que esta se estabelece, também com o teste temporal, mas sobretudo na afirmação dessa mesma identidade comparativamente com outras identidades, de outros grupos sociais ou sociedades.

O sociólogo Gerard Delanty faz a distinção entre dois tipos de identidade- a pessoal e a colectiva- pois considera que existe uma estrutura e uma lógica de desenvolvimento diferente entre as duas. Enquanto uma identidade pessoal é, no fundo, um exercício de auto-reconhecimento do indivíduo, da sua história e do espaço que o rodeia, a identidade colectiva alberga uma estrutura mais complexa de construção, pois “não é apenas uma agregação de identidades individuais, mas o auto-reconhecimento conjunto de um grupo social (...) com um projecto colectivo existente” (Delanty, 2003)⁴³.

2. Identidade colectiva

A identidade colectiva é, por definição geral, a identificação de alguém com outros ou algo, é o sentimento de pertença de um indivíduo a um grupo social, é a “construção de narrativas que permitem o controlo dos limites de uma rede de indivíduos” (Eder, 2009: 428). Este tipo de formato identitário não está restrito a um estilo único, uma identidade pode ser única e incomparável relativamente a outra, como pode, de forma muito natural e simples, incorporar características de outras identidades, assim como pode também ir mudando a sua própria base identitária como resultado

⁴³“ Is There a European Identity?”, Delanty, 2003, (<http://www.worlddialogue.org/content.php?id=269>)

natural do processo evolutivo. “Collective identities can be overlapping (as in hyphenated identities), mixed (or hybrid), or co-existing.” (Delanty, 2003: 2).

“Collective identity constructions are a central building block of social relations” (Eder, 2009: 430). Resulta na construção e desconstrução do próprio ‘formato identitário’ de cada grupo social, que vai passando por um processo de evolução à medida que recebe contribuições de indivíduos ou de outros ‘formatos identitários’. Esta construção de identidade pode ocorrer de forma mais directa, ou de uma forma mais indirecta. Quando o grupo social em questão tem uma relação social directa (no caso de grupos mais pequenos, como as cidades onde o contacto é mais próximo) o processo de identificação é mais simples, pois a proximidade física coloca o cidadão em contacto directo com os símbolos e valores identitários desse mesmo grupo social, e acima de tudo, o contacto entre os próprios membros desse grupo social é mais imediato. Por outro lado, se o grupo social for de maior dimensão (por exemplo, uma nação) e por isso, não houver um contacto de proximidade directa entre cidadãos, tornam-se ainda mais importantes os símbolos e os valores identitários desse determinado grupo social, pois “quanto mais indirectas sejam as relações sociais, mais importante se tornam símbolos como textos, músicas ou edifícios que forem os portadores das identidades colectivas.” (Eder, 2009: 431). As identidades colectivas são primeiramente ligadas a indivíduos em situações de interacção concretas, ligações emocionais como o sentido de orgulho e vergonha tornam-se mecanismos importantes da reprodução de identidades colectivas (Eder, 2009).

“The link between identity and reality is to be constructed independent of psychological assumptions about human needs or motivations for collective identity. The psychological grounding may even turn out to be a variable that varies with the form of collective identities”

Eder (2009: 431)

“Elas (as identidades) são sujeitas a uma historicização radical e estão constantemente em processo de transformação e mudança. (...) Ainda que pareçam invocar uma origem num passado histórico a que correspondem em linha directa, na

realidade as identidades referem-se mais a questões do uso dado aos recursos da história, linguagem e cultura no processo de se tornar mais do que de ser” (Hall, 1996: 4).

Os estudos sociológicos feitos sobre esta matéria raramente são consensuais, na medida em que é um conceito baseado no sentimento, e nesta medida difícil de definir com rigor, pois pode haver diferenças de sociedade para sociedade neste processo de identificação colectiva. Há, no entanto, algumas dimensões a ter em conta quando se discute a identidade colectiva. Estas identidades colectivas surgem, ou constroem-se, usando como base as “necessidades e motivações psicológicas (dos indivíduos) para dar resposta a questões como ‘a quem pertença?’ ou ‘a quem pertencemos?’” (Eder, 2009: 431). É considerado, de uma forma geral, que há a percepção de um sentimento pessoal de um indivíduo por uma determinada sociedade e a reciprocidade desse sentimento de identificação por parte da comunidade na qual este se insere (Kocka, 1995). No fundo fala-se no reconhecimento mútuo entre indivíduo e comunidade e na aceitação de todos como iguais (Eisenstadt e Giesen, 1995).

“The determining factor of a European identity lies precisely in respecting these diversities with the aim of creating a living dialogue between the cultures of Europe”

Mercouris (2010: 10)⁴⁴

Há também a discussão sobre a dificuldade de um indivíduo em identificar-se com um determinado grupo social, de ter este sentimento de identidade colectiva. Defende-se nestes casos que o sentimento de pertença não pode emergir, se não houver, por parte do indivíduo, uma consciencialização de existência ou importância deste grupo social para o mesmo, ou antes, que este grupo social tenha algum impacto real na vida do indivíduo, pelo que alguns sociólogos defendem que a identidade colectiva é construída aquando da percepção e existência psicológica da pertença à comunidade (Castano, 2004). Alguns pensadores defendem que o desenvolvimento do sentimento de identificação e compromisso de indivíduo para com uma comunidade depende da consciência colectiva de que o grupo em questão é importante e com tendência de

⁴⁴“WHOSE CULTURE(S)?”, Proceedings of the Second Annual Conference of the University Network of European Capitals of Culture, (<http://uneecc.org/userfiles/LiverpoolProceedings.PDF>).

impactar o quotidiano das pessoas consoante o seu estado e o seu futuro. Ou seja, quando falamos, por exemplo, na existência de uma identidade colectiva europeia, pressupõe-se que os cidadãos entendam a importância e o possível impacto destas ligações entre os povos europeus e das decisões dos órgãos institucionais que lideram estas ligações, no caso, a União Europeia.

Para Eder existem dois polos de construção de identidade, os indivíduos e as nações. Porém, estes polos não são fixos, pois as constantes mudanças nas relações sociais podem produzir “ formas de identidade que vão além da nação, um argumento que é basilar para o debate sobre a identidade europeia e que torna este mesmo debate teoricamente importante” (Eder, 2009: 429).

Até aos dias de hoje, constatamos que aquilo a que chamamos identidade nacional, é a ‘última instância’ no processo de construção identitária, dando lugar ao Estado-nação (Eder, 2009: 431), modelo nascido no continente europeu, no final do século XVIII, que se prolonga quase impreterível até à actualidade. De facto “o que parece inegavelmente europeu até hoje é justamente o Estado-nação, a construção histórica das identidades nacionais, das diferenças nacionais e da sua resistência à globalização” (Compagnon, 2005: 214). A identidade nacional baseia-se numa junção de identidade cultural, histórica e política num determinado território. A construção das identidades nacionais faz-se pela “história que define as pessoas como cidadãos de uma comunidade política. Esta história é transmitida, e aprendida, pelas novas gerações, celebrada em rituais nacionais e personificada em hinos e bandeiras.” (Eder, 2009: 432). Estes símbolos identitários vão fortalecendo as relações de proximidade mesmo dentro de um vasto território, como é o caso de alguns países europeus. Em alguns casos, como por exemplo dos antigos países da União Soviética, que conheceram a independência em 1991, tiveram de ser criadas bases identitárias que diferenciasssem cada um deles e assim, alguns países adaptaram as suas línguas para se distinguirem dos vizinhos e, assim, criarem um factor comum na sua população.

Para melhor perceber esta interligação entre as diversas culturas europeias e a própria existência de uma identidade europeia é importante atentar à teoria das *modalidades débeis da identidade* de Gabriel Gatti (1999, 2003). Gatti define este formato identitário como ‘identidades escondidas entre las grietas de las escenas

tuteladas por la lógica de las viejas identidades, las de la melodía ideal de las ciencias sociales, pero que no se reducen a ellas. No son sin embargo un tipo de identidad que sustituya a las viejas identidades’. Não há, de facto, uma substituição das velhas identidades mas sim uma apropriação de ‘nombres, de lugares, de historias, de patrimonios y de patronímicos propios de otros’ (Gatti, 2009: 19).

O cruzamento de identidades e a capacidade que alguns grupos sociais têm, de absorver características de várias bases identitárias diferentes não é necessariamente um factor negativo, nem um indicador de fraqueza ou falta de personalidade colectiva. Pode até ser uma mais-valia para o grupo social em questão pois “a elasticidade e liquidez de que se revestem estas formas identitárias, podemos vê-las como estrategicamente úteis na acomodação a ambientes sociais em mudança e conflito” (Ribeiro, 2011: 5). Ou seja, a adaptabilidade de um determinado grupo social, principalmente de um numeroso grupo social, pode ser considerado uma mais-valia para o mesmo, nomeadamente perante as diferentes mudanças e os movimentos causados pelo processo da globalização.

“As a result of globalisation, multiculturalism, global civil society and cosmopolitan political and cultural currents, societies are becoming more and more pluralised and interpenetrating, and less and less discrete wholes anchored in unique cultures and territorial nation-states.”

Delanty (2003: 3)

De facto, a globalização pode ter um impacto considerável nas identidades de Estado-nação, tal como as conhecemos “À medida que os Estados-nação começaram a interligar-se numa configuração mais densa, mantendo entre si relações de competição, foram-se tornando alvo de fortes pressões no sentido de constituírem uma identidade cultural coerente” (Featherstone, 1995: 142). Para que a identidade de determinada comunidade se mantenha incólume à influência de outros tipos de identidades e culturas, trazidas até si como resultado do processo de globalização, é necessário que tal comunidade tenha um profundo enraizamento do seu formato identitário, dos seus valores e da sua história. Caso contrário, torna-se inevitável que esta comunidade se

torne numa comunidade de identidade híbrida, absorvendo características de outras comunidades, ao mesmo tempo que mantêm particularidades próprias.

Nesta linha de pensamento relativa a identidades multifacetadas e híbridas podemos introduzir a questão da identidade europeia, amplamente discutido pelos sociólogos afectos a questões da identidade, multiculturalismo e diversidade cultural. A identidade colectiva partilhada pelos europeus baseia-se então, na história comum, fundamental para a formação de uma identidade em qualquer grupo ou comunidade. É a percepção de costumes, tradições e acontecimentos comuns que implementa no cidadão a ideia de identificação com algo ou alguém. Naquele que é o continente *pai* do conceito de Estado-nação, a verdade é que o seu conceito tradicional tem vindo a empalidecer, resultado de sessenta anos de um projecto de cooperação entre (cada vez mais) países europeus, que gradualmente assume um papel abrangente e preponderante na vida social dos cidadãos europeus. A União Europeia, e o seu projecto de integração, começou por ser unicamente de cooperação económica, como forma de recuperação da calamidade causada pela Segunda Guerra Mundial. No entanto, e particularmente nos últimos vinte anos, a União Europeia esforça-se para incluir nos seus programas as mais variadas áreas de intervenção (desde a cultura, a transportes, a protecção social, a imigração, a justiça, a ambiente, a comércio, a saúde, ao clima, entre outros). Inevitavelmente, com a crescente participação e repercussão das actividades desta instituição na vida quotidiana dos cidadãos, levanta-se a questão da identificação dos cidadãos europeus com a Europa e com a União Europeia.

3. Origens e conceitos da identidade europeia

A existência de uma identidade europeia é algo que não pode ser negado, graças a uma importante herança histórica, com legados físicos e sociais, de uma base identitária que remonta à Antiguidade, com as civilizações grega e romana, que infundiram fortes características na comunidade europeia. Características, estas, que os diferentes povos europeus foram adoptando, mesmo que inadvertidamente, conciliando este processo com a manutenção das diversidades culturas existentes nesses mesmos

povos. A herança social e cultural deixada por estes dois períodos da história europeia e mundial permanece presente até aos dias de hoje, como base fundamental da organização, do pensamento e acção social europeu.

“The ‘idea of Europe’ did not begin by reference to geographical or historical divisions. Instead it emerged as a term connected with a specific cultural and political heritage embodied in Athenian democracy”

Guibernau (2007: 91)

Historicamente, a diversidade europeia era marcada pelas fronteiras entre reinos ou impérios, mas, durante muitos séculos, havia um factor que unia a grande maioria dos europeus, a religião do Cristianismo. A Europa era um território controlado pela religião cristã, durante alguns séculos era até o Papa que, envolvendo-se em questões de demarcações territoriais e políticas, oficializava o nascimento de reinos no continente europeu, com um documento chamado Bula Papal. A conotação cristã da identidade europeia foi então um ponto fulcral de união dos povos europeus até ao século XVIII, aquando do aparecimento de uma corrente de pensamento filosófico denominada por Iluminismo (Stråth, 2002), que transferiu a influência dos valores religiosos para outros valores como a democracia, a liberdade, os direitos do Homem, entre outros, que são hoje base identitária da União Europeia.

“The EU is a dynamic political institution which since its inception has experienced a dramatic expansion and growth in terms of territory and citizen numbers, coupled with increasing wealth, productivity and international presence.”

Guibernau (2007: 112)

Os sucessivos alargamentos das Comunidades Europeias, ao longo dos anos, apesar de ser uma evolução importante no projecto europeu, na medida em que agrega cada vez mais povos europeus neste projecto comum, torna mais difícil o processo de legitimação e identificação dos cidadãos europeus com as intuições da UE e até uns com os outros. Isto porque há uma ampliação do leque de diversidades culturais. Se já era um desafio uma união de países europeus a seis ou a doze participantes, actualmente, com vinte e oito Estados-membros na União Europeia torna-se ainda mais complexo desenvolver um processo de identificação que seja comum e compreensível para todos os cidadãos dos EM. Neste capítulo serão abordadas as principais dificuldades de legitimação da identidade europeia, na opinião de vários autores, assim como as razões pelas quais muitos defendem que esta identidade irá ser conseguida, eventualmente e de forma natural, se for dado um determinado rumo à continuação do processo de integração europeia.

Monserrat Guibernau (2007) considera que se denota que, nos últimos anos, tem havido uma mistura (ou uma confusão) na definição de europeu e na designação de Europa, sendo que nem sempre se refere ao continente, mas sim às instituições europeias e/ou ao processo de integração europeia. Este fenómeno revela a importância que a União Europeia assume nos dias de hoje, em termos políticos e sociais, visto que a dimensão que este projecto avoca perante o mundo e perante os próprios cidadãos europeus, suplanta os factos geográficos existentes. É preciso não esquecer que muitos dos países do continente europeu (casos da Suíça, Noruega, Albânia ou Bósnia, entre outros) não fazem parte da União Europeia, apesar de alguns deles estarem envolvidos em projectos de cooperação de cariz económico e, por vezes também político, com a instituição supranacional. Enquanto há alguns países que continuam à espera para integrar a União Europeia (Sérvia, Islândia, Macedónia ou Montenegro), outros não o consideram essencial e não o contemplam para o seu futuro (Noruega ou Suíça). Este facto deve ser tido em conta, uma vez que revela que, apesar de nem todos os povos europeus terem intenção de se juntar ao projecto de integração europeia, a esmagadora maioria dos países europeus já é, ou pretende ser, membro da UE.

Esta vontade comum em fazer parte do projecto não pode, nem pelos mais cépticos, ser totalmente dissociada da existência de bases identitárias e culturais comuns entre os europeus. É no entanto, um processo difícil e demorado, este da legitimação da

identidade europeia, dada a diversidade cultural que existe no Velho Continente, aliada a outros factores que exploraremos mais à frente.

“A difusão de um imaginário europeu contemporâneo é condição fundamental para a cristalização de uma identidade actualizada e emocionalmente vinculadora, isto é, que não tenha que escavar na História para descobrir a herança cultural comum engendrada pelo legado que são a antiguidade clássica, as catedrais góticas e universidades medievais, as Luzes e os direitos humanos, a ciência e o racionalismo, o capitalismo e o imperialismo.”

Ribeiro (2011: 7)

4. Teorias sobre a identidade europeia

“A identidade europeia foi sendo construída por oposição ao outro, diferente, bárbaro, inferior. E se o contacto com o outro se intensificou nesta era global, isso não pressupõe necessariamente maior tolerância e cosmopolitismo. No entanto, a valiosa lição do relativismo cultural, a aplicar quer no contacto com outras civilizações, quer no seio das nossas comunidades, ensina que cada cultura tem a sua validade e coerência e “não pode ser julgada a partir dos critérios prevalecentes naquela que nos é mais familiar”.

Portelinha (2012: 17)

A identidade revela-se pelas práticas sociais, assim como pelas atitudes políticas, que são resultantes das estruturas sociais e geográficas existentes em cada país e dos contextos nacionais particulares. Delanty (2003) defende que seria mais produtivo tentar abordar a questão da identidade europeia associando a uma ‘cultural form’, ao invés de relacioná-la com um conjunto de “values, goals, territory, people—what in general may constitute the *contente* of Europe” (Delanty, 2003: 1). A Europa adquire um nível mais intrínseco de unidade quando há uma situação de confrontação com “o outro” (Stråth, 2002: 388), um suposto inimigo, e aqui denota-se a similaridade com o conceptualização geral de identidade, pois é característica deste conceito que haja um sentido de união mais forte quando é posto um obstáculo, ou apresentado um inimigo a uma determinada comunidade, fazendo sobressair a identidade comum à mesma.

Há vários factores que contribuem para a construção de uma identidade. “O processo de identificação com os elementos de uma cultura específica implica um forte investimento emocional” (Guibernau, 2007: 92). Os indivíduos nascem no meio de culturas que determinam a forma como estes se irão organizar e relacionar com eles próprios, com os outros indivíduos e com a natureza (Guibernau, 2007). Para Stråth (2002) as identidades são construídas numa fronteira entre ‘self images’ e ‘images of the Other’ (p. 391), ou seja, o sentido de pertença a uma determinada comunidade, por oposição a outra.

As experiências anteriormente vividas no estabelecimento de uma identidade e de uma ligação sentimental das pessoas à sua região, ou país, revelam que isto se consegue apenas após um largo período e com a vivência comum e a ‘homogeneização cultural e linguística’ (Guibernau, 2007: 112), a história de luta comum por objectivos, a memória de guerras, de construção de uma determinada imagem sobre o povo em questão, e a estruturação social do mesmo. Monserrat Guibernau explica que o estabelecimento de estruturas políticas é um passo considerável para a consolidação de identidades pré-existentes numa população, pois é um avanço organizacional que tem impacto directo na vida das pessoas.

Dario Castiglione explica a visão de Jurgen Habermas acerca da identidade europeia como construção política adaptada a condições pós-nacionais. “A construção gradual da identidade europeia - não como oposição às identidades nacionais e regionais

mas como reacção natural à emergência de novas estruturas políticas e a práticas supranacionais às quais as pessoas se foram habituando gradualmente, e que associam mais a cálculos racionais do que a ligações emocionais – é parte da visão de uma integração funcional” (Castiglione, 2009: 38). Esta visão de uma identidade política europeia não desvaloriza a importância de fronteiras nacionais como factor político, mas transfere alguma da importância dada às mesmas para uma ‘nova arquitectura’ de espaço e acção políticas (Haas 2000: 322 in Castiglione, 2009: 38).

Guibernau (2007) levanta uma questão pertinente, quando refere a capacidade das pessoas em acumular ‘camadas identitárias’ no que diz respeito à coexistência de uma identidade local ou regional e também de uma nacional, por vezes, estabelecidas em períodos distintos. A questão que o autor põe é se é possível o aparecimento automático de uma identidade colectiva europeia assim que os cidadãos sintam o impacto da força política das instituições da UE nas suas vidas. A isto, o autor responde que não considera que a identidade europeia possa emergir automaticamente da constituição de instituições políticas supranacionais, na medida em que é um novo género de instituição política nascido de modelos sócio-económicos e políticos resultantes da globalização.

Também Bo Stråth (2002) havida defendido esta linha de pensamento da acumulação de formatos identitários, na discussão sobre a conceptualização da identidade europeia. A Europa, as nações e as regiões “constitute three levels of abstraction, which in practice and in politics are entangled” (Stråth, 2002: 390). Esta interligação de três níveis de identidades varia entre a cooperação e a competição, entre cada nível envolvido, o que nos leva à ideia de ambiguidade da identidade europeia.

Por outro lado, a ambiguidade de que falam Guibernau (2007) e Eder (2002), acrescenta um factor para o debate e discussão na esfera política europeia, e por consequência, o aparecimento ou ressurgimento de algumas divergências entre EM. Também Checkel e Katzentein debatem a ideia de que a Europa é um espaço de acesa discussão, de diversidades e constante debate, o que dificulta o processo de legitimação da identidade europeia. “Europe’s past leads through luminous and dark periods, it encompasses the good and the bad, it inspires hope and despair. European ambivalence today reflects this legacy. And with Europe once again united, the store of collective

memories has broadened enormously and will make the emergence of a collective European identity, even more problematic than it had been before enlargement” (Checkel e Katzenstein, 2009: 3).

Castiglione fala na abordagem recente de Habermas (2006) sobre a identidade europeia. Primeiro, Habermas considera dois aspectos, a “necessidade” da identidade europeia e a “possibilidade” da mesma. Castiglione explica que o primeiro aspecto referenciado por Habermas diz respeito à teoria neo-funcionalista, onde há pouco ênfase às ligações sentimentais, e associa a lealdade dos cidadãos à comunidade e ao sistema político. Aqui, apresenta alguns desafios à “necessidade” da identidade europeia como as dificuldades governativas dos alargamentos, a gestão das consequências políticas da, cada vez maior, integração económica, e a redefinição do papel da Europa na nova geopolítica externa da administração Bush. Estes desafios requerem a atenção dos cidadãos e o desenvolvimento de uma esfera pública europeia capaz de perceber a necessidade da identidade europeia no meio de todos os desafios que a Europa e a União Europeia enfrentam.

Castiglione explica ainda que Habermas coloca três questões essenciais à viabilidade da identidade política europeia. A primeira relaciona-se com a natureza pós-nacionalista da própria identidade política, que, segundo o autor, não se afasta muito da conceptualização de uma identidade política nacional, defendendo ainda que uma identidade política europeia pode partir da junção da identidade política nacional (tendo-a como modelo), com uma consciencialização dos cidadãos para o processo de integração política europeia. A segunda parte prende-se com a substância da identidade política europeia, ou seja, com os valores substantivos que distinguem a Europa no presente histórico e nas condições geopolíticas, uma série de valores que já foram aqui referidos (políticas e democratização, direitos humanos, riqueza ideológica) que têm um importante peso na viabilidade da identidade europeia. A terceira questão relaciona-se com as dinâmicas internas da política europeia, que, segundo o autor corre o risco de se desenvolver a diferentes velocidades, fazendo a diferenciação entre o eixo Franco-Alemão (historicamente no centro das movimentações políticas das instituições europeias) e o resto dos EM. Este fenómeno pode quebrar as ambições de desenvolvimento da instituição e inviabilizar a construção de uma identidade europeia.

Monica Sassatelli, autora que se debruça frequentemente sobre o tema da identidade europeia, apresenta três possíveis teorias de integração europeia. A primeira é a “Unidade”, ou seja, o federalismo que se inspira na crença de um destino comum e de uma raiz unitária. Esta teoria não se concretizou em termos políticos até agora, consequência da desacreditação no sucesso da mesma e pela dificuldade da sua aplicação. No entanto, a crença na profunda unidade da identidade cultural europeia que, no fundo faz parte da raiz desta teoria, “está longe de se extinguir” (Sassatelli, 2002: 438).

A segunda teoria, intitulada “Diversidade”, relaciona-se com a teoria do neofuncionalismo e, à imagem desta teoria das relações internacionais, defende as “soluções técnicas que reconhecem o pluralismo das tradições europeias como único plano possível para a Europa” (Sassatelli, 2002: 439). Segundo esta teoria apresentada por Sassatelli, a cultura não pode ser o elo de ligação no processo de integração europeia, esta deve, por outro lado, ser aprofundada através das ligações sociais entre os cidadãos europeus. A teoria da “Diversidade” defende concretamente que “there can only be a European identity if it is civic – based on a ‘social contract’ – and not cultural – based on a shared tradition” (Delanty, 1995; 1998 in Sassatelli, 2002: 439).

A terceira teoria apresentada por Monica Sassatelli neste artigo é denominado “Unidade na Diversidade”, que é, de certa forma, um dos lemas da União Europeia para o processo de integração. Esta teoria combina as críticas às teorias anteriores e tenta criar uma possibilidade na qual se incluam os pontos positivos dessas mesmas teorias. Assim, não há necessariamente uma dimensão fixa para a cooperação, pois tanto pode ser a nível nacional, como regional, local ou supranacional. O que realmente é importante, segundo esta teoria, é que a “unity of Europe, as well as its uniqueness, lies in its dialogic nature, that is the combination of differences without homogenizing them, making of this attitude towards difference the expression of unity” (Morin, 1987 in Sassatelli, 2002: 439). Assim, a União Europeia, a que Sassatelli se refere como “comunidade de destino” (2002: 439), é vista como uma instância mediadora de todos estes tipos de cooperação, na conciliação das múltiplas culturas existentes na Europa. No entanto, as críticas a esta teoria são muitas na medida em que a sua concretização é considerada uma “solução formal mas sem substância” (Sassatelli, 2002: 439).

Guibernau (2007) apresenta duas pressuposições à teoria que se baseia na alusão à identidade europeia baseada na cultura comum. A primeira refere-se ao facto de uma cultura comum pressupor a criação de laços de solidariedade entre os membros da comunidade em questão e que lhes permita imaginar que a comunidade à qual pertencem é distinta e exclusiva relativamente a outras comunidades, com outras culturas. Neste sentido, a solidariedade é pensada como forma de proximidade aos indivíduos que fazem parte da mesma sociedade e ‘contra’ os indivíduos das outras sociedades, ou ‘inimigos’. O segundo factor prende-se com um passado e história comum, como por exemplo as memórias de “guerras, privação, vitórias, repressão, sucesso e um projecto de futuro comum” (2007: 92), o que fortifica o sentido de identidade comum entre os membros de uma determinada comunidade. Para o autor, há uma forte ligação entre cultura e história, uma vez que os elementos culturais de cada comunidade (como os símbolos, a língua, os hinos, os sítios, as lendas e as tradições) estão inevitavelmente relacionadas com a história de cada povo. Guibernau aclara que um número considerável de estudos e obras literárias sugerem que alguns aspectos da tradição dos povos europeus e o seu sentido de ‘consciência’ comum têm unido os povos europeus desde os tempos medievais, estabelecendo esta união, acima da diversidade que caracteriza as comunidades europeias.

Monserrat Guibernau associa a procura pela identidade comum, baseada em cultura e tradições comuns entre europeus, como forma idílica de prosseguir o projecto de integração europeia. Mas, apesar dos esforços de muitos autores que trabalham este tema, é bastante polémico pois não há consenso sobre a possibilidade de identidade comum, especialmente pelo passado recente de guerras devastadoras. É considerado ainda, que há um contraste entre o fortalecimento estrutural e governativo das instituições europeias e o relativo enfraquecimento e incerteza nos valores em que estas identidades se baseiam.

O autor explica, ainda, a sua teoria sobre aquilo a que chama *high culture*, associada às elites e a *low culture*, associada às massas. Para Guibernau (2007), entre os séculos XIX e XX, houve uma grande proliferação cultural em países como a Alemanha, a França e o Reino Unido e isso levou a que se criasse entre estes países uma certa convergência cultural. No entanto, este processo restringiu-se a afectar as elites

das sociedades alemã, francesa e britânica, que se envolviam mais proximamente nas artes e eventos culturais, e não teve qualquer impacto na sociedade de massas europeia (diga-se, as classes mais baixas). Este facto implica que a identificação cultural europeia que possa ser resultado deste período não vai ter o mesmo impacto entre todos os europeus, visto que as pessoas pertencentes a classes que não fizessem parte da elite europeia não tiveram acesso a esta mesma proliferação cultural, e consequentemente, não irá haver uma identificação cultural destas pessoas com certos pormenores culturais que sejam mais afectos às elites. Embora o autor defenda que os dois tipos de cultura não podem ser dissociados, pois pode sempre haver um certo processo populista e massificado que inclua as artes (Guibernau dá o exemplo de obras de Van Gogh e Picasso, estampadas em t-shirts), nunca haverá o mesmo tipo de identificação para com o mesmo tipo de cultura, por parte das elites e da sociedade de massas europeia.

Uma parte basilar do debate sobre as características comuns dos europeus para a concepção ideológica de uma identidade europeia pode ser a religião, assunto abordado também por Guibernau, na sua obra *The Identity of Nations* (2007). O facto é que o cristianismo é a religião predominante no continente europeu, e milhões de europeus praticam frequentemente esta religião como resultado dos hábitos culturais nos quais estão inseridos. No entanto, actualmente, a religião pode ser considerada um factor mais exclusivo do que propriamente inclusivo, desde logo porque afasta desta linha de pensamento todos os europeus que não sejam religiosos, ou de que não pertençam à religião maioritária. Além disso, pode ser ainda levantada a questão que a religião foi, durante muitos anos, um factor que desencadeou guerras no continente europeu, e desta forma criou-se automaticamente uma diferenciação na história de povos europeus que estiveram em lados opostos nestas guerras. Como pode ser constatado, este é um assunto delicado que pode levantar questões desfavoráveis ao debate da identidade europeia. Guibernau (2007) aponta a aceitação da candidatura da Turquia à União Europeia como indicativo de que o factor religioso não é determinante para a Europa contemporânea, nem para uma identificação religiosa com as instituições europeias. No entanto, dez anos volvidos desde a iniciação do processo da adesão turca, e este país (maioritariamente constituído por uma população muçulmana) ainda não viu aceite a sua candidatura, o que torna inevitável que se pondere que factores que se prendem com

a religião em questão, têm algum peso no processo de decisão da construção da União Europeia.

A democratização da Europa, no século XIX, processo que se iniciou com a Revolução Francesa, teve um impacto gigante em todo o continente, que posteriormente se alastrou pelo mundo, e mantém-se até aos dias de hoje um ponto fulcral na história comum dos europeus. A revolução iniciada em França, em 1789, e que mais tarde se alastrou por toda a Europa, teve em Napoleão Bonaparte o responsável pela disseminação de ideias radicais que “contribuíram para uma transformação radical das sociedades europeias” (Guibernau, 2007: p.95). Esta revolução associou-se ao movimento cultural do Iluminismo, levado a cabo pelos intelectuais europeus de elite, e inculca nas sociedades a ideia do pensamento e da razão, afastando-as da forma de viver e pensar dos tempos pré-modernos. Este período trouxe mudanças radicais ao continente europeu e às suas comunidades e estabeleceu, de certa forma, uma nova forma de viver em sociedade na Europa, instaurando a tal ‘consciência europeia’.

“Europe has changed dramatically. A continent divided by national hatred, ravaged by war and bereft of a firm psychological basis has evolved into an increasingly peaceful, prosperous and confident polity in which various nation-states are experimenting with a novel kind of international relations”

Checkel e Katzenstein (2009: 4)

Para Guibernau, a União Europeia “remains a community still in the making, with an ambiguous sense of identity and within which powerful forces are at work” (2007: 89), sugerindo a dificuldade adjacente à legitimação da identidade europeia, mas ao mesmo tempo referindo a junção de forças políticas e por isso podemos assumir que o potencial de crescimento e aprofundamento deste projecto é muito grande.

5. A politização da identidade e da cultura europeias

Indubitavelmente, há na Europa um vasto leque de culturas e um património cultural e histórico inigualável, por vezes comuns entre os vários povos europeus, e outras vezes consideravelmente diferentes. Por esta razão, a União Europeia tem defendido o princípio da “união na diversidade”, presente no preâmbulo do tratado de constituição da União Europeia (TUE), para realçar as ligações entre as comunidades europeias. Esta história comum é construída pela interacção entre comunidades, sendo que é mais fácil a existência desta interacção em regiões fronteiriças. Mas não exclusivamente, pois os movimentos migratórios de cidadãos europeus são tradicionalmente feitos em direcção a um outro país da Europa, por razões de proximidade com o país de origem e para que não haja uma mudança drástica nas raízes culturais.

“A característica distintiva de uma cultura, afirma Derrida «é que não é idêntica a si própria. (...) Não há cultura nem identidade cultural sem esta diferença de si próprios». É uma questão de reconhecer o outro dentro do igual, o estrangeiro no próprio”

Compagnon (2005: 227)

A cultura é uma dimensão essencial de qualquer sociedade; sem esta não há nada que ligue um indivíduo a uma comunidade, um povo, um país, ou até a um continente. Para que o cidadão se sinta parte integrante da União Europeia, torna-se importante que, em primeiro lugar, haja uma identificação com os outros cidadãos europeus, originários dos mais diversos Estados-membros, para que se perceba as suas histórias e tradições, de modo a chegar a conclusões acerca da semelhança cultural existente e que liga os europeus. Com a aquisição desse conhecimento, haverá, certamente, uma maior identificação do cidadão com a Europa, e com os outros europeus.

A discussão sobre este assunto em concreto acontece aquando do cruzamento de autores oriundos de duas áreas distintas, a sociologia e a ciência política. Considera-se que “a conceptualização produzida acerca da identidade europeia está condicionada

pelas formas identitárias que se têm amplificado no último meio século” (Ribeiro, 2011:1).

Desde a sua introdução na esfera política europeia, em 1973 com a *Declaração de Copenhaga sobre a Identidade Europeia*, a discussão sobre este tema não tem passado de um debate ideológico, sem nunca ter usado uma dimensão analítica (Stråth, 2002).

*“Os nove países membros das Comunidades Europeias entenderam ser chegada a altura de redigir um documento sobre a identidade europeia, permitindo uma melhor definição das suas relações com os outros países do mundo, bem como as responsabilidades por eles assumidas e qual o lugar que ocupam nas questões mundiais. Decidiram definir esta identidade sob uma perspectiva dinâmica e com a intenção de a aprofundar posteriormente à luz da evolução da construção europeia.”*⁴⁵

A relação desenvolvida pelos países europeus com a sua experiência de cooperação nas instituições europeias tem, de alguma forma, atenuado e feito esquecer as enormes divergências existentes entre estes países, há apenas 60 ou 70 anos atrás, e assim, o impacto das memórias das guerras e da destruição, que durante séculos e séculos abalou o continente europeu, foram-se resfriando gradualmente graças ao modelo de cooperação introduzido pela UE e começando desta forma a moldar bases de confiança entre os países e os povos europeus (Kaelble, 2009).

Com a intensificação da integração europeia coloca-se a questão da existência de unidade cultural e social no seio das comunidades europeias. Guibernau (2007) refere que muitas vozes se insurgem pela criação de uma nova Europa, com um plano de acção consciente e conciso e que não se baseie nos valores actualmente existentes.

⁴⁵ Declaração de Copenhaga sobre a Identidade Europeia in “Recueil des documents institutionnels de la Communauté de 1950-1982”, Parlement européen, Commission institutionnelle, Luxemburgo, pág. 223 in *60 Anos de Europa “Os Grandes Textos da Construção Europeia”*, Parlamento Europeu, 2008, p.80.

A UE tem de promover a herança europeia comum sem provocar reacções negativas das culturas locais ou nacionais. Para Sassatelli este tem sido o caso, na medida em que “as Comunidades Europeias são um exemplo saliente das tentativas de acordar uma consciência europeia através da difusão dos símbolos, enquanto respeitando os conteúdos culturais a nível nacional e regional” (Sassatelli, 2002: 436). Para a autora italiana, a cultura é vista como a base da identidade sem que, no entanto, seja exclusivamente ligada a uma comunidade em particular, como poderia sugerir um conceito de cultura mais clássico. Tendo esta teoria como base, poderemos pensar que se a cultura europeia comum for suficientemente protegida e promovida, a consciência europeia irá emergir naturalmente (Sassatelli, 2002). A tentativa de neutralidade da UE na questão de definir ‘cultura’ é escolhida de forma estratégica para não gerar críticas por parte dos opositores ao projecto europeu, no sentido da desvalorização e exclusão de qualquer um dos povos europeus.

“Europeanization (among other parallel processes at the global level) opens this space of boundary constructions and offers opportunities for national as well as subnational, as well as transnational stories competing with each other to shape European identity projects.”

Eder (2009: 427)

Também Hartmut Kaeble debate a politização da identidade europeia e considera a “solidariedade política crucial como indicador de identificação, que permanece subdesenvolvido por toda a Europa” (2009: 205). Para o autor é necessário que haja uma solidariedade política mais óbvia entre Estados-membros, para que os cidadãos europeus consigam perspectivar as razões pelas quais se podem identificar uns com os outros. Kaelble refere que a decisão política mais proeminente, por parte da UE, nos últimos anos, para fomentar a identidade europeia, foi a proliferação de símbolos da UE que aconteceu durante a década de 90. Esta criação de símbolos comuns, que estabelecem uma ligação entre as instituições políticas e os cidadãos europeus, e que se intensificou com, e após, a assinatura do TUE. Medidas como a criação da bandeira da

UE, do hino da UE, do programa *Erasmus*, do Dia da Europa⁴⁶, a construção dos edifícios que albergam as instituições europeias (Parlamento e Comissão), e ainda (talvez a mais importante e impactante medida) a criação da moeda única. No entanto, para o autor, “European symbols have remained far less potent than national ones” (Kaelble, 2009: 206), até porque os únicos que realmente foram mais impactantes para os cidadãos foram a moeda única, e a bandeira, uma vez que pode ser vista em muitos locais além dos edifícios oficiais da União Europeia e dos Estados-membros, como por exemplo em hotéis ou em estádios de futebol.

Regressa-se aqui à questão da solidariedade política entre Estados-membros, pois Guibernau considera que esta dificuldade de legitimação da identidade europeia prende-se com o facto de os Estados-membros da UE continuarem a estabelecer uma clara distinção entre o que é ‘comunitário’ e o que é ‘doméstico’ (Guibernau, 2007: 113). O autor vai mais além nesta questão, quando refere que alguns EM usam a União Europeia apenas para colectar fundos estruturais, para desculpar algumas acções internas, e também quando é necessário usarem um ‘bode expiatório’ para situações negativas ou para alimentar os nacionalismos. A legitimação da identidade europeia perante os cidadãos europeus poderia eventualmente constituir uma ameaça para os que defendem a prevalência dos nacionalismos, ao afastar a lealdade das pessoas do foco nacional e transferi-la para o foco europeu.

Guibernau refere as claras diferenças culturais e sociais existentes entre o Norte e o Sul da Europa, caracterizando os países do Mediterrâneo como tendo “pobres e paternalistas modelos de protecção social com raízes nas ditaduras que Espanha, Grécia e Portugal mantiveram até aos anos 70, quando foram iniciadas as respectivas transições para a democracia. Uma característica comum entre estes países diz respeito ao crescimento do nível de investimento nos respectivos sistemas de protecção social desde o início dos anos 80, aquando da preparação para a adesão à CEE.” (Guibernau, 2007: 100). Por outro lado, os países do Norte da Europa caracterizam-se por “populações geralmente pequenas com economias fortes, que dependem dos mercados mundiais e dos sistemas universais de protecção social, partilham características com o modelo de protecção social britânico. O modelo escandinavo garante a manutenção da condição social do indivíduo. O modelo de protecção social alemão também se baseia na

⁴⁶ Aliás, dos dois dias da Europa, um criado pelo Conselho Europeu (no dia 5 de Maio), e o outro criado pela União Europeia (o dia 9 de Maio).

manutenção da condição social e assume uma cobertura da empregabilidade e dos benefícios, que inclui pensões para reformados, pensões por invalidez, pagamento dos períodos de baixa dos trabalhadores, subsídio de desemprego e serviços de saúde.” (Guibernau, 2007: 100).

Delanty (2010) contesta a teoria defendida, de forma recorrente, por vários autores sobre a inexistência de uma identidade política europeia, reduzindo o projecto europeu a uma cooperação de dimensão económica. “The absence of a straight forward European political identity does not foreclose the possibility of a European political community based on values other than economic ones” (Delanty, 2010: 2) por isso, tem de haver uma abertura para a compreensão deste tema uma vez que as identidades colectivas aparecem em várias formas (não é conclusivo que as identidades mais fortes são estritamente as nacionais ou que as mais fracas são as supranacionais) e além disso podem sofrer alterações uma vez que as identidades colectivas estão cada vez mais abertas a mudanças. “People’s identity is often too ambivalent to amount to a coherent fully formed collective identity” (Delanty, 2010: 2), por isso o autor reafirma a ideia de que a ausência de uma identidade política coerente não invalida a possibilidade de uma comunidade política.

Gerard Delanty discute a problemática da conceptualização da identidade cultural e política europeia após 1989, ano que marcou o início de uma nova ordem mundial, mais concretamente no continente Europeu com o fim da União Soviética, e a consequente onda de aprofundamento da integração europeia. Para o autor, as ‘grandes narrativas do passado’ nascidas da era do Iluminismo, e que fundamentaram a formação inicial das Comunidades Europeias, focavam a importância da Europa na parte Ocidental do continente, que partilhou ideologias e valores democráticos, culturais e modelos económicos durante séculos. Isto vai ao encontro da ideia defendida por Stråth (2002) acerca da divisão entre Europa Ocidental (civilizada e evoluída) *versus* Europa de Leste (pobre e sub-desenvolvida) que ficou estabelecida na filosofia do pensamento iluminista, e que segundo Delanty (2010) se prolongou até 1989.

“The unity of Europe was the unity of the West and a unity that could with some plausibility be described as a

political project underpinned by certain assumptions, such as liberal democracy, capitalism and Christianity”

Delanty (2010: 1)

Com o fim da União Soviética, ficou determinada a intenção de alguns países integrarem a União Europeia, até aí, formada apenas por países da Europa Ocidental. Com esta mudança na geopolítica europeia, e apesar de este ter sido um grande passo para a integração europeia e para a sua estruturação política, constituiu uma maior “uncertainty as to the identity of Europe and its values” (Delanty, 2010: 1). O autor defende que as ‘grandes narrativas’ deixaram de fazer sentido, uma vez que ficou aberta a porta da cooperação supranacional com países que não têm necessariamente uma ligação, ou uma herança dos valores anteriormente seguidos pelas instituições europeias. Por isso, o autor defende que não faz sentido continuar a utilizar os mesmos argumentos históricos que se usaram durante os primeiros cinquenta anos da União Europeia para debater a identidade e a herança cultural europeias, e que estes devem ser adequados à realidade actual da União Europeia. No entanto, Delanty considera que não se deve deixar de lado a história e o passado, mas antes deve fornecer-se o “present with a comfortable illusion of a unity that transcends its divisions, new and emerging narratives of the European heritage offer interpretations that are more in tune with the changing nature of European self-understanding in an increasingly post-European age” (Delanty, 2010: 18).

Guibernau (2007) coloca a questão: “Mas então o que une a Europa?”. O autor apresenta algumas respostas a esta pergunta que se focam em factores de raiz histórico-sociais. Há a referência ao legado da Segunda Guerra Mundial, assim como da Guerra Fria que, na opinião do autor, serviu para unir os povos da Europa Ocidental e para configurar uma forma de vida e pensamento algo semelhante (que deu origem às Comunidades Europeias), o que não aconteceu à grande maioria dos povos do centro e do leste da Europa, que ficaram sob a influência da União Soviética durante o período da Guerra Fria. No entanto muitos destes países, após a dissolução da URSS, quiseram juntar-se ao ‘projecto europeu’ e concretizaram a adesão à UE em 2004 (casos da República Checa, Polónia, Hungria, Roménia ou Bulgária). Monserrat Guibernau levanta ainda a questão da possibilidade deste ser um precioso exemplo a favor da

identidade europeia, pois, após o fim da União Soviética, os antigos países agregados ao bloco escolheram fazer parte de uma instituição como a UE, “regressando para onde pertencem, a Europa” (Guibernau, 2007: 106).

Numa entrevista dada em 2012 ao jornal *The Guardian*, Umberto Eco defende que a identidade europeia é fundamentada na cultura, ao invés das memórias das guerras que assolaram o continente. “We must remember that it is culture, not war, that cements our [European] identity. The French, the Italians, the Germans, the Spanish and the English have spent centuries killing each other. Today, we've been at peace for 70 years and no one realises how amazing that is any more. Indeed, the very idea of a war between Spain and France, or Italy and Germany, provokes hilarity.”(Eco, 2012)⁴⁷.

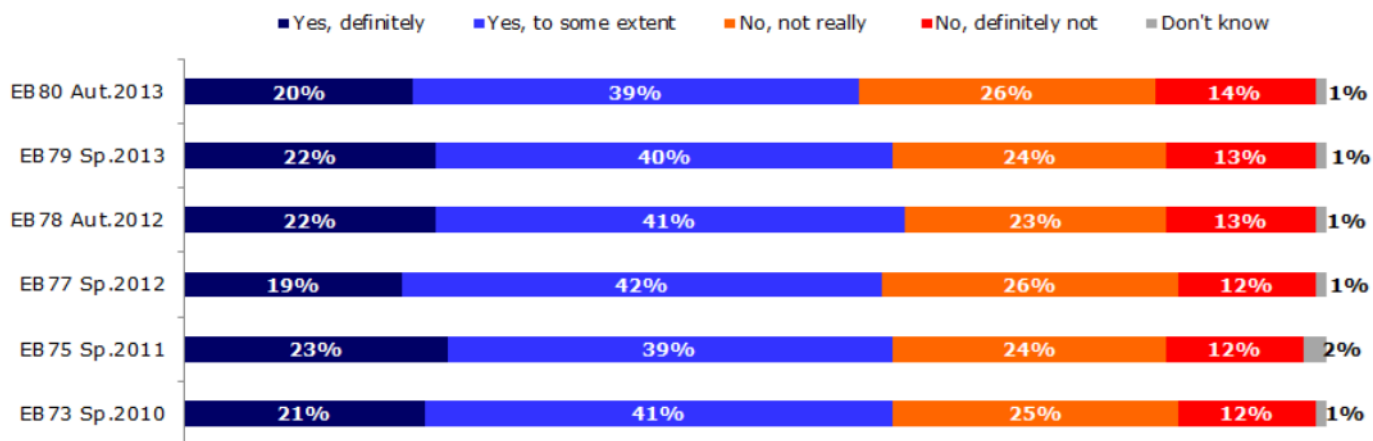
Eco refere ainda o distanciamento e o desconhecimento que existe entre os cidadãos europeus e as instituições europeias, como parte do problema na legitimação da identidade europeia, problema que não tem sido devidamente abordado. Dá o exemplo do chumbo do referendo de aprovação do Tratado de Lisboa em alguns Estados-membros: “The document had been written by politicians; it was impossible for any educated man to participate in the process and it was never discussed with voters”.

O argumento aqui defendido por Umberto Eco obriga-nos a reflectir acerca da desvalorização do projecto europeu por uma fracção considerável da população europeia. Parte do problema na legitimação da identidade europeia por parte dos cidadãos pode, como afirma Eco, dever-se ao afastamento e desconhecimento da população europeia relativamente às políticas e ao fundamento da UE. O gráfico 1 mostra a diminuição da percentagem de europeus que se sente um cidadão da UE, no decorrer dos últimos três anos.

⁴⁷<http://www.theguardian.com/world/2012/jan/26/umberto-eco-culture-war-europa>

Gráfico 1 - Estudo do Eurobarómetro sobre os europeus " Sente-se um cidadão europeu?"

QD3.1. For each of the following statements, please tell me to what extent it corresponds or not to your own opinion.
You feel you are a citizen of the EU - %EU



Fonte: Eurobarómetro, Avaliação da Opinião Pública de Outono de 2013

Também é possível que, de certa forma, a não utilização por parte das instituições europeias de argumentos, como o que apresenta Eco relativamente à cultura ser a base da identidade europeia, de forma a promover a União Europeia junto dos cidadãos europeus para que estes estejam devidamente informados acerca das potencialidades e dos benefícios de fazer parte da instituição, tenha um impacto considerável nestes números.

Nada corrobora melhor o argumento defendido por Umberto Eco, no qual este faz referência à desvalorização que é dada por muitos, pelos 70 anos de paz proporcionados pelas sucessivas instituições do projecto europeu, do que a reacção de surpresa e até indignação expressa por muitas pessoas e por alguns órgãos de comunicação social pela atribuição, em 2012, do Prémio Nobel da Paz à União Europeia. O desgaste da crise económica que assola fortemente a Europa desde 2008, em conjunto com o claro desconhecimento e desinteresse por parte dos cidadãos, dificulta o processo de legitimação da identidade europeia perante estes e só uma tomada de posição por parte dos órgãos de decisão europeus no sentido de mudar o rumo do caminho que actualmente se percorre neste campo, poderá possibilitar a ideia de uma integração europeia também a nível cultural e identitário.

A legitimação da identidade europeia não pode, nem deve, ser obra de um processo de criação, ou instalação, de um sentimento de identificação com a UE e com a Europa. Como afirma Vasco Graça Moura, na sua publicação *Anotações Europeia* (2008) “Seria manifestamente errado falar em «integração cultural» na Europa. Um dos aspectos mais fascinantes da nossa civilização está, exactamente, em a Europa dever assumir-se como uma unidade realizada na, e pela, diversidade das suas aberturas ao homem e ao mundo”(p.371). O caminho a seguir seria um processo de aprendizagem e formação sobre a história, as tradições e as culturas dos povos europeus que, na verdade, apesar das diversidades culturais, é a componente agregadora e é o que define os factores comuns e nos permite identificar com outros.

A perda da identidade europeia por falta da transmissão de gerações, ou seja, pela perda da memória histórica da importância das características comuns dos europeus e da superação de obstáculos que levaram à criação das Comunidades Europeias, é uma problemática que também é abordada por alguns autores. Isto implica uma tremenda perda de valores e conhecimentos que corre o risco de nunca mais ser reestabelecida, caso nada seja feito para alterar o rumo que se tem tomado. É da responsabilidade da União Europeia actuar para que este fenómeno seja travado, e a melhor forma de actuação é através dos programas europeus. A articulação dos objectivos traçados em cada um dos programas europeus, e nomeadamente no que diz respeito aos programas culturais, é crucial para o sustento deste fenómeno. Há a necessidade de apostar na formação dos jovens e cativar a sua atenção para a ligação existente entre os povos da Europa. Cada um dos programas europeus deve ter como pano de fundo, o esclarecimento por parte dos europeus acerca da cidadania europeia, sobre o que significa ser europeu (Graça Moura, 2008; Martins, 1994).

Marc Nouschi fala no desfasamento que existe entre cidadãos europeus e as instituições da UE, na incompreensão por parte destes daquilo que se passa a nível supranacional e do desconhecimento, por parte das instituições europeias, acerca dos problemas quotidianos dos europeus. “A incompreensão acentua-se, porque a vida da Europa se escreve num tempo que não é o nosso: em Bruxelas, para ter êxito, é preciso projectar permanentemente no futuro e de introduzir cálculo prospectivo, porque o amanhã já é hoje” (Nouschi, 1994: 241). Este fosso que parece existir entre as

instituições da UE e o cidadão europeu comum constitui uma das maiores preocupações neste debate sobre a identidade europeia. Como pode haver uma identificação com as instituições europeias por parte dos cidadãos se não há um conhecimento profundo de parte a parte?

Montserrat Guibernau (2007) defende que a emergência de uma identidade europeia requer um esforço político comum dos Estados-membros da União Europeia. Um acordo que permita salvaguardar a cultura política europeia de valores democráticos, defender o progresso sócio-económico e apelar a maior cooperação e consenso.

Guibernau sugere uma identidade europeia ‘não emocional’ na qual os cidadãos, numa fase inicial se possam sentir identificados a uma “consciousness of belonging to an economic and political space defined by capitalism, social welfare, liberal democracy, respect for human rights, freedom and the rule of law, prosperity and progress” (Guibernau, 2007: 114), estes que são a base de uma cultura política europeia, e com as quais os europeus se podem facilmente identificar e compreender numa fase ainda embrionária deste processo de legitimação identitária. Por isso, não pode ser expectável nem realista esperar que a identidade europeia se compare com a ligação sentimental que os cidadãos têm relativamente aos seus países e regiões.

Há componentes que podem ajudar neste processo de identificação dos cidadãos com a União Europeia e com os outros cidadãos europeus. Pode haver a criação de alguns destes componentes de forma a adicionar factores em comum entre os cidadãos dos Estados-membros da União Europeia. A moeda única, o Euro, é o principal exemplo de um elemento importante e comum entre a grande maioria dos cidadãos europeus, que foi criado pelas instituições da União. Mas há outros, como a implementação de cartões de cidadão com formatos semelhantes, ou o cartão europeu da saúde.

A cultura política europeia, ou a história do desenvolvimento político na Europa, é um elemento crucial na discussão sobre a identidade europeia. Como alude Guibernau na sua obra *The Identity of Nations*, o período do Iluminismo incutiu às sociedades europeias ideias de organização institucional no campo das políticas. Ideias como a

Democracia Parlamentar, a separação entre Estado e Igreja, o conceito de cidadania, a ambição de desenvolvimento e progresso, e os direitos e deveres dos cidadãos, estão presentes até aos dias de hoje nas sociedades europeias. Este é um factor determinante para aquilo a que chamamos identidade europeia, pois é comum à grande maioria dos europeus, e ainda porque são factores de organização social de extrema importância. Estas ideias, associam a muitas outras que, pela forma de movimento social foram tendo espaço no panorama societal da Europa. Falamos da luta pelos direitos humanos, os direitos de igualdade de género, dos direitos da comunidade homossexual, da defesa pelo ambiente, da defesa dos animais, entre outros, que fazem parte do quotidiano das sociedades europeias.

A União Europeia é defensora destes ideais, como está explícito no Tratado de Maastricht que, como refere Guibernau, “proclaims the EU member states attachment to the principles of liberty, democracy and respect for human rights and fundamental freedoms and of the rule of law and their desire to deepen solidarity between the peoples of Europe while respecting their history, their culture and their traditions” (Guibernau, 2007: 109). Na opinião do autor, o que mais une os povos europeus é a determinação, por parte dos EM da União Europeia, em procurar o progresso económico e social através do fortalecimento das estruturas políticas e das instituições europeias com base no princípio da subsidiariedade. Com a evolução e o sucesso deste esforço por parte dos EM, constituindo uma estrutura política mais sólida, a cultura e identidade comuns aparecerão como consequência natural (Guibernau, 2007).

Kaelble considera que o principal símbolo europeu “remains to be written” (2009: 207), e com isto refere-se à história comum europeia. Uma instituição como a União Europeia, com 70 anos, tem uma história e uma relevância incrivelmente considerável, por ter sido a principal responsável pelo restabelecimento da paz na Europa, após os cinquenta anos negros que abarcaram as duas Guerras Mundiais, e por conseguir reunir num espaço de diálogo e cooperação a grande maioria dos povos europeus.

Capítulo IV - A importância da cultura num Portugal europeu

“Portugal tem uma matriz indubitavelmente europeia, desde a sua fundação no que à história e à cultura diz respeito.”

Ribeiro (2009: 2)

1. Portugal e a Europa

Portugal ocupa uma posição geograficamente importante para quem viaja para o Velho Continente através do Oceano Atlântico. Portugal é uma porta de entrada na Europa, é uma interface deste continente com a América e com África. “Pode dizer-se que o percurso histórico nacional dos últimos séculos balançou entre a vocação atlântica e a opção europeia, com significativa vantagem para a primeira” (Ribeiro, 2009: 1). Durante séculos os portugueses tiveram a sua atenção focada no Atlântico, fenómeno iniciado pelos Descobrimentos, que se prolongou até 1974, altura em que o Império Colonial português se desfez, graças à Revolução de Abril. A partir deste momento, a atenção de Portugal voltou-se para o sentido oposto, para a Europa. Nesta altura, já tinha sido criada uma instituição de cooperação e solidariedade política entre países europeus, a Comunidade Económica Europeia, que contava já com dez membros, entre os quais Alemanha, França, Reino Unido e Holanda, as maiores potências do continente Europeu.

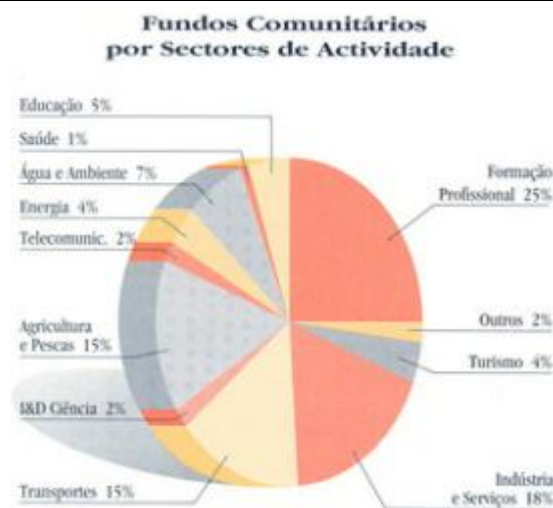
Era um projecto de cooperação económica apelativo para qualquer país, e por isso ainda sob a administração do Estado Novo, já se havia tentado uma aproximação à instituição em duas ocasiões (1962 e 1970), mas naturalmente não estavam reunidas as condições exigidas pela CEE para a adesão do país, nomeadamente pela ausência de democracia, factor comum e unificador de todos os EM das Comunidades Europeias. Apesar disso, Portugal começou a trilhar o seu caminho de regresso à Europa logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, ao ser um dos países participantes em duas organizações de cooperação a nível europeu: a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), que mais tarde se tornou a Organização de Cooperação Para o Desenvolvimento Económico (OCDE), e ainda a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).

Em 1986, após doze anos de liberdade (concedida pelo 25 de Abril de 1974) durante os quais os portugueses aprenderam a viver em democracia, Portugal aderiu finalmente à Comunidade Económica Europeia, pela mão do então Presidente da República Mário Soares, e ficaram criados os alicerces para uma relação de cooperação que veio a trazer largos benefícios de parte a parte. Por um lado, a CEE agregava um país com uma localização geográfica excelente para estabelecer relações económicas e comerciais importantes com a América do Norte e do Sul e com África. Mas para

Portugal esta adesão constituía um passo gigante, naquilo a que viria a tornar-se a década de maior desenvolvimento estrutural que o país já havia visto.

Graças aos fundos estruturais concedidos pela CEE, Portugal pode desenvolver uma série de infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento económico e social do país. “Com efeito, a plena adesão de Portugal às Comunidades Europeias despoletou um significativo processo de modernização de estruturas e comportamentos económicos, em paralelo com uma liberalização global dos mercados, num quadro onde a intervenção pública passou a ser claramente polarizada pela promoção de importantes investimentos de natureza infra-estrutural (rodoviárias, ferroviárias e portuárias, telecomunicações, energéticas, científicas e tecnológicas, de educação e formação profissional, nomeadamente) dinamizados pelo acesso aos fundos estruturais de origem comunitária e com algum enquadramento numa perspectiva de desenvolvimento regional do país” (Mateus, 1992: 655). Portugal recebeu, do Quadro Comunitário de Apoio I (1989 a 1993) cerca de 1.708 milhões de contos⁴⁸. Parte deste dinheiro apoiou a construção de 132 infra-estruturas culturais⁴⁹, dando assim início ao apoio das instituições europeias ao sector cultural em Portugal, apesar de este investimento ter sido diminuto, na medida em que a maior parte do dinheiro foi aplicado em outros sectores como a Indústria, a Formação Profissional ou na Agricultura e Pescas, como se pode ver no gráfico 16.

Gráfico 2 - Distribuição dos fundos do Quadro Comunitário I em Portugal



Fonte: Ver nota (1)

⁴⁸http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/HistoriaFundos/documentos/10ANOSFE/10_ANOS_DGDR_port..pdf (p. 11).

⁴⁹ Ver nota anterior (p. 13).

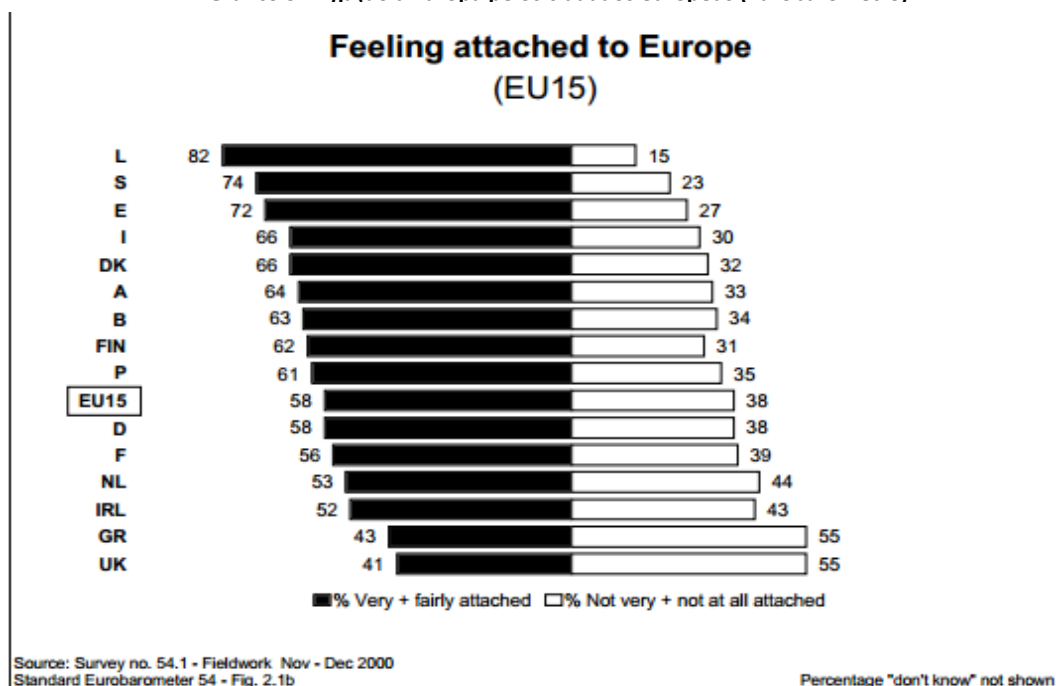
2. Identificação europeia dos portugueses

Apesar dos benefícios advindos da adesão à CEE, do ponto de vista económico, o processo de integração europeia para um país como Portugal não é fácil, uma vez que Portugal é considerado um Estado-nação sólido, com uma associação muito forte à sua cidadania, à sua cultura e à língua portuguesa. Não existem em Portugal, movimentos separatistas e contestatários da nacionalidade portuguesa, como acontece em Espanha, por exemplo. Este factor revela uma grande identificação do povo português com o seu país e com o resto dos cidadãos portugueses. Por este motivo, foi necessário um período de ajustamento às mudanças políticas e sociais sofridas após a adesão à CEE, tanto por parte das instâncias governativas, como por parte da população.

Como pode ser verificado nos estudos do Eurobarómetro acerca da identificação dos cidadãos europeus com a Europa, os portugueses revelam ter uma forte ligação à Europa, apesar da também fortíssima ligação relativamente ao seu país, o que revela que poderá ser perfeitamente possível conciliar vários níveis de identidade, neste caso um nacional e outro pós-nacional. Esta teoria de acumulação de camadas identitárias é defendida por vários autores, e já foi abordada neste trabalho.

Como podemos observar neste gráfico do Standard realizado no ano de 1990, 61%, dos 1000 portugueses inquiridos para este estudo, consideram estar ligados ou muito ligados à Europa dos 15.

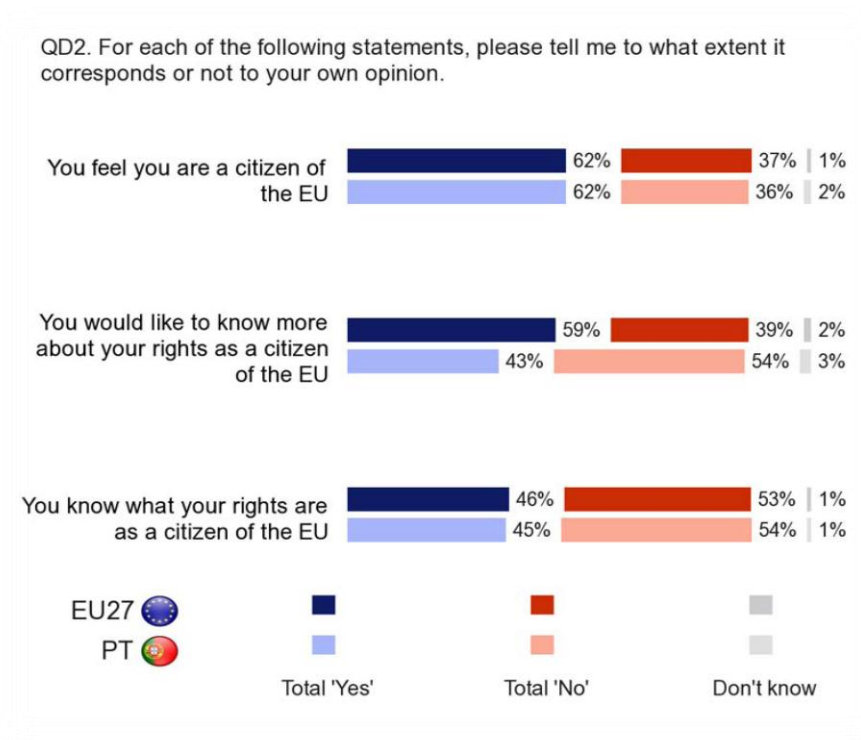
Gráfico 3 - Ligação à Europa pelos cidadãos europeus (Eurobarómetro)



Fonte: Opinião Publica, EB Standard, 1990

Vinte e três anos depois , uma pergunta semelhante, “Sente-se cidadão da União Europeia?” , obteve resposta positiva por parte dos 62% dos 1004 portugueses inquiridos no âmbito deste estudo do Eurobarómetro, em Maio de 2013.

Gráfico 4 - Cidadania europeia (amostra constituída por cidadãos portugueses), 2013



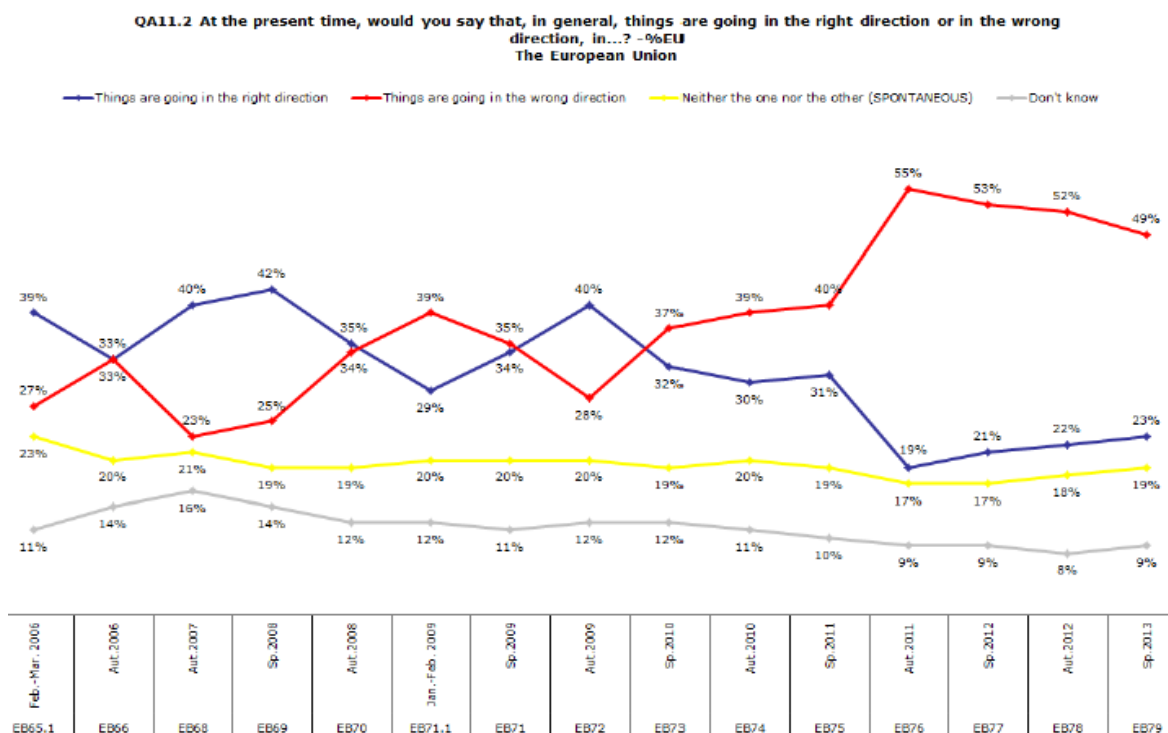
Fonte: Public Opinion, Standard EB 79, Maio de 2013

Esta comparação permite-nos pensar que, de facto, a maioria dos portugueses se sentem realmente europeus, e que esse sentimento de ligação se mantém inalterável nas últimas duas décadas. Este é um facto que deve, no entanto ser ponderado, pois uma vez que nas últimas duas décadas as instituições europeias sofreram mudanças importantes e significativas do ponto de vista governativo e estrutural, com o Tratado da União Europeia, que instituiu as bases de uma integração política mais profunda, ou com o Tratado de Lisboa, era de esperar que os cidadãos se sentissem mais envolvidos na UE, mais integrados e ligados à instituição, e no entanto estes resultados mantêm-se iguais aos de 1990.

Há alguns factores que podem explicar este fenómeno. O principal relaciona-se com a crise económica que assola o país desde 2008, e que é, em parte, considerado por muitas pessoas como responsabilidade da União Europeia e da moeda única. A necessidade de responsabilização, por parte da sociedade portuguesa, dos arquitectos desta grave crise económica que entretanto se tornou também social, leva os cidadãos a apontar o dedo às figuras da chamada TROIKA (formada pelo FMI, BCE e CE), cujo resgate financeiro fornecido ao Estado português obrigou os portugueses a severos sacrifícios económicos em virtude do programa de austeridade apresentado pelo Governo.

Os mais recentes estudos do Eurobarómetro revelam uma elevada desconfiança dos cidadãos europeus relativamente às instituições europeias, como pode ser visto no gráfico 5, referente a uma análise feita a uma amostra constituída por cidadãos europeus, na realização de um estudo sobre a opinião pública europeia, pelo Eurobarómetro..

Gráfico 5 - Opinião dos cidadãos europeus sobre o rumo da UE



Fonte: Opinião Pública, EB Standard, 2013.

Tudo isto tem um impacto significativo na imagem que a sociedade portuguesa tem das instituições europeias, e este fenómeno pode ser alargado a grande parte dos cidadãos dos EM, pois a crise económica tem repercussões por quase toda a Europa, o que pode constituir um problema na prossecução de um maior aprofundamento no processo de integração europeia.

3. Os traços europeus na cultura portuguesa

As características basilares da cultura portuguesa assemelham-se às especificidades que já foram atribuídas à cultura europeia. A herança religiosa da cultura portuguesa continua muito presente até aos dias de hoje no quotidiano da grande maioria dos portugueses, facto que é confirmado nos Censos Portugueses de 2011, onde cerca de 7 milhões e 300 mil portugueses revelaram ser afectos à religião cristã. Esta associação religiosa remonta à fundação de Portugal no século XI, que foi oficializada pelo *Manifestis Probatum* assinado pelo Papa Alexandre III.

Também os alicerces da organização política de Portugal têm conexões à Europa. A tendência para estabelecer alianças políticas e militares, como a velha aliança entre portugueses e britânicos, é uma característica reconhecidamente europeia e a existência desta necessidade que pode ser associada ao facto de o continente ser bastante retalhado e torna-se necessário o diálogo entre povos para uma melhor gestão das fronteiras, sendo que há países europeus que fazem fronteira com três ou quatro países. Os diversos movimentos culturais (Ribeiro, 2009) que foram emergindo na Europa foram adoptados gradualmente pela sociedade portuguesa, e este é outro factor que já foi referido, mas que é de extrema importância no debate sobre a identidade europeia. A expansão dos movimentos culturais permite o estabelecimento de particularidades comuns aos cidadãos europeus; apesar de assimilação das ideias e dos movimentos socioculturais poderem ser ligeiramente diferentes de povo para povo, os alicerces e ideias fundamentais são sempre os mesmos.

Apesar das semelhanças culturais, Portugal esteve durante alguns séculos com a sua atenção focada na expansão do império colonial através do Atlântico, e quando, no fim do século XX, voltou o foco para a Europa, foi perceptível o atraso social evidente

relativamente a outros países europeus, que foram desenvolvendo importantes movimentos socioeconómicos, como a Revolução Industrial ou a crucial evolução da ciência.

Durante a primeira metade do século XX, os portugueses foram herdando uma característica que perdura até aos dias de hoje no pensamento da sociedade, que foi alimentada pelo governo do Estado Novo e apoiada por alguns pensadores portugueses da altura, e consistia em “ênfatizaram o singularismo e excepcionalismo histórico e cultural de Portugal e a ideia de que temos como destino e vocação inalienáveis o império marítimo (espiritualizado), ignorando e desprezando o facto de sermos parte do continente europeu” (Ribeiro, 2009: 3). Apesar de se ter atenuado esta ideia, ainda há heranças da mesma na memória da sociedade portuguesa⁵⁰.

Com o fim do regime autoritário do Estado Novo, da descolonização e da estabilização política do país, o passo seguinte natural e consensual para a classe política portuguesa era a entrada no projecto europeu de cooperação. “A perspectiva da adesão à Comunidade Europeia foi invocada pela elite política como factor crucial de estabilização económica e política do país” (Ribeiro, 2009: 6).

Após a adesão à CEE o país voltou definitivamente a sua actividade para o panorama europeu, o que não foi um processo fácil devido à centralização que estava patente no seio da organização, resultado de os integrantes da CEE até à adesão de Portugal e Espanha se localizarem no centro e norte da Europa. No entanto, os portugueses souberam assimilar esta mudança estrutural governativa, principalmente porque percebiam os benefícios que esta adesão traria ao país.

Em vinte e oito anos de participação nas Comunidades Europeias, Portugal viu modificado o seu rumo, a nível organizacional e governativo, no que respeita a várias áreas e indústrias, muitas delas recebendo importantes ajudas dos fundos comunitários, no sentido do seu crescimento e evolução. Uma das indústrias que beneficiou bastante da adesão à CEE foi a indústria cultural, que até à data era bastante rudimentar e pouco organizada, e não beneficiava de apoios financeiros significativos por parte do Estado português. Principalmente após o TUE, foi criada pela UE uma base de apoios ao sector

⁵⁰ O humorista Ricardo Araújo Pereira fez uma alusão a este fenómeno, numa conferência organizada pela Fundação Manuel dos Santos. “Podemos estar a atravessar uma crise económica e com graves problemas sociais, mas pelo menos o Vasco da Gama protagonizou um feito histórico muito importante”. (<https://www.youtube.com/watch?v=Py7-kHa4J-4>), 2012.

cultural que permitiu que, em Portugal, fossem construídas e criadas muitas infra-estruturas para desenvolver o sector cultural e criativo e sobretudo para maximizar a importância da cultura na vida dos portugueses. A visibilidade de alguns eventos, como a *Capital Europeia da Cultura*, permite chamar a atenção dos cidadãos para a importância do sector cultura e da própria interiorização das práticas culturais por parte dos mesmos.

Capítulo V - *Capitais Europeias da Cultura* portuguesas



Portugal acolheu três *Capitais Europeias da Cultura*, nas últimas três décadas, e é um dos países que mais vezes albergou este evento, o que revela que tanto a indústria cultural como o Governo Português vêem na CEC um evento com uma potencialidade impactante para as cidades que o recebem, e consequentemente também para o país. Estas três cidades, Lisboa, Porto e Guimarães, obedecem a outro factor que parece ser fulcral na nomeação de uma CEC, a existência de um centro histórico-cultural com uma importância e visibilidade, de alguma forma, reconhecida.

1. Lisboa 1994

A primeira Capital Europeia da Cultura portuguesa foi Lisboa, em 1994. A capital portuguesa foi escolhida seguindo a tendência da primeira fase deste programa, que ia sendo acolhido pelas capitais dos EM. A “nomeação de Lisboa terá sido uma necessidade: nenhuma outra localidade portuguesa teria possivelmente estrutura para acolher tamanho acontecimento” (Portelinha, 2012: 103). O sector cultural em Portugal continuava a não estar desenvolvido, apesar do começo de um plano de acção nesta área após a adesão à CEE, pois não havia sequer um suporte governativo para a cultura, uma vez que o primeiro ministério da cultura foi criado apenas em 1995, após a CEC lisboeta. O tema escolhido para este evento foi “Ponto de encontro de culturas” que intencionava “reflectir a vocação universalista da cidade e a capacidade histórica dos portugueses de entendimento com outros povos” (Portelinha, 2012: 106). O programa da Lisboa '94 focou-se fundamentalmente em promover uma nova dimensão cultural em Lisboa, no apoio à indústria cultural, nomeadamente a artistas e associações culturais, criar novos públicos para este sector com uma maior exposição pública através da CEC, reestruturar e aumentar as infra-estruturas culturais na capital portuguesa (Portelinha, 2012).

Lisboa '94 não teve, no entanto, um impacto muito grande, nem deixou um legado significativo a que, actualmente, possamos associar ao evento. É necessário relembrar que este evento foi organizado de uma forma embrionária, que politicamente era dada importância ao sector cultural, e assim a organização e programação da primeira CEC portuguesa acabou por sofrer as consequências destes factores. No entanto, importa ressaltar do programa da Lisboa'94 uma forte intervenção no sector museológico que “inclui a abertura do Museu Nacional de Etnologia e a reabertura do

Museu do Chiado; a renovação do Museu Arqueológico e do Museu de Arte Antiga, bem como a criação do Museu da Música na estação metropolitana Alto dos Moinhos” (Portelinha, 2012: 107).

2. Porto 2001

A segunda CEC portuguesa ocorreu sete anos mais tarde, no Porto. Sob o tema “Pontes para o futuro”, aludindo às pontes sobre o Rio Douro entre o Porto e Vila Nova de Gaia que são uma das imagens de marca da cidade, a Porto’2001 tinha como principais objectivos a requalificação do centro-histórico da cidade, desenvolvimento das infra-estruturas culturais da cidade e a dinamização da economia da cidade. O programa deste evento foi muito centralizado na música, com a organização de vários festivais de música de todos os tipos, incluindo o *Jazz 2001 – Novas tendências do jazz europeu*, *Grandes Orquestras Mundiais* ou o festival de música electrónica *Elektro Parade*. Também a rede de museus do Porto beneficiou deste evento, e pode mesmo dizer-se que foi crucial para o Museu de Serralves, do ponto de vista da maior visibilidade internacional adquirida após o evento.

No entanto, a Porto 2001 ficou marcada pelas derrapagens de orçamento, e pela avaliação posterior das instituições europeias que qualificaram de demasiado ambiciosos os objectivos a que se propuseram a organização do evento e o Governo Português. A principal memória negativa da Porto 2001 é, reconhecidamente, a Casa da Música, cuja construção se encaixava perfeitamente no programa cultural do evento e nos seus objectivos, mas que só foi finalizada um ano após o final da *Capital Europeia da Cultura*, e com um orçamento final muito mais elevado do que aquele que tinha sido projectado. De qualquer das formas, a Casa da Música é um importante centro cultural para a cidade do Porto, e para Portugal, além de ser uma herança importante da CEC decorrida na cidade invicta.

As duas primeiras capitais europeias da cultura que decorreram em Portugal tiveram ambas, por razões distintas, críticas no que respeita ao seu programa e organização, mas é importante salientar que ambas contribuíram para o desenvolvimento do sector cultural nas respectivas regiões, o crescimento das infra-estruturas do sector e o desenvolvimento económico das cidades, nomeadamente pelas

movimentações a nível do turismo no decorrer de ambas as CEC. O quadro 4 permite-nos fazer uma comparação dos aspectos e consequências mais importantes de ambos os eventos.

Tabela 2 - Comparação entre Lisboa 1994 e Porto 2001

	Lisboa'94	Porto'2001
Tema	“Ponto de encontro de culturas”	“Pontes para o futuro”
Organização	Sociedade anónima de capitais públicos <i>Sociedade Lisboa 94</i>	Sociedade anónima de capitais públicos <i>Porto 2001 S.A.</i>
Orçamento	6.259 milhões de escudos <ul style="list-style-type: none"> • 12% mecenas • 1,4% UE 	226,5 milhões de euros <ul style="list-style-type: none"> • 90% Governo • 1% Autarquia • 0,2% UE
Programa	1.374 eventos	1.959 eventos
Público	1,5 a 2 milhões de espectadores	1,247 milhões de espectadores**
Resposta da Comunicação social	> 1 milhar artigos publicados na imprensa estrangeira	20.921 recortes de imprensa 7.500 emissões (tv e rádio)

** Esta estimativa exclui os frequentadores de alguns eventos regulares (ex. Fantasporto) que naquele ano integraram o programa da Capital Europeia da Cultura.

Fonte: Portelinha, 2012, p. 106.

3. Guimarães 2012

A terceira, e mais recente, Capital Europeia da Cultura portuguesa foi Guimarães 2012. A escolha de Guimarães para a candidatura a este evento prendeu-se com as características históricas e socioculturais da cidade, que é considerada o berço da nacionalidade portuguesa. Depois das candidaturas de Lisboa e Porto, maiores centros urbanos do país, a candidatura de Guimarães prendeu-se essencialmente com o facto de a cidade já ter sido reconhecida internacionalmente com a nomeação, em 1999, do centro histórico como Património Mundial da UNESCO, e também pela importante requalificação urbana sofrida na cidade deste a década de 1990, o que levou o governo português a levar esta candidatura como a mais adequada a apresentar para o acolhimento da terceira CEC portuguesa (Portelinha, 2012). O historial cultural da cidade, considerada de pequena/média dimensão, também foi um factor determinante para esta candidatura e consequente nomeação.

*“Guimarães é uma cidade com tradições culturais de longa data. Estas se manifestam não apenas na sua dimensão popular, expressa por exemplo, nas festividades Gualterianas ou nas Nicolinas, mas também numa dimensão mais erudita, onde se destacam, entre outros, o Cineclube de Guimarães, o Festival de Jazz, que apresenta programações de nível internacional, e o Museu da Sociedade Martins Sarmento, um dos mais antigos museus arqueológicos portugueses. Destaca-se ainda, por ser a instituição com maior projecção nacional, o Centro Cultural Vila Flor, com uma programação estável de elevada qualidade. À sua tradição cultural junta-se a sua atractividade intrínseca potenciada por um conjunto de monumentos emblemáticos, que remetem para a fundação da nacionalidade. A riqueza do seu património histórico e cultural foi reconhecida pela UNESCO em 2001, ao declarar Património Mundial o seu centro histórico, que preserva importantes elementos medievais.”*⁵¹

O tema deste evento foi “Tu fazes parte”, uma espécie de convite à população vimaranense, e que se alargava a toda a população portuguesa, a juntar-se e usufruir do evento e a contribuir para o seu sucesso. Este lema estava espalhado em cartazes por toda a cidade meses antes do início da CEC, e foi importante a suscitar entusiasmo crescente das pessoas de Guimarães relativamente ao começo do evento. Este tema foi escolhido “a partir do posicionamento estratégico proposto para o evento e da ideia de que sendo Guimarães o berço da nação, é um lugar de onde todos os portugueses fazem parte. Remete, portanto, para um envolvimento directo e indirecto dos portugueses. O coração foi o símbolo escolhido pela Capital Europeia da Cultura, como elemento comunicacional simplificado.”⁵² Os principais objectivos da organização⁵³ da Guimarães 2012, a Fundação Cidade de Guimarães, prendiam-se com o envolvimento

⁵¹ Relatório Executivo Final da Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura, 2013, p.19.

⁵² Ver nota anterior, p. 27.

⁵³ Ver nota anterior, pp. 27-28.

da comunidade local, na realização de eventos artísticos urbanos de modo a envolver os pontos históricos da cidade no evento, na sustentabilidade do projecto, na coordenação equilibrada das ligações entre centro e periferia da cidade, que fosse inovador no sentido de apresentar estreias e dinamizar o sector cultural da região, e a elaboração de um programa que despertasse a consciencialização e o sentido de pertença à Europa.

Os principais projectos estruturais para a CEC em Guimarães relacionavam-se com a requalificação urbana através da criação de centros culturais ou centros de investigação académica. A destacar o Instituto de Design, o Centro Avançado de Formação Pós-graduada e o Centro de Ciência Viva, em colaboração com a Universidade do Minho, e ainda numa vertente mais cultural a Casa da Memória, o Laboratório da Paisagem e ainda a “jóia da coroa” da Guimarães 2012, a Plataforma das Artes e da Criatividade. Tudo isto ficou ao encargo financeiro da Câmara Municipal de Guimarães, um investimento de cerca de 42 milhões de euros.

Tabela 3 - Investimento público da CEC 2012 em Guimarães

Designação do investimento Description of investment	Valor Elegível / Eligible value (€)
Plataforma das Artes e da Criatividade	14.804.166,67
Laboratório da Paisagem	2.268.055,56
Reabilitação Campo de S. Mamede	250.000,00
Reabilitação do Largo do Carmo	905.091,82
Requalificação do Toural, Alameda e Rua Sto. António	5.970.000,00
Casa da Memória	4.254.899,52
Requalificação do Espaço Público Zona Couros	2.215.268,00
Camp Urbis – Instituto de Design	2.722.500,00
Camp Urbis – Centro Avançado de Formação Pós-Graduada	3.188.350,00
Camp Urbis – Centro de Ciência Viva	605.000,00
Qualificação da Veiga de Creixomil	4.267.055,58
Projeto de interpretação de Couros	248.335,00
Total	41.698.722,00

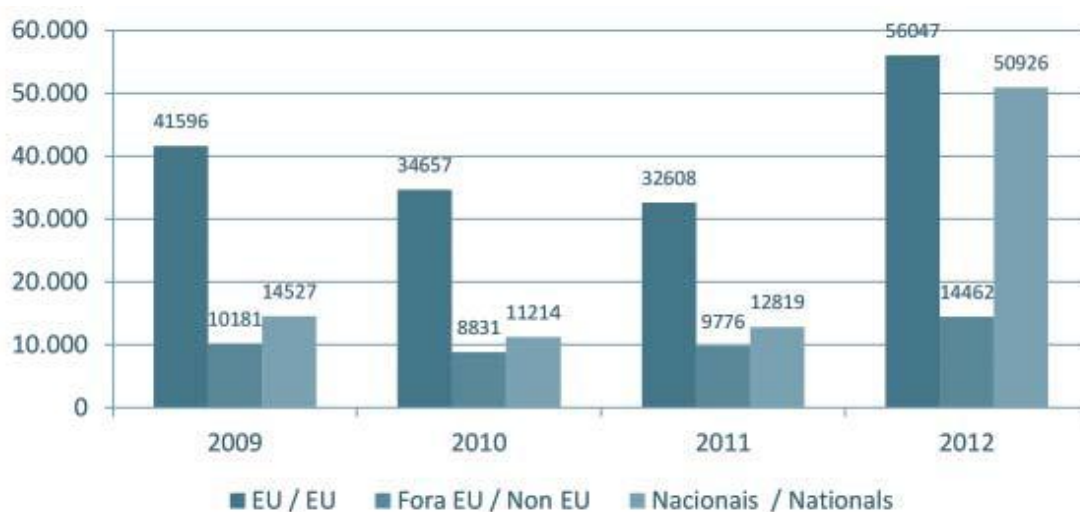
Fonte: Relatório Executivo Final Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura, 2013

A cargo da Fundação Cidade de Guimarães ficou toda a despesa relacionada com o programa cultural e a organização de eventos culturais da CEC.

A cidade beneficiou de um enorme crescimento da afluência turística durante o ano de 2012, fruto da realização do evento, e este fenómeno teve repercussões importantes para a cidade e a população local, na medida em que dinamizou fortemente a economia, principalmente por meio do comércio e dos centros culturais existentes na

cidade, que eram obviamente o foco da programação CEC. O gráfico 5 mostra-nos a evolução da afluência de turistas estrangeiros aos postos de turismo de Guimarães, de 2009 a 2012, e podemos verificar o aumento bastante significativo do número de turistas que visitam a cidade de 2011 para 2012, destacando o facto de o número de turistas portugueses quase quintuplicar, e o número de turistas provenientes da União Europeia quase duplicar.

Gráfico 6 - Afluência de turistas nos postos de turismo de Guimarães (2009 a 2012)



Fonte: Relatório Executivo Final da Guimarães 2012 – Capital Europeia da cultura, p. 38.

Este impacto foi sentido pelos cidadãos vimaranenses, que na sua grande maioria consideram que a realização da Capital Europeia da Cultura em Guimarães foi muito importante para a cidade e para a população, do ponto de vista socioeconómico e estrutural, o que de resto, é corroborado pelo estudo de campo feito no âmbito deste trabalho, que se foca também nas percepções sobre a CEC em Guimarães de uma forma particular, e que teve como público-alvo a população vimaranense.

O Relatório final de Impactos Sociais e Económicos, realizado por uma equipa de investigadores da Universidade do Minho no rescaldo da CEC 2012 em Guimarães, revela alguns dados que comprovam o impacto positivo da realização da CEC na cidade vimaranense. Como já foi referido, o aumento da procura turística aumentou bastante, já que o “número de visitantes aos postos de turismo cresceu mais de 105%, relativamente

à média dos três anos anteriores”, e o número de ocupação de quartos “aumentou no ano de 2012 em 36% face ao ano de 2011”⁵⁴.

O sector comercial foi um dos sectores que mais beneficiou com a realização deste evento em Guimarães. Sem ter feito grandes investimentos económicos ou estruturais para a CEC 2012, os comerciantes vimaranenses consideram, como explanado no mesmo relatório, que o volume de negócio aumentou cerca de 12%. O mesmo relatório revela que “os turistas que se deslocaram a Guimarães especificamente para participar na Guimarães 2012 realizam um consumo médio por pessoa de 56€”⁵⁵, e tendo em conta o aumento do fluxo turístico já referido podemos perceber a dimensão da colheita financeira que a CEC proporcionou aos comerciantes e albergueiros.

A *Capital Europeia da Cultura* em Guimarães permitiu que se desenvolvesse na cidade um novo nicho de mercado. A instalação de diversos locais de alojamento baseados no conceito do *hostel* como uma forma mais barata de permitir que os turistas pernoitassem na cidade, em vez de a visitarem durante o dia e passarem a noite num centro urbano maior, como é o caso do Porto. A maioria destes *hostels* situam-se no centro histórico da cidade, possibilitando ao turista a apreciação de toda a experiência histórico-cultural que um centro histórico considerado Património da Humanidade pela UNESCO pode oferecer. Ao mesmo tempo permitiu a requalificação de alguns edifícios mais degradados do centro histórico e dinamizou a económica local.

De um modo geral, as experiências portuguesas na realização da Capital Europeia da Cultura são encaradas como importantes e cruciais no desenvolvimento do sector cultural das cidades acolhedoras do evento, assim como factor determinante para o desenvolvimento de infra-estruturas e para a dinamização da economia local de cada uma destas cidades. Além disso, todos estes eventos contribuíram para o crescimento da indústria cultural portuguesa e para a consciencialização da participação portuguesa numa União Europeia que, através deste programa, promove e apoia o sector cultural e criativo.

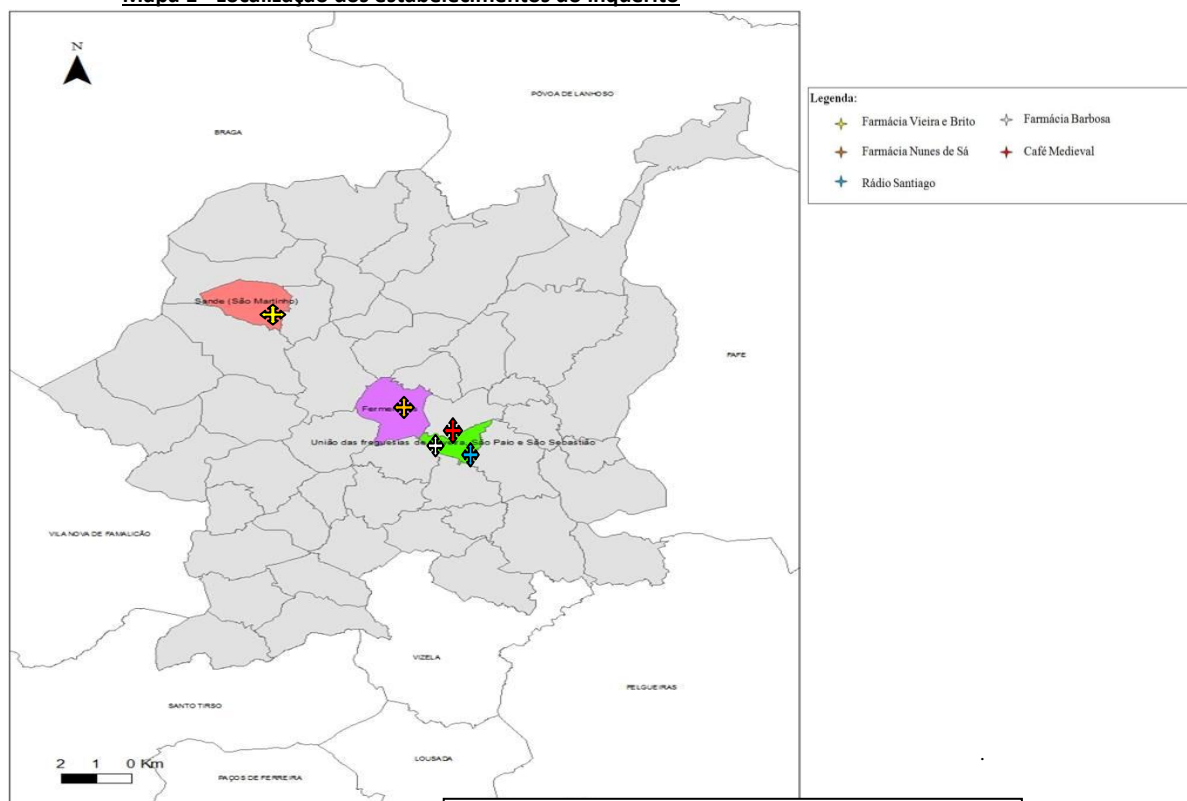
⁵⁴ Relatório Executivo de Impactos Sociais e Económicos da CEC - Guimarães 2012, 2013: 122.

⁵⁵ Ver nota anterior, p.123.

Capítulo VI - Estudo de caso - A CEC Guimarães 2012 e a Identidade Europeia

Este estudo de campo foi realizado com o intuito de avaliar a percepção que os guimaranenses têm da *Capital Europeia da Cultura* - Guimarães 2012, a União Europeia e a cidadania e identidade europeias. Para o efeito, foi realizado um inquérito por questionário na cidade de Guimarães, entre o dia 19 de Janeiro e o dia 10 de Março de 2014, a uma amostra não-probabilística de 150 indivíduos. A realização do inquérito teve lugar em cinco locais: na Farmácia Barbosa (freguesia S. Paio), no café Medieval (freguesia da Oliveira do Castelo), na recepção do Grupo Santiago (freguesia de S. Sebastião), na Farmácia Nunes de Sá (freguesia de Fermentões) e na Farmácia Vieira e Brito (freguesia de S. Martinho de Sande). Estes locais foram escolhidos por conhecimento prévio da diversidade do público que os frequenta, de forma a coincidir com o objectivo de aleatoriedade, mas assegurando também algum nível de diversidade entre os inquiridos. Previamente à realização do inquérito, foi confirmado com cada inquirido a sua maioridade e a sua residência no concelho de Guimarães (parâmetros definidos como triagem da amostra para este inquérito).

Mapa 1 - Localização dos estabelecimentos do inquérito

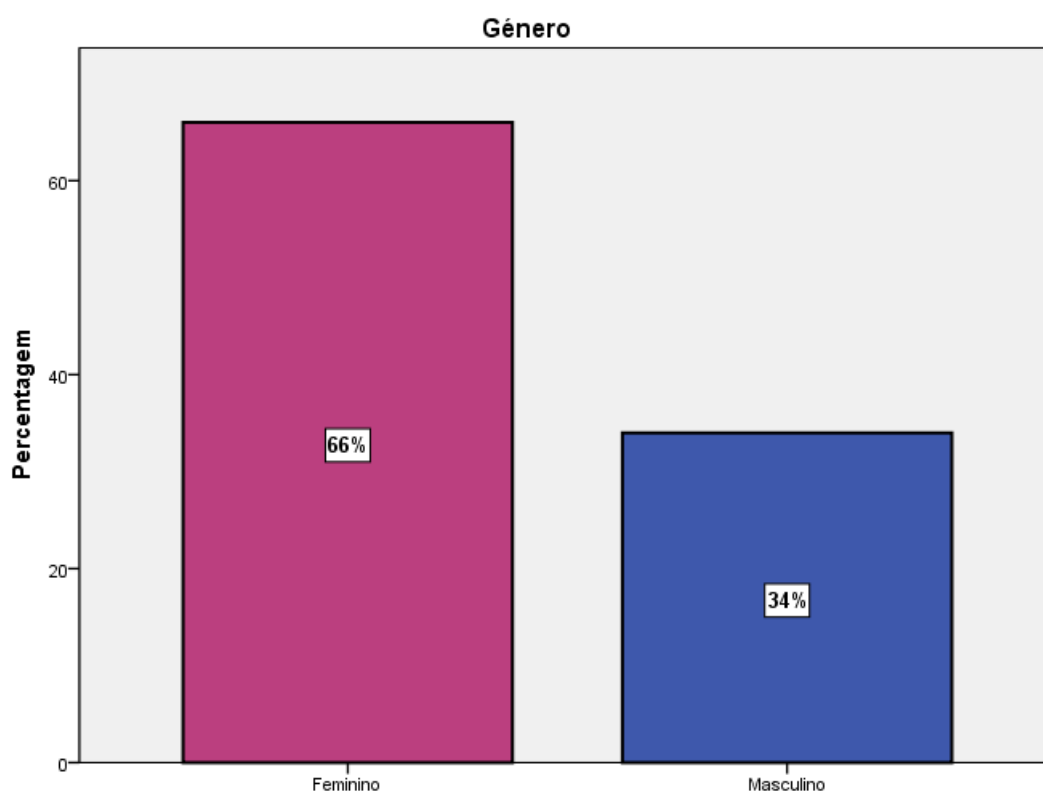


Este questionário (que pode ser consultado em anexo a este trabalho) conta com doze questões, cuja construção permitiu definir o perfil do inquirido, a percepção dos mesmos sobre o impacto da Capital Europeia da Cultura, e a sua representação sobre a ideia de “identidade europeia”. Seguem-se os resultados obtidos neste estudo.

1. Caracterização dos respondentes

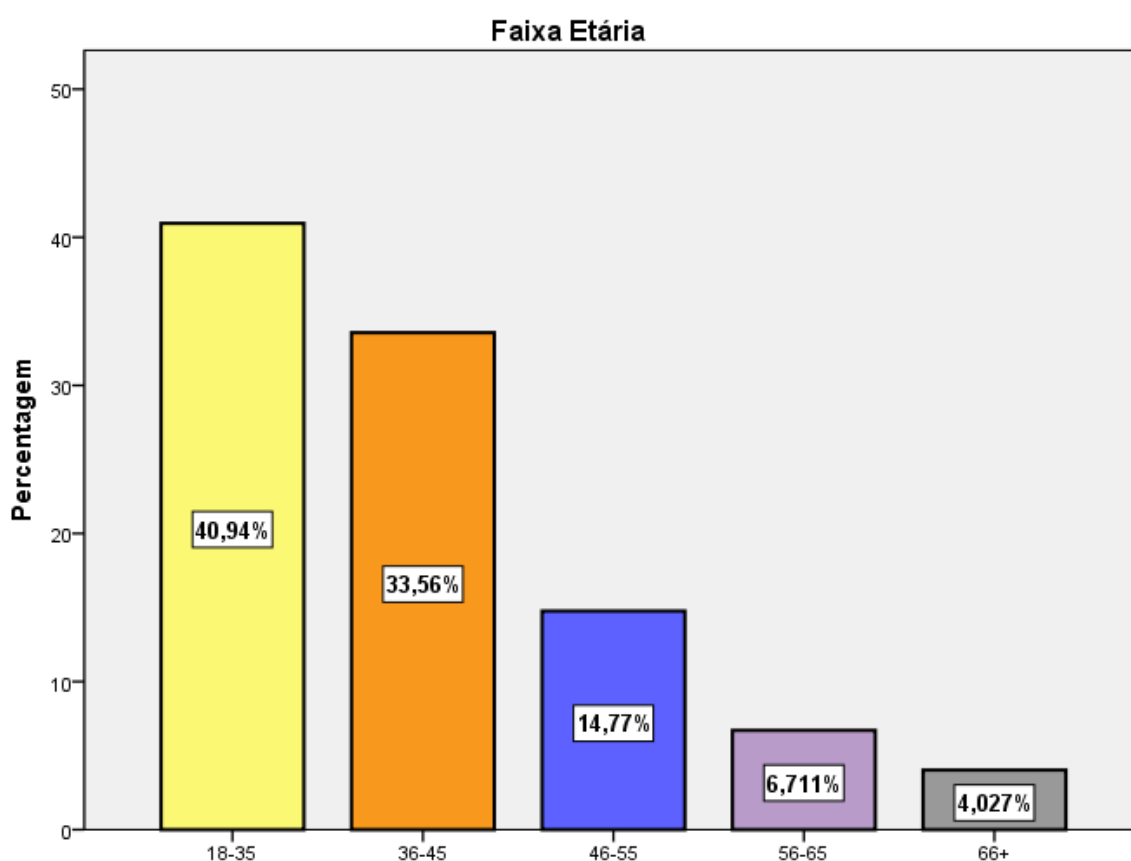
1.1. A grande maioria dos inquiridos era do sexo feminino, mais precisamente 66%, enquanto 34% eram do sexo masculino.

Gráfico 7 - Género da amostra



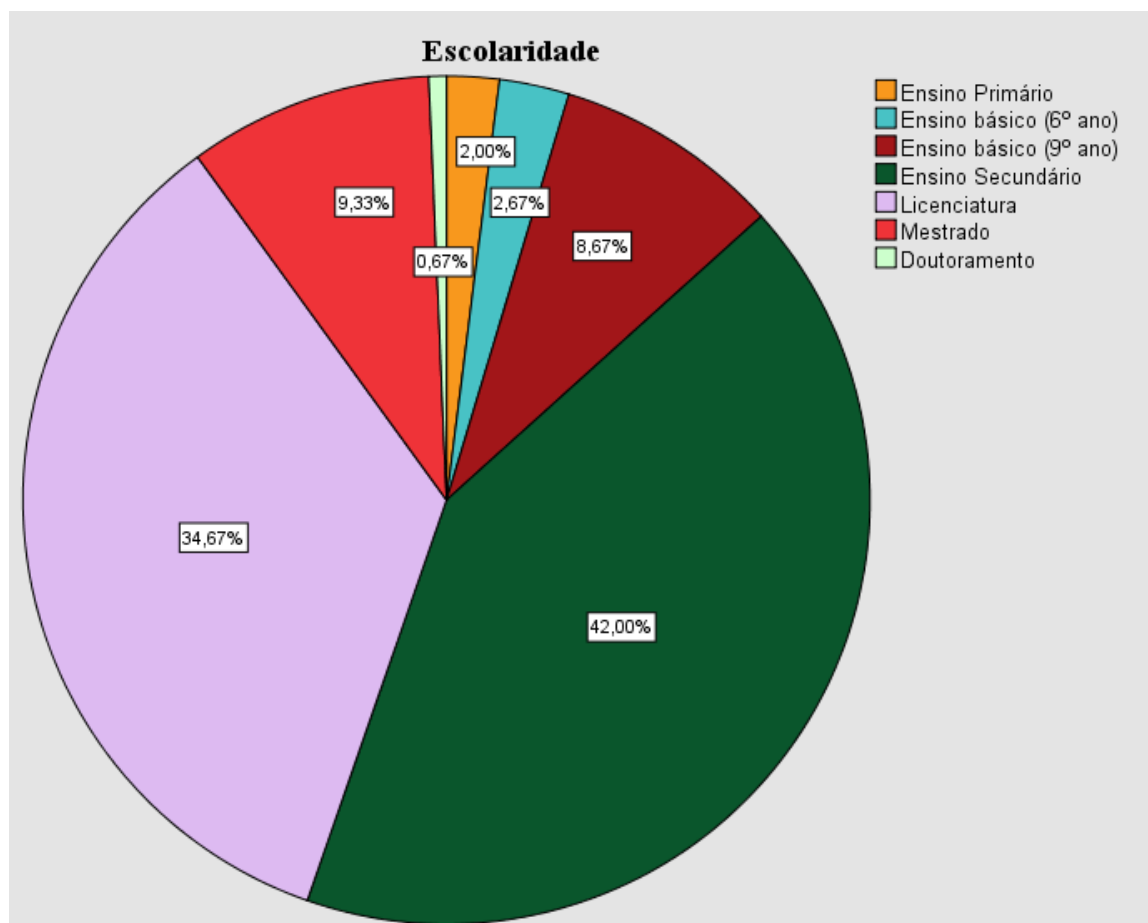
1.2. A faixa etária com maior representatividade neste estudo foi a referente às idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, mais concretamente 40,94% dos inquiridos, 33,56% tinham idades entre os 36 e os 45 anos, 14,77% entre os 46 e os 55 anos, 6,71% entre os 56 e os 65 anos, e 4,03% dos inquiridos tinham mais de 65 anos.

Gráfico 8 - Faixa etária da amostra



1.3. O grau de escolaridade mais apontado pelos inquiridos foi o Ensino Secundário (42%), enquanto 34,67% dos inquiridos afirmou ter o grau de Licenciatura. Para 9,3% dos respondentes as suas habilitações incluem o Mestrado, 8,7% completaram o 3º Ciclo do Ensino Básico, 2,7% completaram o 2º Ciclo do Ensino Básico e 2% fizeram o Ensino Primário. Apenas 0,7% dos inquiridos afirmou ter atingido a graduação de Doutoramento.

Gráfico 9 - Escolaridade da amostra



2. Identificação com a Europa

Para analisar o modo como os inquiridos se identificam com diferentes contextos territoriais, políticos e culturais, foi colocada a questão “Como avalia o seu sentimento de ligação a...”, pedindo aos inquiridos que avaliassem (de 1 a 10) o seu sentimento de ligação a: Guimarães, Portugal, Europa e União Europeia. Esta escala varia entre 1 (nada ligado) e 10 (fortemente ligado).

O quadro seguinte mostra a média que cada um dos espaços territoriais apresentados obteve na avaliação que os inquiridos fizeram da sua ligação a cada uma das opções. Este quadro apresenta ainda a informação sobre o desvio-padrão para cada um dos casos em estudo nesta questão.

Tabela 4 - Avaliação do sentimento de ligação a...

	<u>Média</u>	<u>Desvio-Padrão</u>
Guimarães	8,07	1,529
Portugal	7,75	1,688
Europa	6,17	1,800
União Europeia	5,68	2,041

Como se pode verificar no quadro acima, nenhum dos espaços territoriais apresentados aos inquiridos obteve uma média negativa⁵⁶. Na avaliação do sentimento de ligação, Guimarães foi a opção avaliada com valores mais altos pelos respondentes, obtendo uma média de 8,07 numa escala de 1 a 10, revelando assim, a forte ligação destes inquiridos com a sua cidade. Com

⁵⁶Tendo em conta que a escala fornecida é de 1 a 10, um valor inferior a 5 seria, obviamente, considerado um resultado negativo.

resultados ligeiramente mais baixos que os de Guimarães, mas igualmente bastante positivos, Portugal foi avaliado com uma média de 7,75 o que revela que estes inquiridos sentem-se, também, fortemente ligados ao seu país. Na avaliação da sua ligação à Europa, os inquiridos revelaram-se menos conectados com o seu continente, resultando assim uma média de 6,17. Por último, a União Europeia, com uma média de 5,68, foi a opção com valores de avaliação mais baixos de todas as opções que foram apresentadas. O desvio-padrão revela-nos que a União Europeia (DP: 2,041) obteve uma maior dispersão nas escolhas de avaliação dos inquiridos, comparativamente com aos outros espaços territoriais apresentados.

Registaram-se dois padrões comportamentais que devem ser considerados. Uma grande maioria dos indivíduos dividiu estes quatro espaços territoriais em dois blocos na altura de os avaliar: o primeiro constituído por Guimarães e Portugal, que obtinham avaliações mais altas; o outro constituído por Europa e União Europeia, que obtinham avaliações mais baixas que o primeiro bloco. Ainda a ressaltar que grande parte dos indivíduos inquiridos atribuiu a sua avaliação mais baixa à União Europeia.

No caso de Guimarães, há uma clara tendência dos inquiridos para avaliar o seu sentimento de ligação com o valor máximo, uma vez que 97 (dos 150 indivíduos) dos inquiridos avaliaram a sua ligação a Guimarães em 10, número máximo na escala que lhes foi apresentada. Este fenómeno é facilmente explicável e vai ao encontro das definições de identidade que já foram abordadas mais atrás neste trabalho. A história comum é um factor determinante para a identificação de um indivíduo com uma determinada comunidade. Como refere Eder é a “história que define as pessoas como cidadãos de uma comunidade política. Esta história é transmitida para, e aprendida pelas, novas gerações, celebrada em rituais nacionais e personificada em hinos e bandeiras.” (Eder, 2009: p.432). A cidade de Guimarães é popularmente denominada como Cidade Berço de Portugal, pois foi o local onde se diz ter nascido o primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, e foi também aí que teve início a expansão do território português. O legado e a importância da história da cidade de Guimarães tem, como este estudo mostra, um impacto considerável nos seus

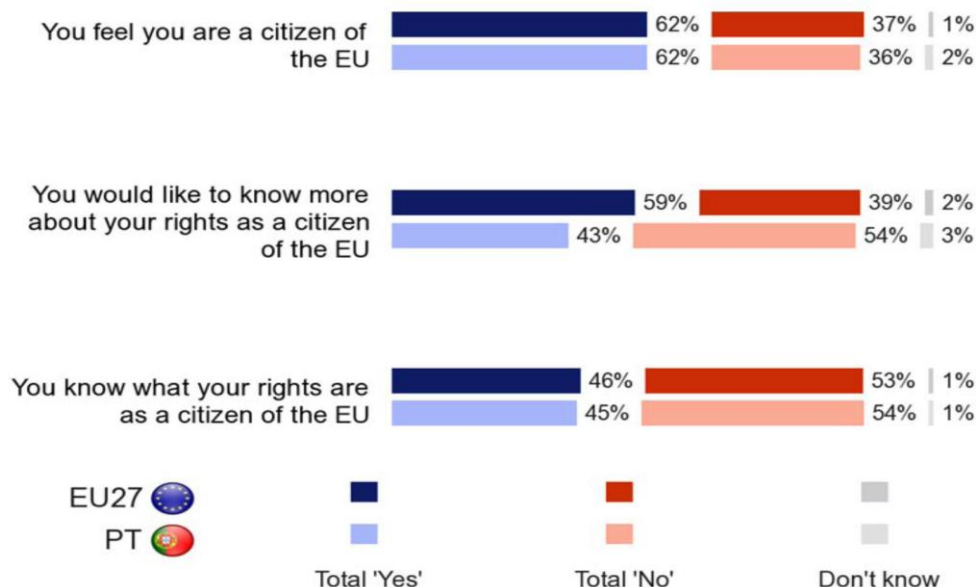
cidadãos e na interligação deles com a cidade. Estes factores são também importantes para explicar os resultados seguintes, da avaliação dos inquiridos da sua ligação com Portugal.

Para o caso de Portugal podemos considerar a mesma situação relatada acima. Cerca de 78 indivíduos avaliaram a sua ligação a Portugal com a nota máxima disponível. Como já foi referido anteriormente neste trabalho, a identidade nacional baseia-se numa junção de identidade cultural, histórica e política num determinado território. Naturalmente, os portugueses sentem uma forte ligação ao seu país, em grande parte fruto do importante legado histórico, cultural e linguístico que lhe é adjacente. A diferenciação, em termos de avaliação e de resultados, comparativamente com Guimarães, explica-se pelo facto de uma maior proximidade geográfica levar a uma maior identificação do indivíduo com o espaço territorial em questão, e por consequência a um maior conhecimento e reconhecimento deste mesmo espaço.

Relativamente à Europa e à União Europeia, que obtiveram resultados relativamente mais baixos, em comparação com Guimarães e Portugal, pode compreender-se esta “desvalorização” com o menor reconhecimento e conhecimento que os inquiridos têm acerca destes espaços geográficos e culturais. A grande maioria dos inquiridos concentrou as suas avaliações da opção Europa entre os valores 5 e 8 da escala fornecida. A opção União Europeia foi a que obteve avaliações de ligação mais baixas e foi também a opção onde se registou a maior dispersão de votos. Estes resultados revelam uma certa desconexão dos inquiridos relativamente à União Europeia, o que talvez se explica, em parte, pela aversão que tem sido desenvolvida à instituição devido à sua associação com a crise económica que assola a Europa e o mundo. Como já foi referido neste trabalho (Identidade europeia, gráfico x) a identificação dos europeus com a instituição europeia tem sido afectada nos últimos quatro anos devido à crise, e os portugueses, directa e fortemente afectados pela mesma estão a fazer surtir os efeitos desta associação com a UE, nos estudos relacionados com a identificação e a cidadania europeia. O gráfico 5 foi retirado de um estudo feito pelo Eurobarómetro, publicado em Maio de 2013, a 1004 cidadãos portugueses.

Gráfico 10 - Cidadania na União Europeia (Portugal)

QD2. For each of the following statements, please tell me to what extent it corresponds or not to your own opinion.



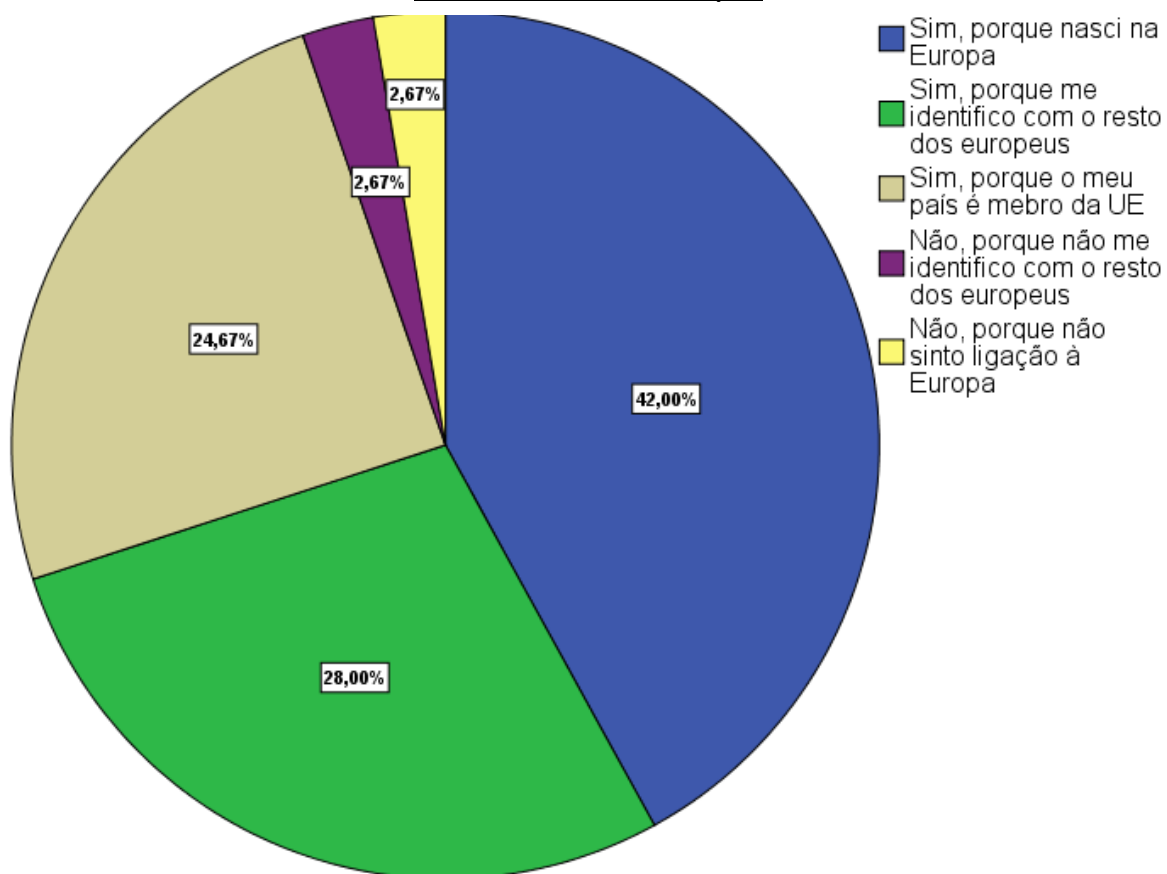
Fonte: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb79/eb79_fact_pt_en.pdf

Podemos observar que, apesar de 62% dos respondentes afirmar que se sente um cidadão europeu, as respostas às perguntas seguintes revelam um certo desconhecimento sobre questões essenciais acerca do que implica ser cidadão europeu. Na questão “Gostaria de saber mais sobre os seus direitos como cidadão da União Europeia?” 54% dos portugueses afirmam que “Não” querem saber mais acerca dos seus direitos, o que acaba por ser uma resposta quase oposta à resposta média dos 27 Estados membros, como pode ser verificado na imagem.

Esta análise demonstra uma certa resistência dos portugueses à União Europeia, o que explica os resultados obtidos na avaliação da ligação dos cidadãos vimaranenses no âmbito deste inquérito.

A próxima questão, repete a da Imagem 1 retirada do Eurobarómetro, “*Sente-se um cidadão europeu?*”, no entanto foram dadas aos inquiridos cinco hipóteses de resposta, como forma de aprofundar este estudo no sentido das razões para a identificação ou não, destes indivíduos.

Gráfico 11 - Cidadania europeia



A esta pergunta, 42% dos indivíduos inquiridos escolheram responder “Sim, porque nasci na Europa” fazendo a associação com a localização geográfica como motivo de identificação. Para 28% a resposta foi “Sim, porque me identifico com o resto dos europeus” deixando a ideia de que estes inquiridos têm uma identificação mais profunda pois é referente às pessoas e possivelmente devido às características comuns existentes. Quando 24,67% escolhem a opção “Sim, porque o meu país é membro da União Europeia”, consideramos que esta parcela dos inquiridos associa a sua cidadania europeia ao facto de Portugal fazer parte da UE e por isso parece tratar-se de uma ligação de natureza mais política e menos cultural.

Uma parte minoritária dos inquiridos respondeu de forma negativa, sendo que 2,67% afirmou que “Não, porque não me identifico com o resto dos europeus”, e com um valor percentual igual (2,67%) os inquiridos escolheram a resposta “Não, porque não sinto ligação à Europa”.

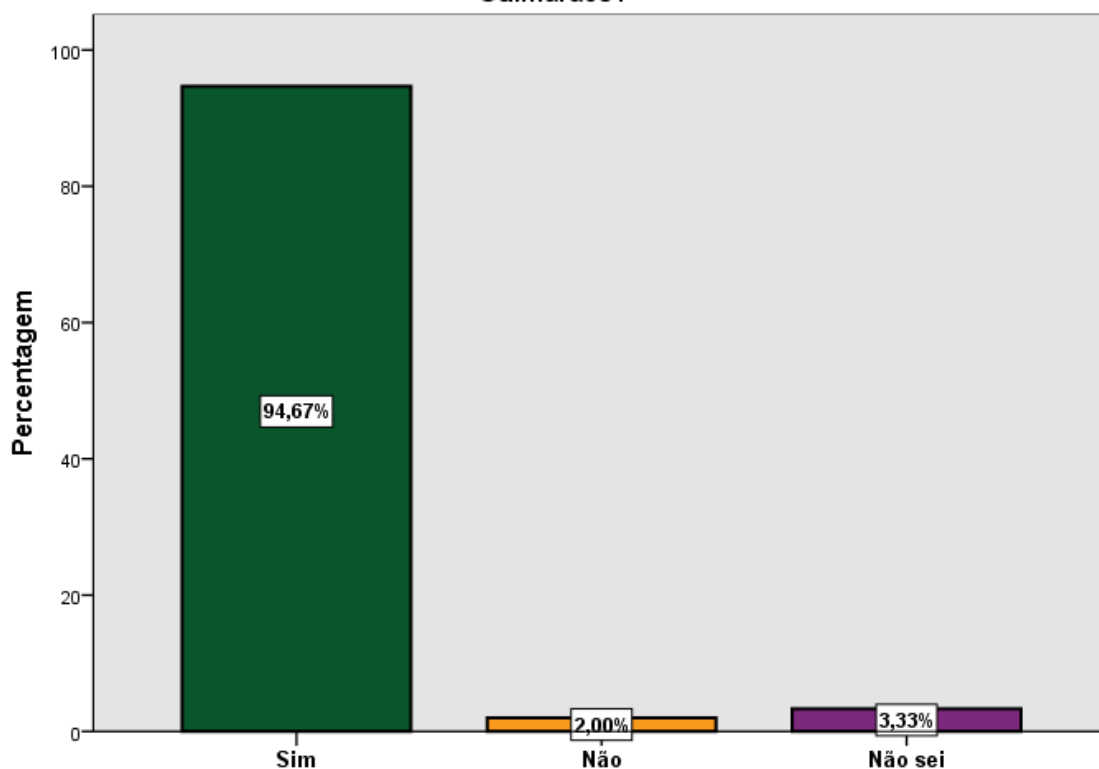
Desta questão retira-se a conclusão que a esmagadora maioria dos inquiridos se sente cidadão europeu, e maioritariamente porque associam este facto à localização geográfica, por terem nascido na Europa.

3. Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura

A questão “*Acha que a Guimarães 2012- Capital Europeia da Cultura foi importante para a cidade de Guimarães?*”, foi formulada de forma introdutória ao estudo que se pretendia fazer ao programa Capitais Europeias da Cultura. A esmagadora maioria dos cidadãos inquiridos, mais concretamente 94,67%, respondeu “Sim”, sendo que 3,3% consideram não saber se a *Guimarães 2012 - CEC* importante. Apenas 2% dos inquiridos responderam “Não” a esta pergunta.

Gráfico 12 - Importância da CEC 2012 em Guimarães

Acha que a Guimarães 2012- Capital Europeia da Cultura foi importante para a cidade de Guimarães?

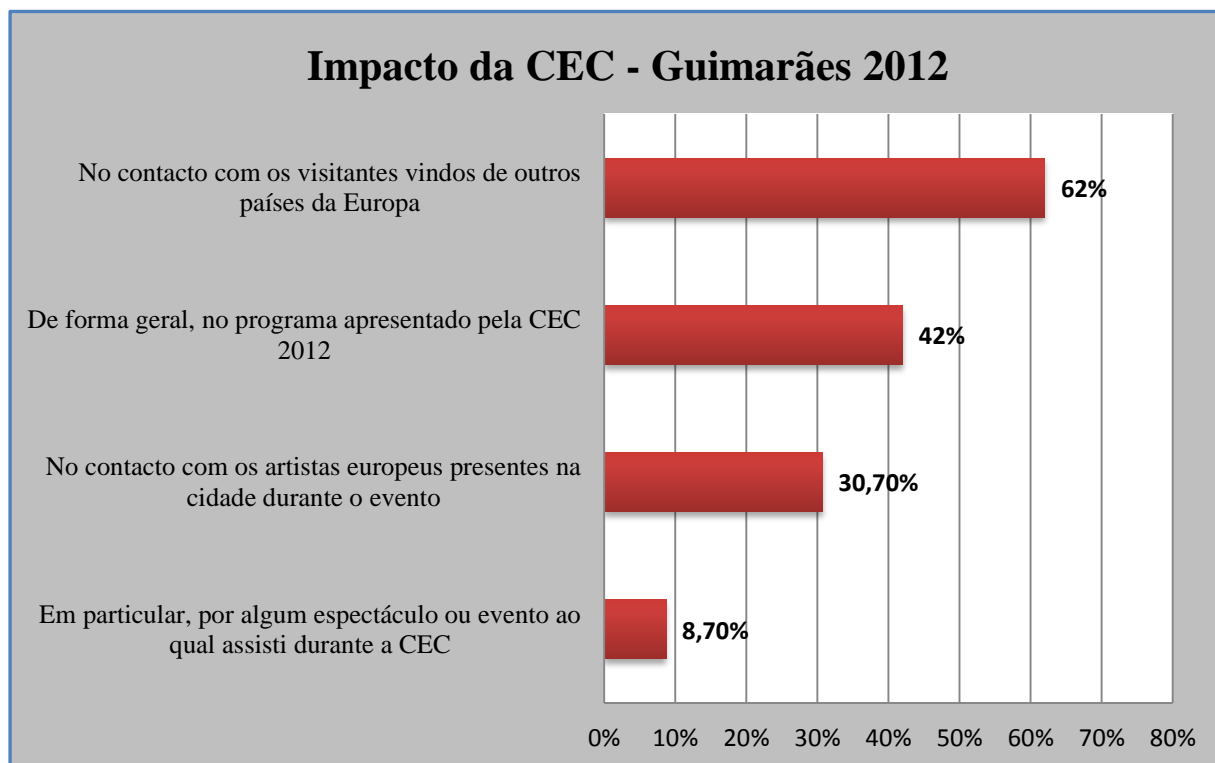


Assim, podemos concluir que, para a quase totalidade dos cidadãos vimaranenses abordados por este inquérito, a Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura foi importante para a cidade de Guimarães.

Na questão “No âmbito da Capital Europeia da Cultura - Guimarães 2012, de que forma sentiu mais o impacto deste evento na sua ligação com a Europa e o resto dos europeus? Assinale a(s) opção(ões) que considerar indicativas da sua opinião”, pediu-se aos inquiridos que escolhessem as opções que considerassem adequadas à sua opinião, deixando ainda espaço para uma resposta aberta para que os inquiridos especificassem algo que, durante o decurso da CEC- Guimarães 2012, os fizesse sentir uma ligação à Europa.

A maioria dos inquiridos (62%) escolheu a primeira opção apresentada “No contacto com os visitantes vindos de outros países da Europa” como resposta, 30,7% dos indivíduos inquiridos referiu sentir o impacto da CEC- Guimarães 2012 na ligação com a Europa e os europeus “No contacto com os artistas europeus presentes na cidade durante o evento”. Para 42% dos questionados o “Programa apresentado pela CEC 2012” foi, de uma forma geral, um factor de ligação com a Europa. Ainda a referir que 8,7% dos inquiridos referiram que sentiram a ligação à Europa e aos europeus nalgum espectáculo ou evento em particular durante a *Capital Europeia da Cultura* em Guimarães.

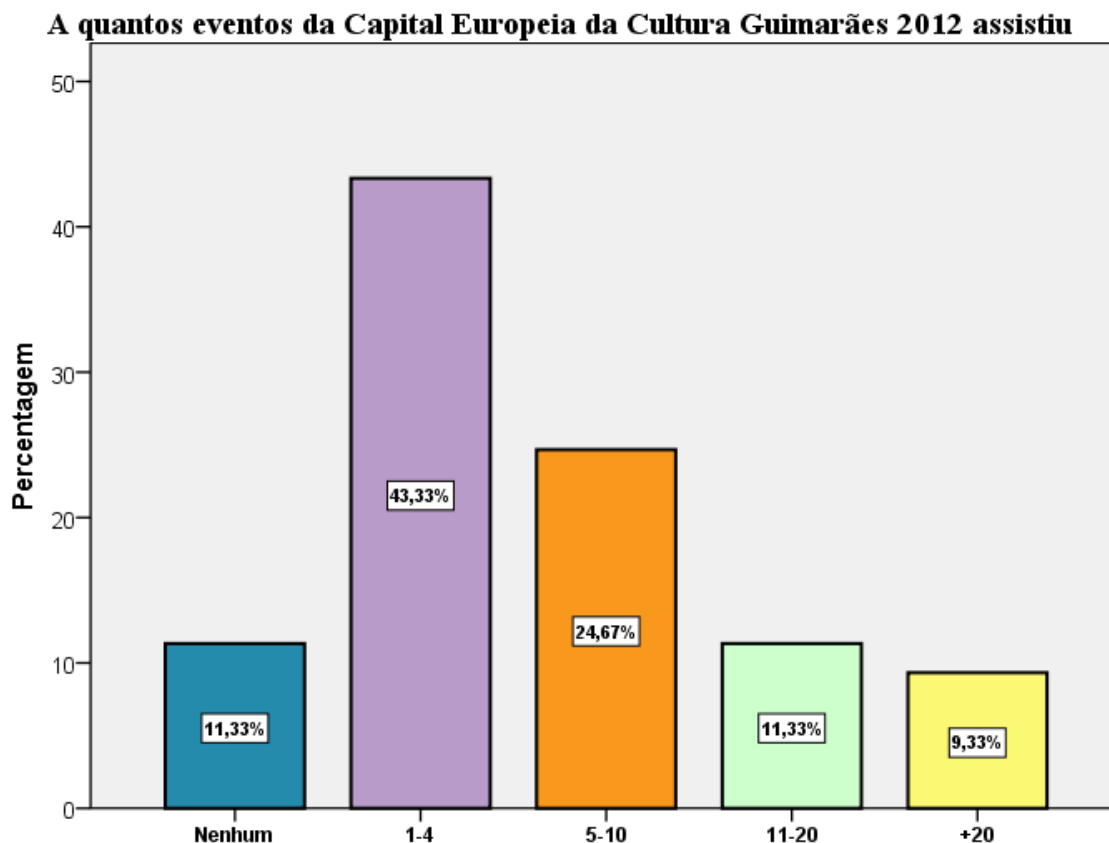
Gráfico 13 - Impacto da CEC 2012 em Guimarães



A resposta aberta desta questão, onde foi pedindo ao inquirido que especifica-se um espectáculo ou evento em particular em que tivesse sentido a ligação à Europa e aos europeus, foi respondido por uma percentagem muito baixa dos inquiridos. No entanto, quase todas as respostas abertas registadas mencionam a Orquestra Estúdio, constituída por músicos europeus, como referência à ligação com a Europa, e ainda o cartaz do Guimarães Jazz e o festival Primavera Sound.

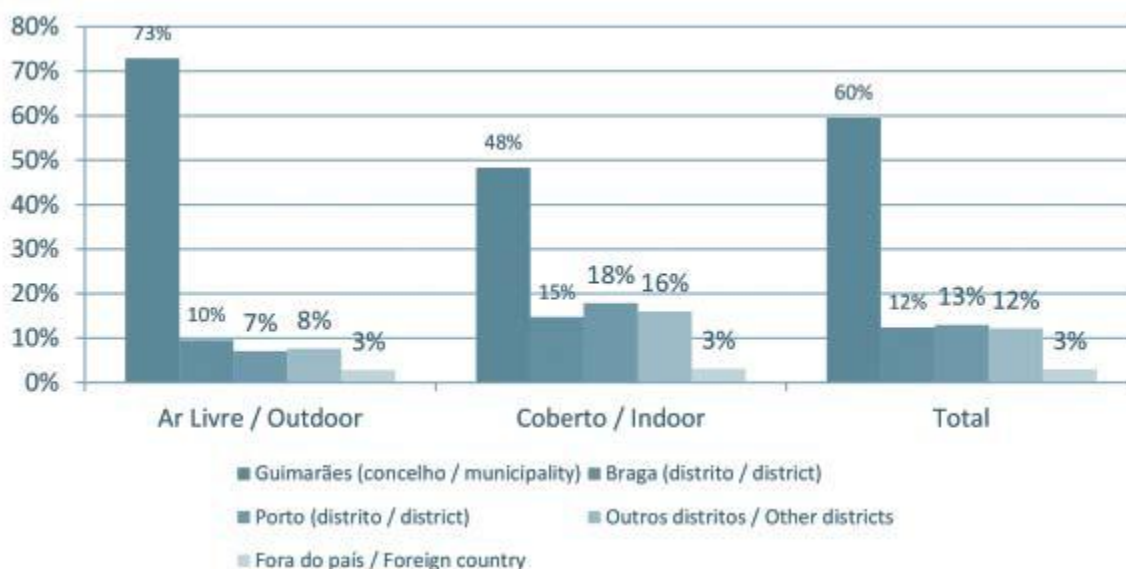
À questão “A quantos eventos da Capital Europeia da Cultura Guimarães 2012 assistiu?”, 43,3% dos inquiridos respondeu que assistiu entre 1 a 4 eventos, ao passo que para 24,67% dos inquiridos o número de eventos assistidos varia entre os 5 e os 10. Enquanto 11,33% pessoas questionadas revelaram ter assistido entre 11 a 20 eventos, outros 11,33% responderam não ter assistido a nenhum evento da CEC – Guimarães 2012. Apenas 9,3% dos inquiridos disseram ter visto mais de 20 eventos.

Gráfico 14 - Participação nos eventos da CEC 2012 em Guimarães



Uma das características naturais de uma Capital Europeia da Cultura é o aumento na afluência de turistas, muitos dos quais são oriundos de países estrangeiros à cidade acolhedora do evento. O *Relatório Executivo sobre os Impactos Económicos e Sociais da Guimarães 2012*, realizado por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, revela que apenas 3% dos inquiridos no seu estudo, que abordou um total de 7365 pessoas em 21 eventos, são provenientes de um país estrangeiro. Isto revela que a participação dos turistas estrangeiros que marcaram presença em Guimarães, para a *Capital Europeia da Cultura*, não inclui em grande escala a participação nos eventos e espectáculos que o programa oferecia.

Gráfico 15 - Público dos eventos da CEC 2012 em Guimarães, por residência

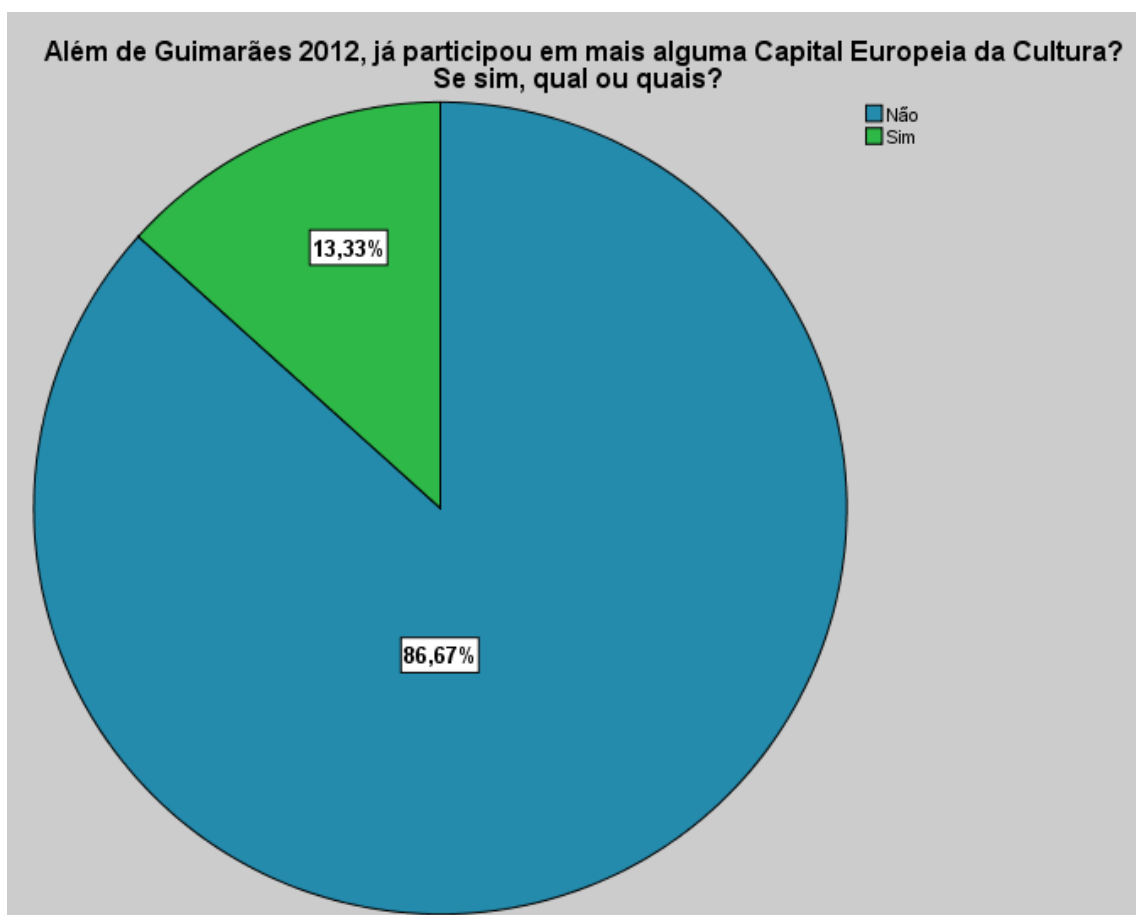


Fonte: http://www.guimaraes2012-impactos.pt/pdf/relatorio_final.pdf

A seguinte pergunta, foi colocada com a intenção de perceber o conhecimento e a experiência que os inquiridos tinham com o programa *Capital Europeia da Cultura*, como participantes em outras CEC, além da que decorreu em Guimarães em 2012.

Como resposta à questão “*Além de Guimarães 2012, já participou em mais alguma Capital Europeia da Cultura? Se sim, qual ou quais?*”, a indiscutível maioria dos inquiridos, mais concretamente 86,67%, respondeu que “Não”. Ao passo que 13,33% responderam afirmativamente a esta questão.

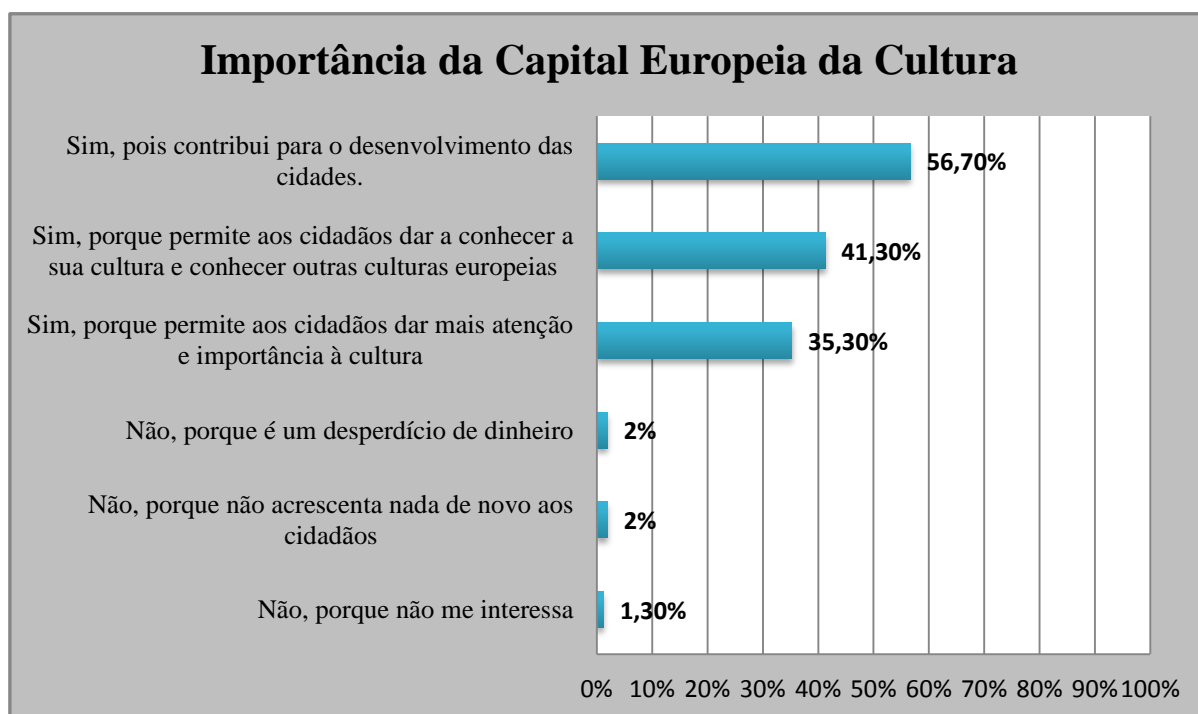
Gráfico 16 - Outras participações no programa CEC



Esta questão deixava ainda em aberto um espaço para que os inquiridos denominassem, caso a sua resposta tivesse sido afirmativa, a ou as outras Capitais Europeias da Cultura às quais tiveram a oportunidade de assistir. Nesta categoria, a grande maioria dos inquiridos que responderam sim, disseram que estiveram presentes na *Porto 2001*. Apenas duas pessoas responderam de forma diferente, ambas revelaram ter estado em *Marselha 2013*.

A pergunta seguinte, “*Após a experiência da Guimarães 2012, considera o programa Capitais Europeias da Cultura, da União Europeia, importante?*”, permitia ao inquirido escolher múltiplas respostas, dentro das 6 opções apresentadas. Pretendia avaliar o impacto de um evento como a *Capital Europeia da Cultura*, e neste caso concreto, avaliar o impacto do evento que decorreu em Guimarães, pelo testemunho de alguns dos seus cidadãos.

Gráfico 17 - Importância do programa Capital Europeia da Cultura



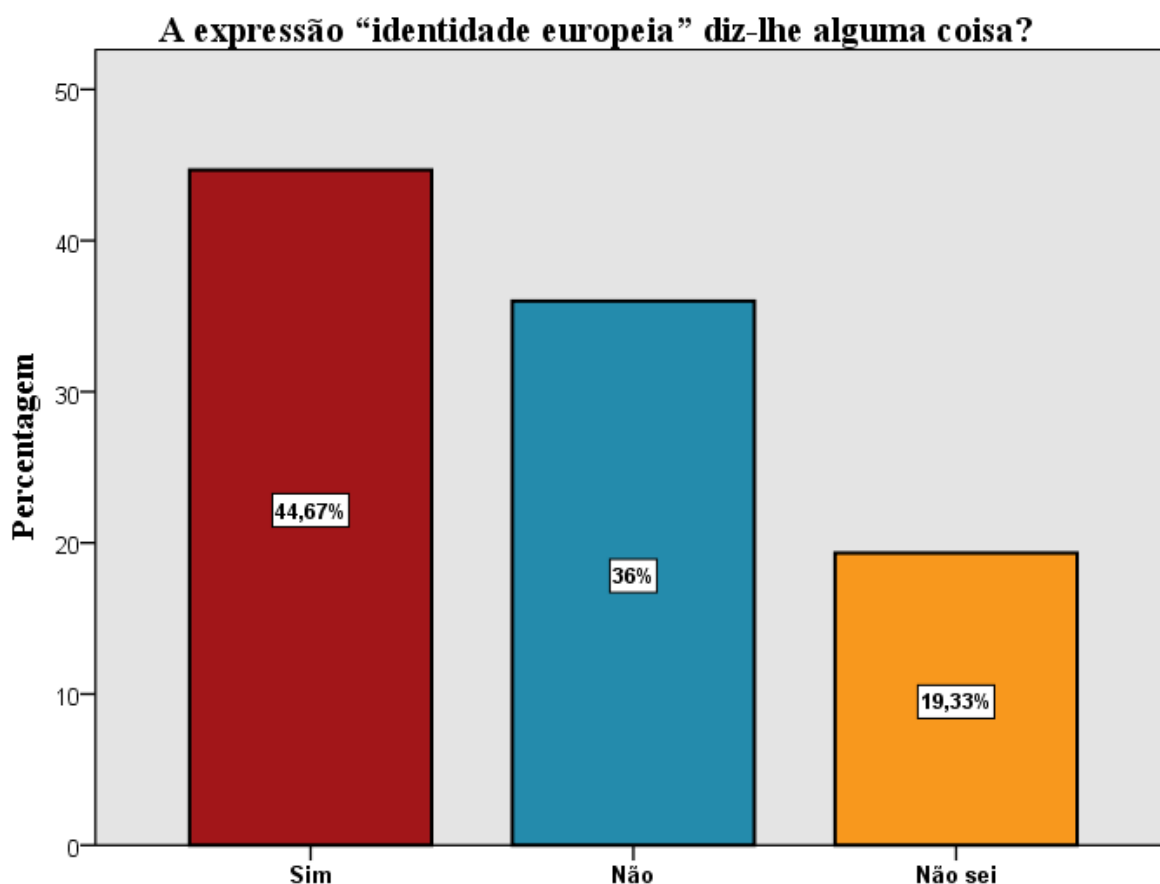
Cerca de 56,7% dos inquiridos considera que a CEC é importante, e que essa importância se prende com o impacto positivo no desenvolvimento das cidades que acolhem este evento. Também é dada importância à CEC, por parte dos inquiridos, na medida em que 41,3% destes considera que há um intercâmbio de culturas entre os europeus com a realização destes eventos, e assim sendo, estes inquiridos atribuem a este programa da UE uma importância basilar para a identificação dos europeus uns com os outros. Para 35,3% dos inquiridos, este programa fomenta a cultura, e por consequência há uma melhor formação por parte dos cidadãos que se envolvem nestes eventos.

Uma parte ínfima dos inquiridos considerou que o programa CEC não é importante. Para estes inquiridos, a desvalorização do programa está provavelmente associada à desvalorização do sector cultural, de uma forma geral, uma vez que de entre as respostas negativas mais assinaladas estão a afirmação de desperdício de dinheiro e ainda a redução deste programa a algo insignificante, que não acrescenta nada de novo.

4. Identidade Europeia

Para avaliar uma temática central desta investigação, foi colocada aos inquiridos uma questão sobre a expressão “identidade europeia”, com o intuito de perceber se os inquiridos estavam familiarizados com a mesma.

Gráfico 18 - Familiarização com a expressão "identidade europeia"



Como pode ser constatado no gráfico, 44,67% dos inquiridos respondeu “Sim”, 36% respondeu “Não”, e 19,33% respondeu “Não sei”.

Aos inquiridos que responderam afirmativamente à questão, foi pedido que especificassem, em resposta aberta, a que associam então a expressão “identidade europeia”. Neste ponto foram fornecidas, no total, 59 repostas, muitas delas com o mesmo significado. As respostas foram agrupadas em categorias, que se apresentam na tabela 3:

Tabela 5- Elementos sugeridos para formação de identidade europeia⁵⁷

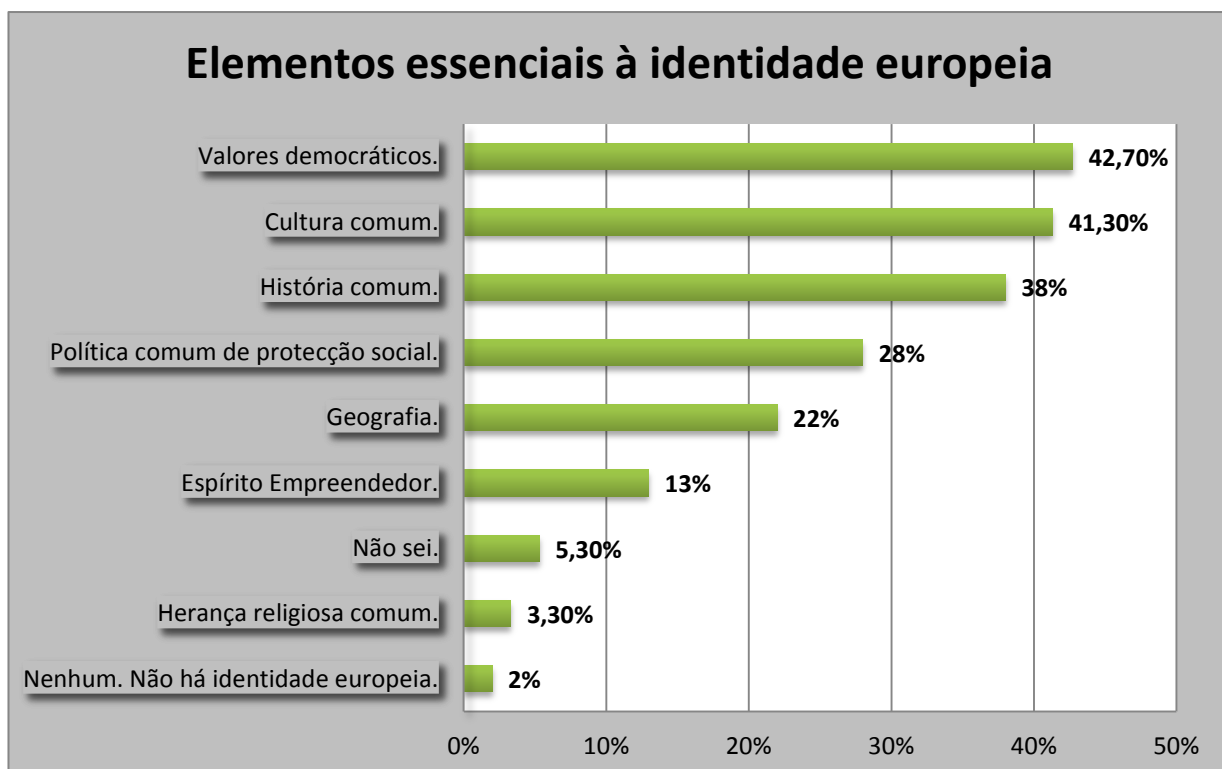
Associo a Identidade Europeia a...	
Valores Comuns	13
História Comum	7
Cultura Comum	13
Cidadania Europeia	15
União Europeia	11

A última questão colocada neste inquérito propunha aos inquiridos que escolhessem os elementos que considerassem fundamentais para a construção de uma identidade europeia. Os indivíduos que participaram neste estudo foram convidados a escolher mais do que uma das opções apresentadas. Apesar de ter sido colocada a possibilidade de, em resposta aberta, indicarem outros elementos da identidade europeia, nenhum dos inquiridos optou pela resposta aberta. Esta questão foi retirada de um dos modelos de inquérito de opinião pública utilizado pelo Eurobarómetro.

⁵⁷ Em anexo, encontra-se a tabela de análise retirada do programa SPSS, que deu origem a esta agregação de temas.

A questão punha-se desta forma: “Na sua opinião, quais, dos elementos que se seguem, são os dois mais importantes para a construção de uma identidade europeia?”. Foram apresentadas dez opções de resposta e os resultados foram os seguintes:

Gráfico 19- Elementos essenciais à identidade europeia



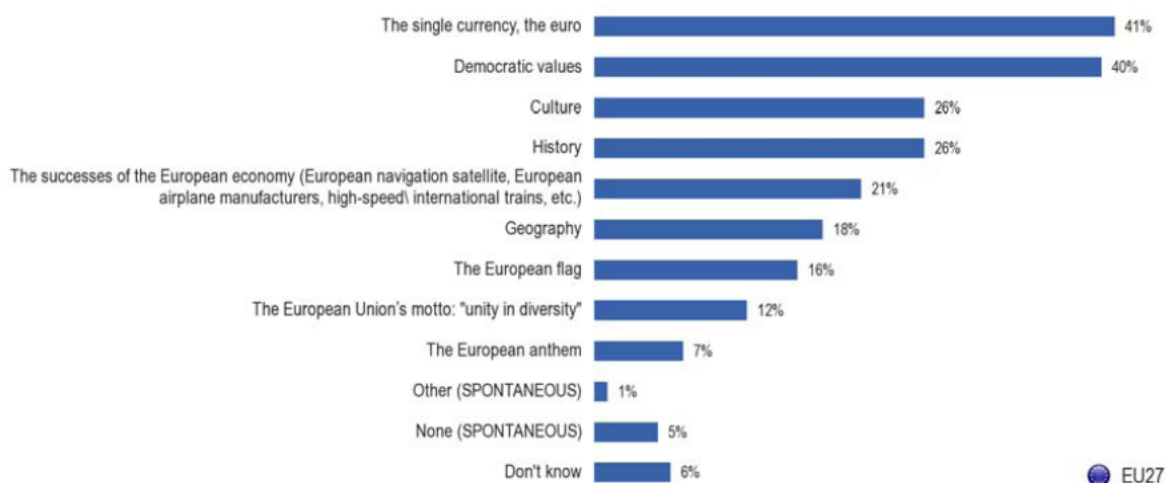
Como é possível observar, a maior parte dos respondentes associa a identidade europeia aos valores democráticos (42,7%) e à cultura europeia comum (41,3%). Também a história e a política de protecção social são considerados elementos importantes para a identidade, e como consequência para a construção e integração europeia. É curioso constatar que é dada pouca importância à herança religiosa comum (3,3%), quando este já foi, em tempos, o principal factor de união e identificação comum dos cidadãos europeus com a Europa, como já foi referido anteriormente neste trabalho. Isto revela que o princípio da religião já deixou de ser importante para os cidadãos europeus, e também não o é para as instituições europeias, na medida em que não há nenhuma alusão ao Cristianismo, religião praticada pela maioria dos europeus,

ou a qualquer outra religião nos documentos oficiais das instituições europeias ou qualquer referência feito sobre o assunto durante os debates a nível supranacional, já que a UE sempre se tentou afastar das discussões religiosas.

O gráfico 20 mostra os resultados a nível europeu, de uma questão que inspirou a última pergunta deste inquérito, que refere os elementos que constituem a identidade europeia. Aqui é dada mais importância à moeda única, e de seguida aos valores democráticos, à cultura e à história, à imagem dos resultados obtidos no nosso estudo de campo. Este fenómeno revela que os europeus consideram que a democracia, a cultura e a história comum são elementos essenciais para a sua identificação com a Europa e com a União Europeia.

Gráfico 20 - Elementos da identidade europeia (Eurobarómetro)

QD7. The European identity can be composed of several elements. In your opinion, which of the following are the most important elements that go to make up the European identity?



Fonte: European Citizenship Report, Eurobarómetro, Maio de 2012 ⁵⁸

⁵⁸ http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb77/eb77_citizen_en.pdf, p. 27

Considerações Finais

Na sessão final do ciclo ‘Citizens’ Dialogues’⁵⁹, que decorreu a 27 de Março de 2014 em Bruxelas, uma jovem polaca de 18 anos dirigiu-se ao Presidente Barroso com uma questão pertinente: “Os meus amigos não têm noção de que são cidadãos europeus, não o conhecem a si, não sabem das suas funções ou das funções da Comissão Europeia, e eu acho isso muito grave, porque eles conhecem, por exemplo, o Presidente dos EUA, Barack Obama. Gostava de saber o que pensa sobre este desconhecimento dos cidadãos europeus sobre a UE?”. Esta realidade é uma das grandes problemáticas do projecto europeu. O desconhecimento dos cidadãos europeus relativamente à União Europeia, ao projecto europeu e às suas vicissitudes.

O Presidente da CE apresentou algumas considerações relativamente a esta questão. “Estamos a construir um espaço público. Não temos um espaço público na Europa. Talvez estejamos muito concentrados aqui em Bruxelas. Temos 24 línguas diferentes, é muito difícil haver comunicação entre todos, até porque as pessoas estão focadas nas políticas nacionais e nos problemas sociais nacionais. Mas um primeiro passo é votar nas Eleições Europeias”. A questão do envolvimento dos cidadãos na esfera pública europeia constitui o maior problema na identificação destes com a Europa e com as instituições europeias. Ou seja, os cidadãos não se apercebem que os elementos que potenciam uma estreita plataforma de cooperação a nível europeu vão muito além dos objectivos económicos comuns.

No decorrer deste trabalho tentamos mostrar as correlações existentes entre a evolução das políticas culturais da União Europeia e as fundações da cultura europeia, cujas características potenciam um despertar para uma maior identificação dos cidadãos com a Europa, e entre europeus. Apesar de ser caracterizada pela diversidade cultural, resultado de um profundo enraizamento das culturas nacionais num continente que viu nascer o conceito de Estado-nação, a base identitária dos povos europeus é muito

⁵⁹ Conferências, promovidas pela Comissão Europeia, desde Setembro de 2012 a Março de 2014, em várias cidades europeias, consistiram numa conversa (em modelo de perguntas e respostas) entre um dos Comissários da CE, ou até o Presidente Barroso, e alguns cidadãos como forma de fazer uma aproximação à população e de perceber ‘in loco’ as opiniões dos cidadãos acerca da actualidade europeia.

semelhante, e é a mesma da base de fundação das instituições europeias: a democracia, a liberdade, os direitos humanos e a solidariedade social.

A premissa defendida pela União Europeia, no que toca a questões culturais e de cidadania, de ‘unidade na diversidade’, é a mais segura a seguir, de modo a não ferir as susceptibilidades dos Estados-membros menos flexíveis no que toca a políticas culturais e à integridade da soberania nacional. É precisamente por esta razão que o processo de integração europeia ainda não conheceu um maior aprofundamento, dada a instansigência de alguns países na uniformização de políticas e modelos que não se relacionem com a vertente de cooperação económica.

Porém, uma integração política e social mais aprofundada não constituiria necessariamente uma ameaça às nacionalidades e ao sentimento de ligação dos cidadãos com o seu país. Foi explanado neste trabalho, que é possível conciliar várias camadas identitárias (regional, nacional e europeia, por exemplo) sem que haja a aniquilação das pré-existentes por parte das novas. Esta teoria é defendida por vários autores, incluindo Bo Stråth, que considera que a Europa, as regiões e as nações “constitute three levels of abstraction, which in practice and in politics are entangled” (2002: 390).

Nesta medida, a emergência de uma identidade europeia não é uma possibilidade utópica, é sim, um objectivo difícil de atingir se não houver uma mudança de rumo por parte das instituições europeias em conjunto com uma mudança de percepções por parte dos cidadãos. Sendo que a base identitária dos europeus se relaciona com questões sociais e culturais, a alteração da orientação da União Europeia com vista ao progresso da integração europeia deve ser feita com foco nas políticas culturais e na humanização das mesmas.

Neste trabalho tentamos expor as potencialidades de um programa cultural europeu, cuja fundação está interligada com o objectivo de promover a união entre Estados-membros e a percepção das afinidades culturais existentes⁶⁰. Criado em 1985, o programa *Cidade Europeia da Cultura* (actualmente *Capital Europeia da Cultura*) está prestes a concretizar trinta anos de existência e a confirmar-se como o programa cultural com mais sucesso na história das instituições europeias. Este evento estimula, durante um ano, o sector cultural das cidades nomeadas, ao mesmo tempo que actua como propulsor do desenvolvimento económico e estrutural das mesmas. Actualmente, a

⁶⁰RESOLUTION of the Ministers responsible for Cultural Affairs, meeting within the Council, of 13 June 1985 concerning the annual event 'European City of Culture'.

percepção relativamente a este programa, mesmo por parte das organizações das CEC, é principalmente de usufruir dos impactos económicos adjacentes à realização do evento.

A perspectiva dos cidadãos sobre os impactos da CEC, como é também demonstrado nos resultados do inquérito realizado no âmbito deste trabalho, prendem-se com o desenvolvimento das cidades e a dinamização do comércio. Os próprios relatórios finais das conclusões e impactos do evento demonstram a vertente económica patente na avaliação das CEC, mesmo por parte das organizações das mesmas.

A questão económica, apesar de ocupar um lugar de grande importância na vida das pessoas, não as move no sentido do sentimento de união e pertença. Mas pode perfeitamente contribuir para a desunião e para a discórdia, como temos testemunhado nos últimos anos, com o agravar da crise que a afectou a Europa e o mundo, e que levou a que três Estados-membros da UE tivessem mesmo de recorrer a um resgate financeiro internacional para evitar o colapso das suas economias, como foi o caso de Portugal, Grécia e Irlanda. Os resultados revelados pelos estudos de “Opinião Pública” do Eurobarómetro revelam a desconfiança dos cidadãos em relação à UE, dados estes, que se têm tornado cada vez mais negativos com o agudizar da crise económica, o que nos leva a pensar que os cidadãos responsabilizam a instituição pela conjuntura actual. Desde 2008 que o eurocepticismo tem aumentado, assim como o apoio aos partidos políticos anti-União Europeia, como é o caso do UKip, no Reino Unido.

Nestas alturas de dificuldade, emergem os pensamentos nacionalistas, e também um certo “egoísmo” nacional, no debate e tomadas de decisão dos Estados-membros na plataforma supranacional, onde estes defendem apenas os interesses dos seus países, pondo em segundo plano a cooperação e defesa de interesses colectivos. Assim, a ideia de uma União Europeia forte, com base na cooperação intergovernamental dos Estados-membros, está enfraquecida “due both to the consequences of the enlargement of the EU and the global financial crisis, which has revealed a limited capacity of the EU to act as an integrated body” (Delanty, 2010: 6).

Enquanto tivermos a dinamização económica como princípio fundamental nos programas da cultura da União, e nomeadamente na organização de eventos como a *Capital Europeia da Cultura*, torna-se complexo que estes programas contribuam significativamente para que os cidadãos europeus retirem dos mesmos a conceptualização daquilo que é a cultura europeia. A desvalorização da vertente cultural

das políticas europeias permite que o foco continue na dimensão económica sob a qual a instituição foi fundada.

Com isto, não se pretende defender a desvalorização económica do evento, pelo contrário, até porque a dinamização económica e comercial das cidades, adjacente à CEC, contribui para o bem-estar e prosperidade da população local, que é obviamente de extrema importância. Apenas se defende que se ponha em perspectiva as potencialidades do programa *Capital Europeia da Cultura*, de forma a acordar um processo de legitimação da identidade europeia e a difusão da cultura europeia.

A ideia essencial que pretendemos transmitir é a de que a programação do evento *Capital Europeia da Cultura* deve incluir, por determinação comunitária, um cariz de cooperação cultural e de diálogo entre os povos. O objectivo inicialmente definido para este programa, de ser “the expression of a culture which, in its historical emergence and contemporary development, is characterized by having both common elements and a richness born of diversity”⁶¹ deve prevalecer na estruturação da organização do evento, em detrimento de ser apenas no desenvolvimento estrutural das cidades e na dinamização da economia. Esta ideia deve transparecer e constar dos objectivos apresentados pelos comités de organização das CEC e ser perceptível aos cidadãos, para que comece a haver uma melhor percepção das similaridades culturais entre Estados-membros e o reconhecimento das diversidades culturais existentes.

Uma maior formação dos cidadãos relativamente às suas origens e à proximidade com outros povos europeus irá levar a uma maior compreensão e identificação com o projecto europeu e, em consequência, aproximá-los das instituições europeias. “When the level of culture, education and intellectual life rises, citizens will understand their daily problems more easily. They will evaluate their problems better and will face life with greater understanding and show greater tolerance for the thinking and acting of other people.”⁶² Esta aproximação permitirá que a União Europeia possa avançar o processo de integração europeia, contando com cidadãos mais informados e participativos.

A aplicação desta estratégia poderá ser alargada a outros programas culturais comunitários, mas de momento o programa *Capital Europeia da Cultura*, pela

⁶¹RESOLUTION of the Ministers responsible for Cultural Affairs, meeting within the Council, of 13 June 1985 concerning the annual event 'European City of Culture'.

⁶²Mercouris, “WHOSE CULTURE(S)?”, Proceedings of the Second Annual Conference of the University Network of European Capitals of Culture, 2008, p. 12.

importância que adquiriu ao longo dos anos e pela exposição pública de que é alvo, é uma excelente rampa de lançamento para levar a cabo uma “socialização” dos povos europeus, que deverá ser gradual e ponderada numa estratégia bem delineada que, respeitando sempre o cariz da diversidade cultural dos europeus, sublinhe os traços comuns. As instituições europeias podem permanecer fiéis às raízes da sua fundação tentando estabelecer um parelo entre os objectivos económicos e a cooperação e partilha cultural. Isto porque um diferente rumo de objectivos e da própria programação da CEC, com vista a uma introdução de um processo de legitimação da identidade europeia, não traria qualquer diferença aos impactos económicos associados ao evento.

Para autores como Guibernau (2007) a emergência de uma identidade europeia requer uma vontade política por parte dos Estados-membros da UE para construir um projecto de futuro, com a conjugação dos objectivos já definidos pela instituição de progresso económico, compromisso com uma democracia liberal e o consenso entre integrantes da instituição. É importante ter noção da grandiosidade de um projecto de construção de uma identidade europeia, e este trabalho apresenta as potencialidades do programa *Capital Europeia da Cultura*, na persecução desse objectivo.

O final da sessão, anteriormente citada, do ciclo ‘Citizens’ Dialogues’, ficou assinalada por um momento que deve ser aqui retratado: cada um dos participantes (oriundos de todos os Estados-membros) desta sessão teve a oportunidade de, na sua língua materna, descrever numa só palavra o que associam àquela reunião e à União Europeia. A palavra cultura foi ouvida muitas vezes, assim como a palavra união, diversidade, solidariedade, “juntos” e mudança. Este momento mostrou a diversidade (linguística) dos povos europeus, mas mostrou também a unidade e convergência das suas ideias e valores. É nestes pilares que se deve apoiar a construção e integração europeias.

Bibliografia e fontes oficiais:

Bibliografia

CASTANO, Emanuele, (2004), “European Identity: A Social-Psychological Perspective”, , in *Transnational Identities: Becoming European in the EU* edited by Richard K. Herrmann, Thomas Risse e Marilynn B. Brewer, Rowman & Littlefield Publishers, Oxford.

CASTELLS, Manuel, (1999), *O Poder da Identidade* – Volume II, Paz e Terra, São Paulo.

CASTIGLIONE, Dario, (2009), “European Identity as a Project” in *European Identity* edited by Jeffrey T. Checkel and Peter J. Katzenstein, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 29-51.

CHECKEL, Jeffrey T. & KATZENSTEIN, Peter J., (2009) *European Identity*, Cambridge University Press, Cambridge.

COMPAGNON, Antoine, (2005), “Cultura, a coroa da Europa”, in *As Novas Fronteiras da Europa, (Actas da conferência realizada a 26 e 27 de Outubro de 2004)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote, Lisboa, pp. 211-228.

COULOUBARITSIS, Lambros; DE LEEUW, Marc; NÖEL, Emile & STERCKX, Claudein, (1993), *The Origins of European Identity* , European Interuniversity Press, Bruxelas.

DELANTY, Gerard (2003), “Is There an European Identity?” in *Global Dialogue* Volume 5, Number 3–4, Summer/Autumn, 2003. (<http://www.worlddialogue.org/content.php?id=269>), consultado em 15/11/2013).

EDER, Klaus (2009), “A Theory of Collective Identity - Making Sense of the Debate on a ‘European Identity’”, *European Journal of Social Theory* 12(4): 427–447.

EISENSTADT, Shmuel N., GIESEN, Bernhard, (1995), “The Construction of Collective Identity” in *European Journal of Sociology*, 26(1), pp. 72–102.

FARIA, Luísa Leal de; *Unidade e diversidade: a cultura europeia e as línguas da Comunidade, Análise Social*, vol. XXVII, 1992, pp. 985-994.

FEATHERSTONE, (1995) Mike, *Undoing Culture: Globalization, Postmodernism and Identity*, Sage Publications Ltd., Londres.

FERNANDES, José Manuel, XXI, *Ter Opinião 2014*, Fundação Manuel dos Santos, 2014, pp. 1-5.

GATTI, Gabriel, “Algunas anécdotas y un par de ideas para escapar de las ficciones modernas acerca de la identidad colectiva” in *Identities, Cidadanias e Estado: Estratégias, Políticas e Governamentalidade*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 8-20.

GUIBERNAUT, Monserrat, *Identity of Nations*, MGP Books Group, 2007, Cambridge.

GRAÇA MOURA, (2008) Vasco, *Anotações Europeias*, Bertrand Editora, Lisboa.

HALL, Stuart, (1996), “Who needs identity?” in *Questions of Cultural Identity* by Stuart Hall and Paul du Gay, Sage Publications, London, pp. 1-16.

JARAF, Josef, (2005) “Cultura: Tantas vezes a última coisa, mas não a menos importante- mas mesmo assim a última”, in *As Novas Fronteiras da Europa, (Actas da conferência realizada a 26 e 27 de Outubro de 2004)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote, Lisboa, pp. 247-254.

KAEUBLE, Hartmut, (2009), “Identification with Europe and politicization of the EU since the 1980’s”, in *European Identity* edited by Jeffrey T. Checkel and Peter J. Katzenstein, Cambridge University Press, Cambridge , pp. 193-212.

KOCKA, Jürgen, (1995), “Die Ambivalenz des Nationalstaats”, in *Herausforderung Europa: Wege zu einer europäischen Identität*, pp. 28–50.

MARTINS, Guilherme d’Oliveira, (1993), *O Enigma Europa – Ensaio e Reflexões*, Quetzal Editores, Lisboa, , pp. 101-119.

MATEUS, Augusto, (1992), “A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios” in *Análise Social*, vol. xxviii (118-119), 1992 (4.º-5.º), 655-671.

MERCOURIS, Spyros, (2008), “Europe’s Cultural & Political Voice – The Role of European Capitals of Culture” in *Whose Culture(s)? - Proceedings of the Second Annual Conference of the University Network of European Capitals of Culture*, Liverpool, pp. 8-14.

MITTAG, Jurgên& OERTERS, Kathrin, (2008), “European Capitals of Culture as incentives for local transformation and creative economies: tendencies – examples – assessments” in *WHOSE CULTURE(S)? - Proceedings of the Second Annual Conference of the University Network of European Capitals of Culture*, Liverpool, pp. 70-94.

NOUSCHI, Marc, (1994), *Em Busca da Europa – Construção Europeia e Legitimidade Nacional*, Instituto Piaget, Lisboa , pp. 242-249.

PORTELINHA, Ruthia, *A Dimensão Cultural da Integração Europeia – Capitais Europeias da Cultura*, Chiado Editora, 2012.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, (2003), “A Europa da unidade e da diversidade culturais” *Europa em Mutação – Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural.*, Coimbra, pp. 311-323.

Ribeiro, Rita (2009) “Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias”, *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro – Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, Vol. VII Desigualdades, Estado e sistemas políticos.

RIBEIRO, Rita (2011) “Identidade europeia: nem unidade, nem diversidade” in A. M. Brandão e E. Araújo, *Intersecções Identitárias*, V. N. Famalicão: Húmus.

RIBEIRO, Rita (2013), “Narratives of Redemption: Memory and Identity in Europe” in *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches*, Cabecinhas, R. & Abadia, L. (eds.), Braga.

SASSATELLI, Monica (2002), “Imagined Europe - The Shaping of a European Cultural Identity through EU Cultural Policy” in *European Journal of Social Theory* 5, pp. 435–451.

SASSATELLI, Monica (2008), “European Cultural Space in European Cities of Cultural - Europeanization and cultural policy” in *European Societies*, Volume 10, pp. 225 -245.

STRÅTH, Bo (2002), “A European Identity: To the Historical Limits of a Concept” in *European Journal of Social Theory* ; 5; pp. 387-399.

Fontes oficiais:

Arquivo de Programas culturais da União Europeia (até 2006), (http://ec.europa.eu/culture/archive/index_en.html) , consultado em 13/11/2013.

Bandeira da União Europeia (http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/images/flag_yellow_high.jpg) consultado em 18/03/2014.

Cartão de Cidadão da União Europeia , (http://www.cartaodecidadao.pt/images/stories/cc_nota_informativa.pdf), consultado em 18/03/2014.

CENSUS PORTUGUESES 2011, (file:///C:/Users/Cristina/Downloads/Censos2011_ResultadosDefinitivos_Portugal_2.pdf) consultado em 10/04/2014.

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO - Para uma cidadania efectiva: promover a cultura e a diversidade europeias através de programas no domínio da juventude, da cultura, do sector audiovisual e da participação cívica, Bruxelas, 9.3.2004.

COUNCIL OF EUROPE, Final Declaration of the Conference on “Cities and Regions: Cultural Diversity – a Precondition for a United Europe”, Innsbruck, Congress of local and regional authorities of Europe, 11-12th December 2000.

DECISION No 508/2000/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 14 February 2000 establishing the Culture 2000 programme, Official Journal of the European Communities, 2000.

DECISION No 1855/2006/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 12 December 2006 establishing the Culture Programme (2007 to 2013), Official Journal of the European Union, 2006.

DECISION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL establishing a European Union action for the European Heritage Label, Comissão Europeia, Bruxelas, 2010.

DECISION 1419/1999/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 25 May 1999 establishing a Community action for the European Capital of Culture event for the years 2005 to 2019, Official Journal of the European Communities.

DECISION 1419/1999/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 25 May 1999 establishing a Community action for the European Capital of Culture event for the years 2005 to 2019.

Declaration on European Identity (Copenhagen, 1973) in “Recueil des documents institutionnels de la Communauté de 1950-1982, Parlement européen, Commission institutionnelle”, in 60 Anos de Europa – Os Grandes Textos da Construção Europeia, Parlamento Europeu, Europress, Lda., 2008, pp. 80-81.

Entrevista a Umberto Eco, The Guardian, Janeiro, 2012, (<http://www.theguardian.com/world/2012/jan/26/umberto-eco-culture-war-europa>), consultado em 23/11/2013.

European Cities and Capitals of Culture Study Prepared for the European Commission PART I, PALMER/RAE ASSOCIATES, Bruxelas, 2004.

Fundos Estruturais – 10 Anos (1986-1995), Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1995, (file:///C:/Users/Cristina/Downloads/Brochura%20-10%20Anos%20de%20Fundos%20Estruturais-.pdf), consultado em 02/ 04/2014.

Jornal Oficial da União Europeia, Legislação do Programa «Cultura 2000», (<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32000D0508&from=EN>), consultado em 06/01/2014.

Proposal for a DECISION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL establishing a European Union action for the European Heritage Label, Comissão Europeia, 2010.

Programa Ariane,

(http://ec.europa.eu/culture/archive/culture2000/historique/ariane_en.html), consultado em 05/01/2014)

Programa Caleidoscópio,

(http://ec.europa.eu/culture/archive/sources_info/press_speeches/cpkaleidoscope99_en.html) , consultado em 05/01/2014.

Programa Cultura 2000,

(http://ec.europa.eu/culture/archive/culture2000/cult_2000_en.html), consultado em 6/01/2014)

Programa Rafael,

(http://ec.europa.eu/culture/archive/sources_info/press_speeches/cpraph99_en.html), consultado em 05/01/2014).

Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui o programa Europa Criativa, Comissão Europeia, Bruxelas, 2011.

PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN COMMUNITY, EUROBAROMETER, Dezembro 1990.

PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN UNION, Standard Eurobarometer 80 / Autumn 2013, (http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_first_en.pdf), consultado em 08/01/2014).

PUBLIC OPINION IN THE EUROPEAN UNION, Standard Eurobarometer 79, Opinião de Portugal, 2013.

REGULAMENTO (UE) N. o 1295/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 11 de Dezembro de 2013 que cria o Programa Europa Criativa (2014-2020) e que revoga as Decisões n. o 1718/2006/CE, n. o 1855/2006/CE e n. o 1041/2009/CE, Jornal da União Europeia, 2013.

REGULAMENTO (UE) N. o 1295/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 11 de Dezembro de 2013 que cria o Programa Europa Criativa (2014-2020) e que revoga as Decisões n. o 1718/2006/CE, n. o 1855/2006/CE e n. o 1041/2009/CE, Jornal da União Europeia, 2013, (<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R1295&from=PT>), consultado em 03/02/2014.

Relatório Final European “Cities of Culture for the year 2000 - A wealth of urban cultures for the celebration of the turn of the century”, Comissão Europeia, 2001.

RESOLUTION of the Ministers responsible for Cultural Affairs, meeting within the Council, of 13 June 1985 concerning the annual event 'European City of Culture', Official Journal of the European Communities, 1985.

Tindemans Report in “Recueil des documents institutionnels de la Communauté de 1950-1982, Parlement européen, Commission institutionnelle, Luxemburgo” in 60 Anos de Europa – Os Grandes Textos da Construção Europeia, Parlamento Europeu, Europress, Lda., 2008, pp 96-101.

SOLEMN DECLARATION ON EUROPEAN UNION STUTTGART, 19 de Junho 1983, (<http://www.eurotreaties.com/stuttgart.pdf>), consulta do em 14/03/2014.

Tratado da EURATOM,
(http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_euratom_en.htm), consultado a 06/01/2014.

Tratado de Roma,
(http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm), consultado em 19/12/2013.

Tratado da União Europeia/ Maastricht,
(http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_maastricht_pt.htm), consultado em 22/12/2013)

VAN ROMPOY, Herman, Discurso na Cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz à União Europeia, 2012 (<http://www.youtube.com/watch?v=5sXWuwWEHbY>), consultado a 15/12/2013.

Anexos

1. Inquérito



Universidade do Minho

Inquérito por Questionário

Este inquérito realiza-se no âmbito do Mestrado em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial, da Universidade do Minho, para fins da realização da dissertação intitulada “*O Impacto do Programa Capitais Europeias da Cultura na formação de uma identidade europeia*”.

O inquérito tem por objectivo analisar a opinião dos cidadãos de Guimarães acerca da União Europeia, e o impacto da *Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura* na opinião dos vimaranenses sobre as políticas culturais da União Europeia.

As informações recolhidas são estritamente anónimas e confidenciais. Os dados pessoais recolhidos destinam-se apenas a uma análise estatística. Obrigado pela sua colaboração.

1- Género: Feminino

☐

Masculino

☐

2- Faixa Etária:

18 – 35 anos

☐

36 – 45 anos

☐

46 – 55 anos

☐

56 – 65 anos

☐

66 ou + anos

☐

3- Escolaridade:

Ensino Primário

☐

Ensino Básico (6º ano)

☐

Ensino Básico (9ºano)

☐

Ensino Secundário

☐

Licenciatura

☐

Mestrado

☐

Doutoramento

☐

4- Como avalia o seu sentimento de ligação a...

(sendo que 1 equivale a nenhuma ligação e 10 equivale a ligação muito forte)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Guimarães										
Portugal										
Europa										
União Europeia										

5- Sente-se um cidadão europeu?

Sim, porque nasci na Europa

☐

Sim, porque me identifico com o resto dos europeus

☐
☐

- Sim, porque o meu país é membro da União Europeia ☐
- Não, porque não me identifico com o resto dos europeus ☐
- Não, porque não sinto ligação à Europa ☐
- Não sei ☐

6- Acha que a *Guimarães 2012- Capital Europeia da Cultura* foi importante para a cidade de Guimarães?

- Sim ☐
- Não ☐
- Não sei ☐

7- No âmbito da Capital Europeia da Cultura - *Guimarães 2012*, de que forma sentiu mais o impacto deste evento na sua ligação com a Europa e o resto dos europeus? Assinale a(s) opção(ões) que considerar indicativas da sua opinião.

- No contacto com os visitantes vindos de outros países da Europa ☐
- No contacto com os artistas europeus presentes na cidade durante o evento ☐
- De forma geral, no programa apresentado pela CEC 2012 ☐
- Em particular, por algum espectáculo ou evento ao qual assisti durante a CEC ☐

➤ Se escolheu esta resposta refira, por favor, qual:

8- A quantos eventos da Capital Europeia da Cultura Guimarães 2012 assistiu?

- Nenhum ☐
- 1-4 ☐
- 5-10 ☐
- 11-20 ☐
- Mais de 20 ☐

9- Além de *Guimarães 2012*, já participou em mais alguma Capital Europeia da Cultura? Se sim, qual ou quais?

Sim ☐

Não ☐

10- Após a experiência da Guimarães 2012, considera o programa *Capitais Europeias da Cultura*, da União Europeia, importante?

Sim, pois contribui para o desenvolvimento das cidades ☐

Sim, porque permite aos cidadãos dar mais atenção e importância à cultura ☐

Sim, porque permite aos cidadãos dar a conhecer a sua cultura e conhecer outras culturas europeias ☐

Não, porque é um desperdício de dinheiro ☐

Não, porque não acrescenta nada de novo aos cidadãos ☐

Não, porque não me interessa ☐

Não sei ☐

11- A expressão “identidade europeia” diz-lhe alguma coisa?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

10.1 Se respondeu sim, diga, por favor, a que é que associa a identidade europeia

12- Na sua opinião, quais, dos elementos que se seguem, são os dois mais importantes para a construção de uma identidade europeia?

Valores democráticos	<input type="checkbox"/>
Geografia	<input type="checkbox"/>
Política comum de protecção social	<input type="checkbox"/>
História comum	<input type="checkbox"/>
Cultura comum	<input type="checkbox"/>
Espírito empreendedor	<input type="checkbox"/>
Herança religiosa comum	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>
Nenhum. Não há identidade europeia	<input type="checkbox"/>
Não sei	<input type="checkbox"/>

Obrigado pela sua colaboração

2. Tabela do SPSS - Associações dos inquiridos à expressão “identidade europeia”

	<u>Frequência</u>
A Cidade europeia	1
A modelo de sociedade e moeda única	1
A pertença de território com traços culturais comuns	1
A união dos vários países que constituem a União Europeia.	1
Ao "diálogo".	1
Apesar das diferenças entre países, há uma cultura que identifica os países europeus.	1
As formas de pensar, agir, socializar, civilizacional e cultural.	1
Associo à designação União Europeia	1
Associo a vivermos numa comunidade com valores e tradições que se mistura e partilha.	1
Características comuns	1
Conceitos de democracia e liberdade comuns aos Estados-membros.	1
Conjunto de hábitos e características que nos definem como europeus	1
Conjunto de países com valores comuns	1
Conjunto de valores comuns	2
Conjunto de valores morais e objectivos em comum para o bem-estar dos países e dos seus cidadãos.	1
Costumes comuns	1
Costumes e tradições	2
Cultura comum	4
Cultura e história comum	1
É alguém que vive em vários países da Europa ou trabalha.	1

	É fruto de Portugal fazer parte da Europa, e da ligação política à europa	1
	Estamos no mesmo território e temos cultura comum	1
	Europeus que quer o mesmo para o futuro	1
	História comum	1
	História comum.	1
	Identidade Comum	1
	Noção de democracia comum	1
	O conjunto de cidadãos que pensam no desenvolvimento europeu.	1
	Objectivos comuns	1
	Política comum	1
	Preferências políticas comuns	1
	Resposta inválida	3
	Ser cidadão europeu	13
	Tradições comuns	1
	Uma cultura afectiva, rica, patriótica com que os cidadãos se identificam como património presente	1
	Uma junção de vários países.	1
	União Europeia	1
	Valores comuns	2
	Vivência em comum de alguns gostos e preferências.	1
	Total	59